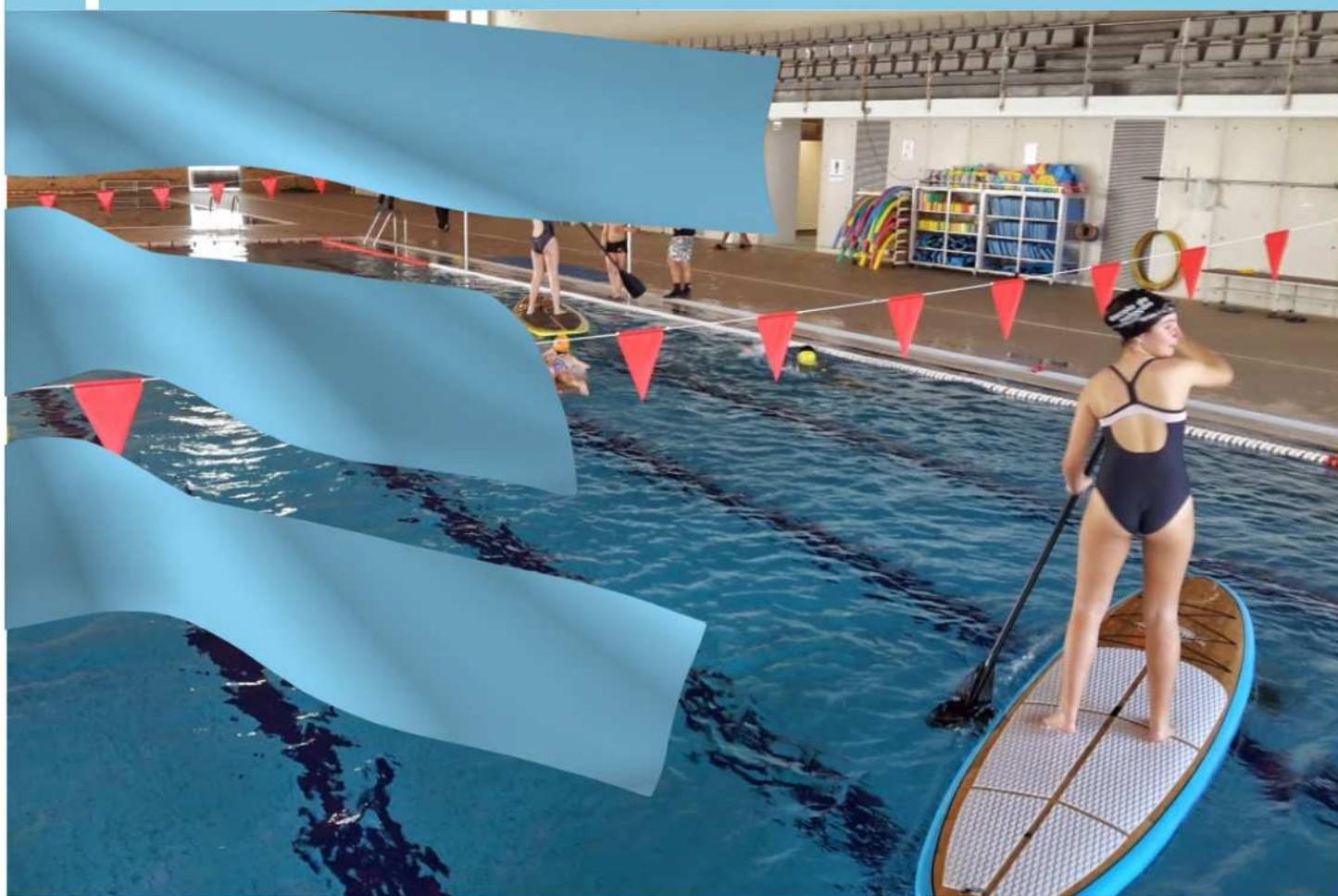
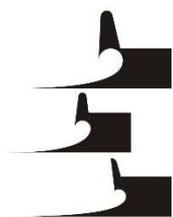


WWW.CM-ESTARREJA.PT

Relatório de Gestão 2015





ESTARREJA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

“ Quem administra bens alheios presta contas ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”. Tribunal de Contas

www.cm-estarreja.pt

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

O órgão executivo de um município tem a responsabilidade de assegurar uma boa gestão dos dinheiros públicos (afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) e consequentemente informar sobre a forma como foram utilizados os recursos públicos disponibilizados.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Com o pressuposto base de “**Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos**” submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2015, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas).

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas as instruções da Resolução n.º 4/2001 – 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001, alterada pela Resolução nº 6/2013 do Tribunal de Contas, de 21 novembro, que obriga a remeter informação adicional sobre as entidades participadas, decorrentes da aplicação da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (1/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↳ Balanço	5	X
2	↳ Demonstração de Resultados	6	X
3	↳ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↳ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↳ Orçamento	7.2	X
6	↳ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↳ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↳ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↳ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↳ Contas de Ordem	7.5	X
11	↳ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↳ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↳ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (2/2)
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
14	↻ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↻ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↻ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↻ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↻ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↻ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↻ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↻ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↻ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↻ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↻ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↻ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↻ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↻ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↻ Relatório de Gestão	13	X
29	↻ Guia de Remessa		X
30	↻ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↻ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↻ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↻ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↻ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↻ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↻ Relação de acumulação de funções		X
37	↻ Relação nominal de responsáveis		X
38	↻ Mapa das Participações da Entidade		X
39	↻ Declaração dos Recebimentos em Atraso existentes a 31/12/2015		X
40	↻ Declaração dos Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2015		X
41	↻ Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2015		X

Respeitando os normativos legais o RELATÓRIO DE GESTÃO e dos DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS foram elaborados perspetivando o competente julgamento da atividade municipal, pela Assembleia Municipal (*Controlo Político*), pela DGAL - Direção Geral da Autarquias Locais e IGF - Inspeção Geral das Finanças (*Controlo Administrativo*), pelo Tribunal de Contas (*Controlo Jurisdicional*) e pelos Eleitores, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (*Controlo Social*).

1.2. ESTRUTURA/METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2015 e a situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos

relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase:

- ✦ na análise de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ na análise da dívida municipal;
- ✦ na análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, identificando os resultados operados no exercício
- ✦ e na apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em sete áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2015 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise;
- **Caraterização da Entidade**
- **Eixos Estratégicos**, procede-se a avaliação da execução das premissas e prioridades, explanadas no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2015, bem como dos eixos estratégicos definidos nesses mesmos documentos previsionais;
- **Análise Orçamental**, onde se desenvolve uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**
- **Contabilidade de Custos**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. GLOBAL

» PIB Mundial – Crescimento Económico Mundial

Em 2015, a economia mundial deverá ter registado o nível de crescimento mais baixo desde 2009. O abrandamento das economias emergentes, num quadro de persistência de debilidades estruturais, de depreciação cambial e de forte queda dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, a par com níveis de crescimento moderados nos países desenvolvidos, terá resultado num crescimento do PIB mundial de 3,1% em 2015, de acordo com a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), contra os 3,4% verificado em 2014.

Face às previsões do outono de 2015, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2015 e 2016 foi revisto em baixa, devido, sobretudo, à deterioração das perspetivas das economias emergentes como o Brasil e a Rússia, ao ajustamento na China e aos efeitos da instabilidade geopolítica das regiões do Médio Oriente e do Norte de África.

No conjunto dos três primeiros trimestres de 2015, o PIB do G20 desacelerou para 3,1% em termos homólogos (3,4% no ano de 2014). Paralelamente, as trocas comerciais de mercadorias deterioraram-se, tendo passado de um crescimento, em volume, de 3,1% no ano de 2014, para 2,6% no conjunto dos três primeiros trimestres de 2015. Este comportamento deveu-se, sobretudo, a uma desaceleração das importações, nomeadamente das economias emergentes, as quais caíram 0,4% em termos homólogos (+2,8% no ano de 2014), com destaque para uma quebra de 1,7% nos países asiáticos. As economias emergentes não registavam uma queda nas importações desde 2009.

O crescimento abaixo do nível potencial na generalidade das economias e a queda dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo, traduziu-se num agravamento das pressões deflacionistas e no aumento da incerteza nos mercados financeiros, impelindo alguns bancos centrais a reforçarem o grau de acomodação da política monetária. Entre estes, incluiu-se o Banco Central Europeu (BCE), que em Março implementou um programa de compra de títulos de dívida pública e privada. Em sentido contrário, a Reserva Federal dos EUA (Fed) anunciou, em Dezembro, uma subida das taxas de juro em 25 pontos base – pela primeira vez desde 2006 –, o que contribuiu para o reforço da trajetória de apreciação do dólar, em particular face ao euro e às moedas dos países emergentes exportadores de matérias-primas.

Em relação aos EUA, o PIB registou um crescimento real de 2,6%, em termos homólogos, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2015 (2,4% em 2014), devido ao reforço da procura interna, nomeadamente do consumo e investimento privado no segmento da habitação. No entanto, a produção industrial norte-americana enfraqueceu ao longo de 2015, refletindo a redução do investimento no sector energético (associado à queda do preço do petróleo) e as exportações apresentaram uma desaceleração significativa, em linha com a apreciação do dólar e o enfraquecimento da economia mundial. O mercado de trabalho manteve-se dinâmico, tendo a taxa de desemprego descido para 5,0% em novembro de 2015 (igualando a taxa de abril de 2008).

Quadro n.º2 – Crescimento Económico Mundial

(taxa de crescimento real, em %)

	Estrutura 2014*	2014	2015*	2016*
	(%)			
Economia Mundial	100,0	3,3	3,0	3,3
Economias avançadas	42,4	1,8	2,0	2,2
das quais:				
EUA	15,9	2,4	2,5	2,6
Área do Euro, de qual:	12,1	0,9	1,6	1,7
Alemanha	3,4	1,6	1,7	1,8
França	2,4	0,2	1,1	1,3
Itália	2,0	-0,4	0,8	1,4
Espanha	1,4	1,4	3,2	2,8
Reino Unido	2,4	2,9	2,5	2,4
Japão	4,4	-0,1	0,7	1,1
Economias Emergentes	57,6	4,5	3,7	4,1
das quais:				
China	16,6	7,3	6,9	6,5
Índia	6,8	7,1	7,2	7,4
Rússia	3,3	0,9	-3,1	-0,3
Brasil	3,0	0,1	-3,8	-3,0
Por memória				
União Europeia	17,1	1,4	1,9	1,9

Legenda: (*) com base no PIB avaliado em paridade de poder de compra.

Fonte: (P) CE, Economic Forecast, fevereiro de 2016.

A atividade económica do Japão recuperou no conjunto dos três primeiros trimestres de 2015, tendo o PIB aumentado 0,4% em termos homólogos (-0,1% no ano de 2014). Para tal contribuiu a melhoria de algumas componentes da procura interna (investimento privado residencial e consumo público, apesar do primeiro indicador permanecer em queda) parcialmente compensada pela desaceleração das exportações.

Se considerarmos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a maioria registou abrandamento ou mesmo contração económica em 2015. A China, o país que detém maior peso económico dentro do grupo, está num processo de transformação do seu modelo económico, que implicará menor importância em atividades intensivas em matérias-primas a favor dos serviços. Rússia e Brasil, dois importantes exportadores de *commodities*, registaram uma forte contração da sua atividade económica, acompanhada de uma forte depreciação da moeda, alta inflação e deterioração das contas públicas. A África do Sul, por seu turno, tem problemas crónicos no escoamento das suas matérias-primas, com consequências no crescimento. A Índia destoa e destaca-se, pois mostra um crescimento robusto, suportado por um sentimento económico favorável, beneficiando de acesso a energia barata. A Índia é o quarto maior consumidor de petróleo, depois de EUA, China e Japão, e importa quase a totalidade do que consome

O abrandamento económico na maioria dos emergentes resultou do enfraquecimento do comércio internacional, instabilidade dos mercados financeiros, queda constante dos preços das *commodities*, para além de factores internos, nomeadamente ao nível dos desequilíbrios económico-financeiros (problemas devido aos défices gémeos, corrente e fiscal, etc.) e de quebra de confiança dos agentes económicos, a que se juntou a fuga de capitais e a depreciação monetária.

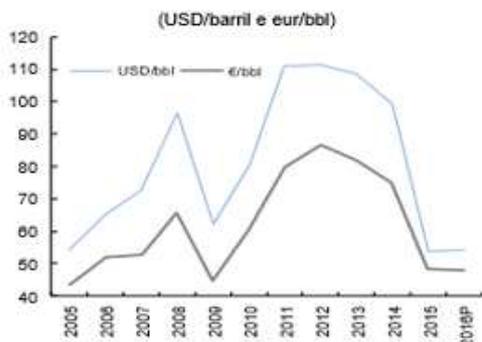
» **Inflação Global influenciada pela Queda do Preço do Petróleo**

Em 2015, a taxa de inflação global diminuiu de 3,5% para 3,3%, de acordo com as estimativas do FMI.

De acordo com essas mesmas previsões do FMI, em 2015, a taxa de inflação deverá ter-se mantido baixa para a generalidade das economias avançadas, assumindo um valor próximo de zero (1,4% em 2014), o que contrasta com uma aceleração para 5,5% prevista para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento (5,1% em 2014). A taxa de inflação encontra-se particularmente elevada na Rússia, Argentina, Brasil e Indonésia. Na área do euro, a taxa de inflação média diminuiu para 0,0% em 2015 (0,4% em 2014) refletindo, sobretudo, a descida dos preços de energia que, em média, caíram 6,9% (-1,9%, no ano de 2014). Em 2015, para os EUA e o Japão, as previsões apontam para uma taxa de inflação de 0,2% e 0,8%, respetivamente, (1,6% e 2,7% em 2014).

Este comportamento reflete divergências entre as economias desenvolvidas e emergentes. Nas primeiras, a redução do preço do petróleo restringiu a evolução dos preços agregados, colocando a taxa de inflação em níveis bastante inferiores aos objetivos dos seus bancos centrais. Nas segundas, apesar da queda dos preços das matérias-primas e do abrandamento da atividade, a depreciação acentuada das suas moedas traduziu-se em fortes pressões inflacionistas internas e, por conseguinte, na subida da taxa de inflação.

Gráfico-nº1--Preço-Spot-do-Petróleo-Brent-¶



(P) Previsão da CE, Economic Forecast, novembro de 2015.
Fontes: Bloomberg, Banco de Portugal e CE.

Em 2015, o preço do petróleo Brent apresentou uma forte quebra, tendo diminuído para 54 USD/bbl (48€/bbl), o que compara com 100 USD/bbl (75€/bbl) registados no conjunto de 2014, ano em que atingiu o nível mais baixo desde 2005 (-46%). A evolução do preço do petróleo reflete a existência de uma oferta excedentária associada ao abrandamento do comércio mundial e económico de alguns países emergentes (caso da China), a manutenção das quotas de produção da OPEP em torno dos 30 milhões de barris por dia e a expectativa de um aumento da produção do Irão.

O movimento de queda dos preços não se resume só ao universo do petróleo e da energia, aconteceu igualmente noutro tipo de matérias-primas, nomeadamente de origem industrial. Devido aos preços altos registados nos últimos anos, foram feitos investimentos que alargaram significativamente a capacidade de produzir maiores quantidades deste tipo de matérias-primas, quando no momento seguinte a procura diminuiu e as economias emergentes começaram a crescer a um ritmo menor. Este desequilíbrio trouxe vários tipos de custos, tanto ao nível das empresas como das economias, contribuindo para o desfasamento entre procura e oferta globais de matérias-primas e, por conseguinte, para a queda dos preços.

» Nível historicamente baixo das taxas de juro curto prazo nas economias avançadas

Com pressões inflacionistas contidas e uma taxa de utilização da capacidade produtiva baixa na generalidade das economias avançadas, a política monetária caracterizou-se por uma orientação acomodatória em 2015, especialmente para a área do euro.

Com efeito, o BCE continuou a tomar medidas não convencionais de política monetária, tendo em vista proporcionar uma maior liquidez aos bancos e deste modo facilitar o financiamento à economia.

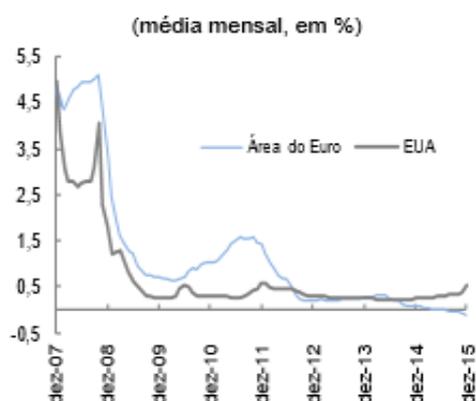
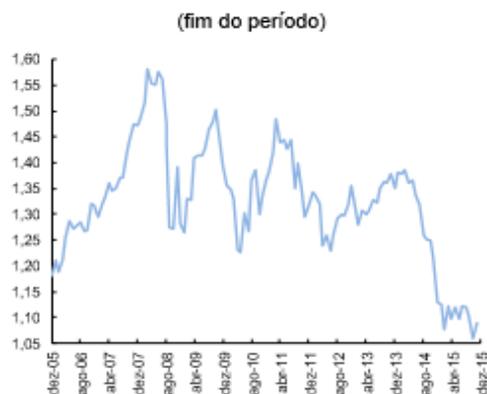
Entre outras medidas assumidas pelo Conselho do BCE é de destacar a decisão de a 3 de dezembro de 2015 reduzir a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito em 10 pontos base (para -0,30%) e manteve inalteradas as taxas de juro aplicáveis às operações principais de refinanciamento em 0,05% e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,30%, valores historicamente baixos.

Também, até final do ano de 2015, os Bancos Centrais do Reino Unido e do Japão mantiveram as taxas de juro diretoras ao nível de final de 2009, ou seja, próximas de zero.

Nos EUA, foi iniciada a normalização da política monetária em finais de 2015, demonstrando a divergência da orientação entre ambos os lados do Atlântico. Em meados de dezembro, a Reserva Federal subiu as taxas de juro federais (*Fed Funds*), para o intervalo entre 0,25% e 0,50% (mantidas entre 0% e 0,25%, desde finais de 2008).

As taxas de juro de curto prazo na área do euro desceram ao longo de 2015, renovando níveis historicamente baixos, com a Euribor a 3 meses a situar-se, em média, num valor nulo no conjunto do ano de 2015 (0,21% no ano de 2014). Enquanto isso, nos EUA as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento ascendente, tendo a Libor subido para 0,32% (0,23%, em média, no ano de 2014).

A divergência entre as atuações expansionistas do BCE e do Banco do Japão, por um lado, e a postura de normalização da política monetária por parte da *Fed*, por outro, refletiu-se na evolução relativa dos índices acionistas dos respetivos blocos económicos, com os índices europeus e nipónicos a terminarem o ano com ganhos, por oposição à maior fraqueza dos seus congéneres norte-americanos.

Gráfico nº2 – Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário

Gráfico nº3 – Taxa de Câmbio do Euros face ao Dólar


2.2. EUROPA

A economia da zona do euro expandiu-se 1,5% em 2015, o que representa uma aceleração face à taxa de crescimento observada no ano anterior (0,9%). O maior dinamismo do conjunto dos países da área do euro deveu-se a um conjunto de circunstâncias favoráveis, entre as quais se destacam a queda dos preços da generalidade das matérias-primas, a depreciação efetiva do euro, o reforço do grau de acomodação da política monetária do BCE e a neutralidade das políticas orçamentais (após anos de forte austeridade).

Após ter crescido 0,8% em 2014, a atividade económica registou uma expansão de 1,7% em 2015 devido, sobretudo, ao contributo da procura interna. Nos principais Estados Membros registaram-se taxas de crescimento positivas, exceção feita à Grécia. O desempenho das economias periféricas foi igualmente positivo, registando-se um regresso a terreno de expansão da Itália, e o forte aumento do crescimento em Espanha e, em especial, na Irlanda.

A permanência do produto abaixo do seu valor potencial, em conjugação com a diminuição pronunciada do preço do petróleo, bem como de outras matérias-primas, resultou em níveis muito reduzidos de inflação em 2015. Estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução da taxa de inflação em 2016, com a CE a projetar uma taxa de inflação de 0,5% para a área do euro, valor que se situa muito abaixo do objetivo de estabilidade de preços do BCE.

Contudo, na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas, o ritmo de recuperação na área do euro tem sido relativamente lento e gradual. Num contexto de elevado endividamento público e privado, que prevalece em alguns países da zona euro, o investimento privado não apresenta um crescimento robusto, pelo que a melhoria no mercado de trabalho é apenas gradual. No conjunto dos 3 primeiros trimestres de 2015, o emprego na área do euro aumentou, em média, 1,0% em termos homólogos (0,6% no ano de 2014) e o valor médio da taxa de desemprego na área do euro manteve-se acima de 10% no final de 2015 (11,6%, em média, em 2014).

Gráfico nº4 – Taxa de Crescimento do PIB Zona Euro

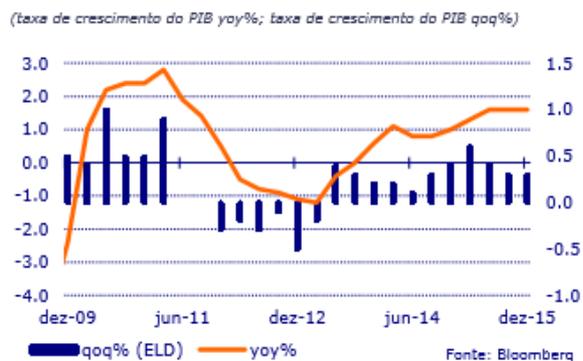


Gráfico nº5 – Taxa de Desemprego do PIB Zona Euro



A atuação do Banco Central Europeu (BCE) voltou a estar em destaque. Apesar da evolução mais positiva da conjuntura económica, o objetivo de levar a inflação a aumentar e a regressar, no médio prazo, ao nível consistente com o objetivo de estabilidade de preços, levou o Conselho do BCE a expandir o seu programa de compra de ativos acrescentando a aquisição de obrigações governamentais e dívida de instituições europeias supranacionais, ainda no início de 2015. Já perto do final do ano decretou um conjunto adicional de medidas, com destaque para uma nova diminuição da taxa de depósito, que assim se fixou em terreno mais negativo.

A política monetária do BCE voltou a ser crucial para o comportamento das taxas Euribor. Estas registaram quedas no ano, para novos mínimos, com os prazos entre 1 semana a seis meses a encerrar em níveis negativos (a nove meses chegou a registar valores também negativos).

Na área do Euro, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que registou variações homólogas negativas durante o primeiro semestre, obteve uma média anual nula, 0,4 pontos percentuais abaixo do verificado em 2014.

Os fatores de suporte da atividade económica verificados em 2015 deverão continuar a suportar a recuperação esperada para 2016, ainda que a Zona Euro possa ser afetada pelo atual ambiente de incerteza que tem afetado o panorama económico.

2.3. PORTUGAL

A economia portuguesa registou em 2015 o nível de crescimento mais elevado dos últimos quatro anos, dando assim continuidade ao processo de recuperação iniciado em 2014. Tendo em conta que o investimento desacelerou face ao ano anterior, o crescimento do PIB, que se cifrou em 1,5%, terá sido essencialmente suportado pela aceleração do consumo privado e pela robustez das exportações, que beneficiaram da solidez da procura dos países do espaço europeu e da depreciação efetiva do euro. Indiretamente, a atividade económica terá ainda beneficiado dos efeitos das reformas estruturais implementadas durante o programa de ajustamento.

Os dados divulgados pelo INE indicam que a economia portuguesa cresceu, em termos reais, 1,5% nos três primeiros trimestres de 2015 face ao período homólogo de 2014 (1,6% até junho de 2015), uma aceleração de 0,5 p.p. face ao registado em igual período do ano anterior. Este valor compara com a projeção de 1,6% apresentada no Programa de Estabilidade (PE) divulgado em abril de 2015. A desaceleração da atividade económica registada no terceiro trimestre de 2015 é explicada por uma quebra do contributo positivo da procura interna, nomeadamente do consumo privado e investimento (FBCF), não obstante um contributo mais favorável da procura externa líquida

Quadro nº3 – Despesa Nacional

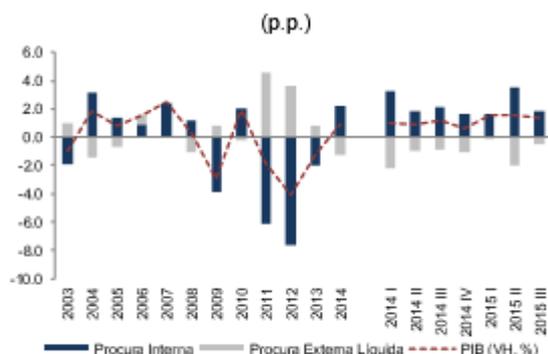
	2013	2014	2014				2015			
			I	II	III	IV	I	II	III	I-III ¹
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homóloga real, %)										
PIB	-1.1	0.8	1.0	0.8	1.2	0.8	1.8	1.8	1.4	1.5
Consumo Privado	-1.2	2.2	2.3	1.9	2.9	2.0	2.5	3.2	2.3	2.7
Consumo Público	-2.0	-0.5	-0.4	-0.3	0.1	-1.3	-0.5	0.6	0.4	0.2
Investimento (FBCF)	-5.1	2.8	0.2	4.8	3.5	2.8	8.7	5.3	2.3	5.4
Exportações de Bens e Serviços	7.0	3.9	4.1	2.2	3.8	5.7	7.0	7.3	3.8	6.0
Importações de Bens e Serviços	4.7	7.2	9.9	4.6	6.0	8.5	7.1	12.0	5.1	8.0
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)										
Procura Interna	-2.0	2.2	3.2	1.8	2.1	1.7	1.7	3.5	2.0	2.4
Procura Externa Líquida	0.8	-1.3	-2.2	-1.0	-0.9	-1.1	-0.1	-2.0	-0.6	-0.9
Evolução dos Preços										
Deflador do PIB	2.3	1.0	1.6	1.1	0.5	0.7	1.2	1.8	2.2	1.7
IPC	0.3	-0.3	-0.1	-0.3	-0.5	-0.1	-0.1	0.7	0.8	0.5
Evolução do Mercado de Trabalho										
Emprego	-2.9	1.4	1.6	1.6	1.8	0.7	1.5	1.9	0.3	1.2
Taxa de Desemprego (%)	16.2	13.9	15.1	13.9	13.1	13.5	13.7	11.9	11.9	12.5
Produtividade aparente do trabalho	1.8	-0.5	-0.6	-0.7	-0.6	-0.1	0.1	-0.3	1.1	0.2
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)										
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	2.3	1.7	-0.5	0.5	4.9	1.8	0.1	-1.8	4.9	1.1
- Saldo da Balança Corrente	0.7	0.3	-1.9	-0.8	3.3	0.3	-0.9	-3.0	4.0	0.0
de que: Saldo da Balança de Bens e Serviços	1.0	0.4	-1.6	0.9	2.6	-0.6	-0.5	-0.1	3.5	1.0
- Saldo da Balança de Capital	1.6	1.4	1.3	1.3	1.6	1.5	1.0	1.3	1.0	1.1

¹ Taxa de variação homóloga registada na soma dos três primeiros trimestres.

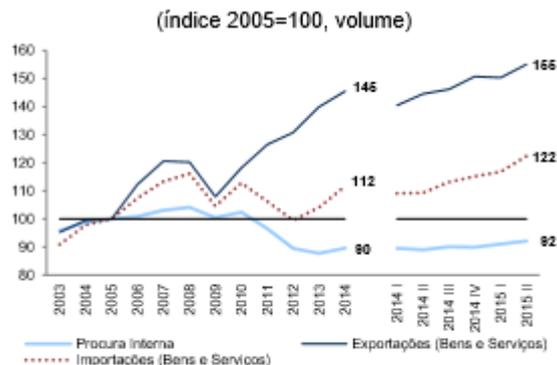
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 3.º trimestre de 2015.

O consumo privado e o investimento aumentaram tendo sido os principais motores desse crescimento. Mas de forma isolada, as exportações superaram o contributo do consumo privado, ao crescerem 5.1% durante todo o ano, adicionando 2.1 p.p. ao crescimento do PIB.

O consumo privado cresceu em todas as suas componentes, com o maior contributo a ser dado pelo aumento de vendas de bens correntes não alimentares.

Gráfico nº6 – Contributo para a Variação Homóloga do PIB (2013-3T2015)


Fonte: INE.

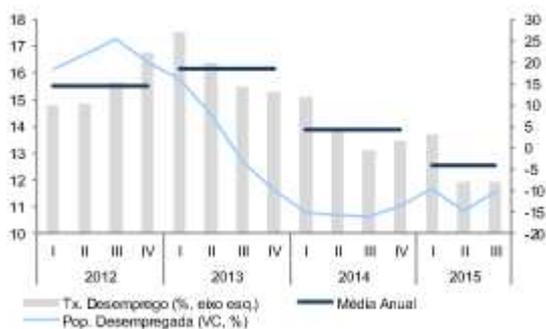
Gráfico nº7 – Evolução da Procura Interna, Exportações e Importações (2013-3T2015)


A aceleração das principais componentes, da procura interna, refletiu-se nas importações, em especial na importação de bens (8% e 8,7% respetivamente, de janeiro a setembro) compensada, apenas em parte, por um aumento superior das exportações (6%). No final do ano terminado no terceiro trimestre, o peso das exportações nominais no PIB fixou-se nos 40,5%, 13,8 p.p. acima do observado no ano de 2005. No mesmo sentido, o grau de abertura da economia situou-se nos 80,3% do PIB, um aumento de 17,7 p.p..

No mesmo período, o peso do consumo privado no PIB continuou a aumentar, situando-se acima do seu valor médio. No entanto, a preços de 2011, no terceiro trimestre de 2015, o consumo privado situava-se 5,7% abaixo do máximo registado no quarto trimestre de 2010. Estes desenvolvimentos não se têm traduzido num aumento do endividamento das famílias, o qual tem continuado a registar uma trajetória de correção, representando, no final de setembro de 2015, 113,8% do rendimento disponível (116,6% em igual período de 2014). O aumento observado no consumo privado, a um ritmo superior ao do rendimento disponível (3,3% e -0,3%, respetivamente) tem estado associado a uma tendência de

diminuição da poupança das famílias (iniciada no terceiro trimestre de 2013) que, no ano terminado no terceiro trimestre, representava 4% do rendimento disponível bruto

Gráfico n.º8 – Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

A evolução do mercado de trabalho nos primeiros nove meses de 2015, quando comparada com o período homólogo de 2014, caracteriza-se por uma desaceleração do crescimento da população empregada (de 1,9% para 0,9%), bem como um menor decréscimo da população desempregada (de -15,6% para -11,5%). A evolução do emprego foi penalizada por um contributo inferior do emprego nos serviços (+1,4 p.p. vis-à-vis 2,9 p.p. no período homólogo), não obstante uma relativa estabilização do emprego na construção (um contributo nulo que contrasta com -0,3 p.p. até setembro de 2014).

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, no terceiro trimestre de 2015 a taxa de desemprego situou-se nos 11,9%, idêntica à do trimestre precedente e 1,2 p.p. inferior ao registado no terceiro trimestre de 2014. A população desempregada foi estimada em 618,8 mil pessoas (-10,2% em termos homólogos). De acordo com o IEFEP, no final de 2015, encontravam-se inscritos mais de 555 mil desempregados nos centros de emprego.

Quadro n.º4 – População Ativa, Emprego e Desemprego

(taxas de variação homóloga, em %)

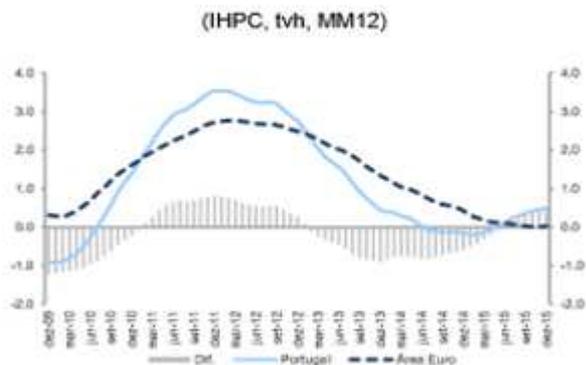
	2013	2014	2013				2014				2015			
			I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	I-III
População ativa (tvh, %)	-1.8	-1.1	-1.8	-2.1	-2.3	-1.1	-1.3	-0.9	-0.7	-1.6	-0.5	-0.8	-1.1	-0.8
Taxa de participação	59.3	58.8	59.2	59.3	59.4	59.3	58.7	59.0	59.2	58.5	58.5	58.6	58.6	58.6
Emprego total (tvh, %)	-2.6	1.6	-5.0	-3.9	-2.1	0.7	1.7	2.0	2.1	0.5	1.1	1.5	0.2	0.9
Taxa de desemprego	16.2	13.9	17.5	16.4	15.5	15.3	15.1	13.9	13.1	13.5	13.7	11.9	11.9	12.5
Desemprego de longa duração (%)	62.1	65.5	58.7	62.0	64.5	63.6	63.6	67.4	66.9	64.5	64.5	64.0	63.2	63.9
Taxa de desemprego jovem (15-24)	38.1	34.8	42.5	37.4	36.4	36.1	37.5	35.6	32.2	34.0	34.4	29.8	30.8	31.7

Fonte: INE, Inquérito Trimestral ao Emprego.

Em 2015, a taxa de inflação média anual em Portugal foi 0,5%, o valor mais elevado dos últimos três anos. O aumento dos preços – apesar de modesto – resultou da evolução da componente não energética, uma vez que os preços da energia registaram uma queda, na sequência da forte redução do preço do petróleo.

Em 2015, a taxa de variação homóloga média do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 0,5%, enquanto o IPC subjacente (que exclui as componentes energética e de alimentos não processados) apresentou uma variação de 0,2 p.p. superior (0,7%). Estes resultados representam uma aceleração de 0,8 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente, face ao assinalado em 2014, marcando uma inversão na tendência de redução dos preços. De destacar o comportamento divergente das componentes dos bens e dos serviços, cuja taxas de variação média homóloga, em igual período, se fixaram nos -0,1% e 1,3%, respetivamente.

Gráfico nº9 – Taxa de Inflação



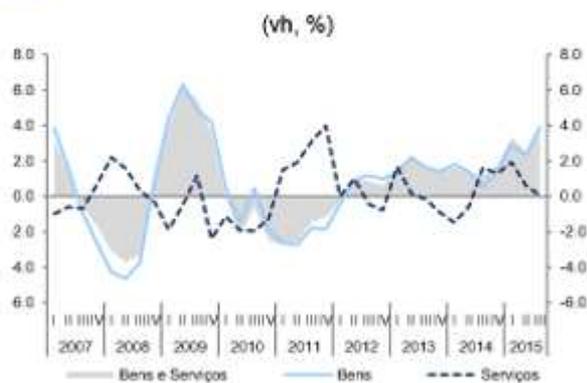
Fonte: INE.

Também em 2015, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) cresceu a um ritmo superior ao verificado nos países da área do euro, com um diferencial médio de 0,5 p.p. (0,5% e 0%, respetivamente). Contudo, excluindo o contributo da componente de bens energéticos, o crescimento do IHPC em Portugal foi inferior em 0,1 p.p. ao registado pelo conjunto dos países da área do euro (0,8% e 0,9%, respetivamente).

Após uma contração de 0,5% da produtividade aparente do fator trabalho em 2014, os primeiros nove meses de 2015 foram marcados por um aumento deste indicador (0,3%), resultante de um crescimento do emprego inferior ao registado pelo PIB. As remunerações por trabalhador caíram 0,7%, particularmente entre os trabalhadores do setor público (-0,9%, face a -0,2% no privado). No seu conjunto, estes efeitos resultaram numa redução dos custos de trabalho por unidade produzida (CTUP) de 1% face ao período homólogo, valor que compara com o aumento de 0,7% nos primeiros nove meses de 2014.

O ano de 2015 foi marcado por uma continuada depreciação da taxa de câmbio real efetiva, embora a um ritmo inferior ao registado na área do euro. O comportamento da taxa de câmbio real efetiva é uma pressão positiva para a competitividade-preço das exportações nacionais.

Gráfico nº10 – Evolução em Termos de Trocas de Bens e Serviços



Fonte: INE.

De janeiro a setembro de 2015, as exportações e importações a preços constantes de 2011 cresceram 6% e 8%, respetivamente, em termos médios homólogos (3,4% e 6,8% em igual período de 2014). No mesmo período, a procura externa de bens dirigida à economia portuguesa registou um crescimento médio de 5,8% (4,2% em igual período de 2014) 1, estimando-se um ganho de quota de mercado de 1,2 p.p., não obstante uma perda nos serviços. Antevê-se que a procura externa relevante de serviços dirigida à economia portuguesa tenha crescido, em média, 6,9%, traduzindo uma perda de quota de mercado de 3,3 p.p.

O mercado intracomunitário continua a ser o principal destino das exportações nacionais, tendo absorvido 72,9% das exportações entre janeiro e novembro de 2015 (71,1% no período homólogo), denotando uma perda de importância relativa do mercado extracomunitário. Espanha, França e Alemanha permanecem os principais parceiros comerciais nacionais (representando quase 50% das exportações), tendo as exportações para estes países aumentado 10,9%, 6,9% e 5,2%, respetivamente. Fora da UE destaca-se o comportamento do mercado norte-americano (+24,1%) e canadiano (+39,2%), com o mercado angolano e o mercado brasileiro a diminuírem 32,8% e 9,6% respetivamente. Excluindo estes dois últimos, as exportações extracomunitárias teriam crescido 7,2%, ao invés de caírem 2,6%.

Esta evolução refletiu-se num desempenho positivo da balança comercial, que melhorou o seu saldo em cerca de 428 milhões de euros quando comparado com os primeiros nove meses de 2014, ascendendo a aproximadamente 1347 milhões de euros (1% e 0,7% do PIB em 2015 e 2014, respetivamente).

A taxa de cobertura regista uma melhoria tanto para o mercado intracomunitário como para o extracomunitário (+1,9 p.p. face aos onze primeiros meses de 2014, em ambos os casos), com a taxa de cobertura global, em termos nominais, a fixar-se em 83,5%, mais 1,6 p.p. do que no período homólogo

» Despesa da Administração Central

A despesa efetiva consolidada da Administração Central cresce 5,1%, face à execução provisória de 2015, sendo este comportamento resultante, em particular, da evolução da despesa corrente (4,5 p.p.). A despesa efetiva primária evidencia a mesma tendência, com um acréscimo de 5,2% motivado sobretudo pelas transferências para fora do perímetro da administração central e despesas com pessoal.

Para o comportamento da despesa efetiva contribuem os seguintes agregados de despesa:

Quadro nº5 – Evolução da Despesa Efetiva Consolidada da Administração Central

(milhões de euros)

	2015 Execução provisória	2016 Dotação Ajustada	Varição (em %)	Contributo variação (em p.p.)
Despesas com o pessoal	15 137,3	15 570,3	2,9	0,7
Aquisição de bens e serviços	8 412,7	8 617,9	2,4	0,3
Juros e outros encargos	7 778,3	8 120,1	4,4	0,6
Transferências	25 891,2	26 477,5	2,3	1,0
Subsídios	739,2	734,7	-0,6	0,0
Investimento	2 797,8	3 166,9	13,2	0,6
Outras despesas	670,8	1 833,0	173,2	1,9
Diferenças de consolidação	93,0	150,1	61,3	0,1
Despesa efetiva	61 520,5	64 670,4	5,1	5,1
<i>em % do PIB</i>	-3,4	-3,9		
Despesa primária	53 742,1	56 550,3	5,2	4,6
<i>em % do PIB</i>	0,9	0,4		

Por memória

Despesa corrente	57 473,4	60 248,0	4,8	
------------------	----------	----------	-----	--

Nota: Em 2016 a dotação ajustada corresponde ao orçamento líquido de cativos.

A despesa está expurgada de fluxos intersectoriais no âmbito da Administração Central relativos a juros, transferências e de aquisição de bens e serviços dentro do Programa Saúde.

Fonte: Ministério das Finanças.

» Despesa da Administração Regional e Local

A Administração Regional e Local (ARL) apresentou, em 2015, e na ótica da contabilidade pública, um excedente orçamental de 546 milhões de euros (-2 milhões de euros, em 2014). Excluindo da execução os montantes relativos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, da Região Autónoma da Madeira, destinados à regularização de dívidas a fornecedores, a ARL registou um excedente orçamental de 761,5 milhões de euros, em 2015 (528,4 milhões de euros, no ano transato).

Em 2015, a Administração Local (AL) registou um excedente orçamental de 739 milhões de euros, que compara com um saldo de 417 milhões de euros, em 2014.

Excluindo o efeito do PAEL, que em 2015 apresentou valores pouco significativos (11,7 milhões de euros, face a 123,2 milhões de euros no ano anterior), o saldo orçamental foi de 750 milhões de euros, superior ao excedente registado no ano transato, em 210 milhões de euros.

A melhoria do saldo orçamental, em 2015, foi determinada pelo crescimento da receita (4,6%) superior ao da despesa (0,2%). Ao nível da receita, destaca-se o aumento da receita fiscal, nomeadamente do IMT (19,5%) e do IMI (5,5%).

2.4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL _ Enquadramento Financeiro e Legal

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para assegurar uma trajetória de crescimento económico sustentado, nessa lógica as autarquias como entidades públicas prosseguem o princípio de disciplina orçamental, assente na transparência das finanças públicas, no controlo da receita e da despesa pública e na monitorização permanente da execução orçamental.

No que concerne as medidas de política estas continuam a visar sobretudo a contenção da despesa pública, continuando a merecer destaque a redução das remunerações totais ilíquidas nomeadamente do setor público, o pagamento dos subsídios de Natal pago por duodécimos, pelo que passa a ser apurado mensalmente e corresponde a remuneração base após a redução remuneratória acima referida, persiste o congelamento das progressões e promoções, o congelamento nas admissões, a redução do número de contratados, horas extraordinárias de trabalho, a proibição de revalorizações remuneratórias e de acumulação de salários e pensões.

Nos últimos quatro anos surgiu um significativo de alterações administrativas e legislativas com evidentes reflexos na atuação da gestão pública na administração local. No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos.

Neste sentido, surgem diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no quadriénio 2012/2015, a saber:

- ⇒ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) com adaptação à Administração Local com o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho
- ⇒ Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- ⇒ Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- ⇒ Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- ⇒ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (vulgo Lei das Finanças Locais – LFL);
- ⇒ Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais);
- ⇒ Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.
- ⇒ Lei n.º 22/2015, de 17 de março – alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) - com adaptação à Administração Local com o Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a principal reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013), que revoga a Lei n.º 2/2007, cujo objetivo é *“ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira”* (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procurou, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e suas sucessivas alterações), na sua mais recente revisão, passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º); princípios: da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF) (art.º 12º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita do município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em “*articulação com as Grandes Opções do Plano*”, submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

Com a entrada em vigor deste novo regime financeiro das Autarquias Locais, destacam-se as alterações ao nível da execução e controlo orçamentais, do regime de crédito e endividamento municipal, dos deveres de informação e transparência e da prestação de contas individuais e consolidadas.

O Novo Regime Financeiro introduziu ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios, bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e co-responsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios. Finalmente, o Novo Regime Financeiro introduz também alterações no sentido da redução da base de receitas próprias locais, como é o caso da extinção do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) (art.º 81º).

Também o IMI sofre alterações, embora nesta matéria exista apenas uma “deslocação” de receitas dos municípios para as freguesias, na medida em que é introduzida a afetação da totalidade receita do IMI rústico e de 1% da receita do IMI dos prédios urbanos para as juntas de freguesia.

A principal reforma introduzida por esta nova LFL tem a ver com o endividamento municipal, na medida em que passa a estabelecer novos limites para a dívida municipal, incluindo contração de empréstimos, sem qualquer possibilidade de exceção e tomando em linha de conta para esses limites, todas as entidades que pertencem à esfera do município, ou seja, contempla para além da autarquia, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais, as fundações e demais entidades participadas ou controladas pelas câmaras municipais. Esta alteração acontece porque, apesar de a legislação publicada em 2007 já ter dado passos importantes em matéria de consolidação das contas dos municípios, não ter tido a abrangência suficiente ao possibilitar que algumas entidades pertencentes ao grupo autárquico não relevassem para efeitos de endividamento, podendo constituir um fator de risco para a solvabilidade financeira dos respetivos municípios.

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL (Setor Empresarial Local). A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 2006. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada “atividade empresarial autárquica”.

Seguindo também as recomendações dos memorandos de entendimento, de introduzir mecanismos de controlo e restrição dos pagamentos em atraso pelo setor público, no ano de 2012 foi implementada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho). Embora a regulamentação se destinasse igualmente a todo o setor público, teve efeitos muito significativos no setor municipal. No essencial, este novo regime procura disciplinar

os pagamentos em atraso, por via do controlo apertado da assunção de novos compromissos pelo limite dos fundos disponíveis a 90 dias, que passaram a ser apurados. Foi também introduzida a co-responsabilização dos fornecedores do setor público, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação, bem como o aprofundamento dos regimes de responsabilidade civil, criminal e financeira dos agentes públicos que autorizam despesa pública sem a existência de fundos disponíveis.

A implementação da LCPA implicou, em 2012, uma reformulação do planeamento das despesas, para além da definição de novos procedimentos e mecanismos que permitissem uma mais fácil e suave transição para o novo modelo de gestão, processo esse que foi consolidado no exercício 2013, e perfeitamente impregnado na organização no ano 2015.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e agora republicada com a Lei n.º 22/2015, de 17 de março, introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que contribuiu para um ajustamento da gestão autárquica tendo em vista atingir uma execução orçamental mais equilibrada.

Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco fica mais confinado à possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos.

Do exposto resulta como inequívoco que o cumprimento da referida Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso teve implicações de elevado nível na reorganização da atividade autárquica, designadamente nas óticas económica, orçamental e financeira, exigindo-se um esforço adicional no controlo da despesa municipal.

Também com o propósito de controlar o endividamento excessivo foi aprovado, em 2014, um novo regime jurídico de recuperação financeira municipal (Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto), que prevê os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam a um município atingir e respeitar o limite de dívida total, e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM) ao qual deverão recorrer os municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. De acordo com a referida lei, conjugada com o preconizado na LFL (Lei n.º 73/2013), caso a sua dívida total se situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal; caso o rácio de endividamento seja superior a 3, o município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal. De acordo com os dados da DGAL, havia, no final de 2014, 1310 municípios na primeira situação e 16 em rutura financeira, números que são inferiores aos registados no final de 2013 (25 e 22, respetivamente).

Este diploma legal teve efeitos diretos no ano 2015, sendo que o capital social do FAM foi determinado em 650 milhões de euros, a subscrever em 50% pelo Estado e 50% por todos os municípios - incluindo aqueles que não precisam de recorrer a este fundo -, e terá de ser realizado no prazo máximo de sete anos, com início em 2015, assegurando o Estado desde já o apoio aos municípios em situação mais crítica.

A contribuição do Município de Estarreja para o FAM é de 753.080,39€, sendo que de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19º da referida Lei, no exercício económico de 2015 esta autarquia local teve que realizar uma despesa na subscrição de unidades de participação FAM no valor de 107.583,00€.

A necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos surge de forma imperiosa.

Neste cenário de proliferação legislativa que preconiza uma reforma no setor público, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

3.1. IDENTIFICAÇÃO

» Origens históricas



A ocupação humana deste território - outrora junto ao mar e após à ria - remonta, de acordo com os estudos arqueológicos realizados, ao Neolítico (séculos V a III a.C.), existindo alguns artefactos deste período. Há provas também de comunidades ao longo do Megalitismo, da Idade do Ferro, da época Romana e da Idade Média.

Está comprovada a existência de pequenos povoados dedicados à agricultura e à pastorícia. Da Idade Média temos referências documentais desde o século X a

Avanca, a Antuã, Canelas, Fermelã, Roxico, Beduído, Salreu e Veiros, pertencendo então todo este território às Terras de Santa Maria.

Em 1257, D. Afonso III fez doação das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Por esta época já a região estava polvilhada de pequenas aldeias, dedicando-se as suas comunidades também a outras atividades não agrícolas, como a salinífera e a piscatória.

O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para **Estarreja**, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.

Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.



Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de Junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.

►► Caracterização geográfica e administrativa¹



O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo

Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – **a ria**.

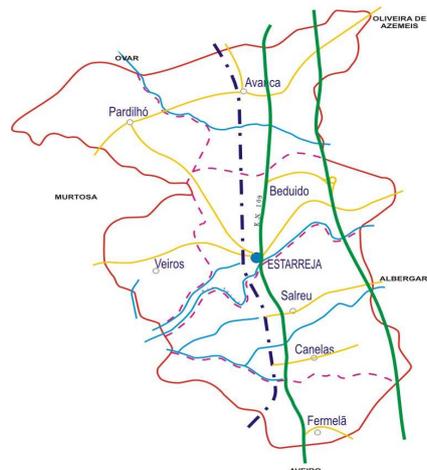
Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km² e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do *site* oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

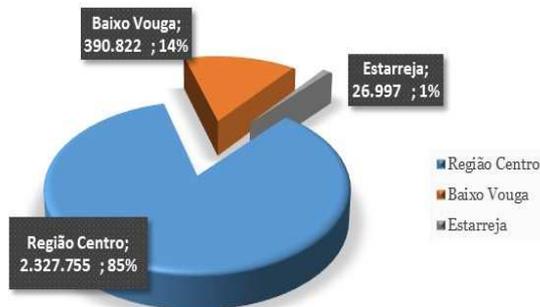
Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.



¹ Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)

» Caraterização demográfica²

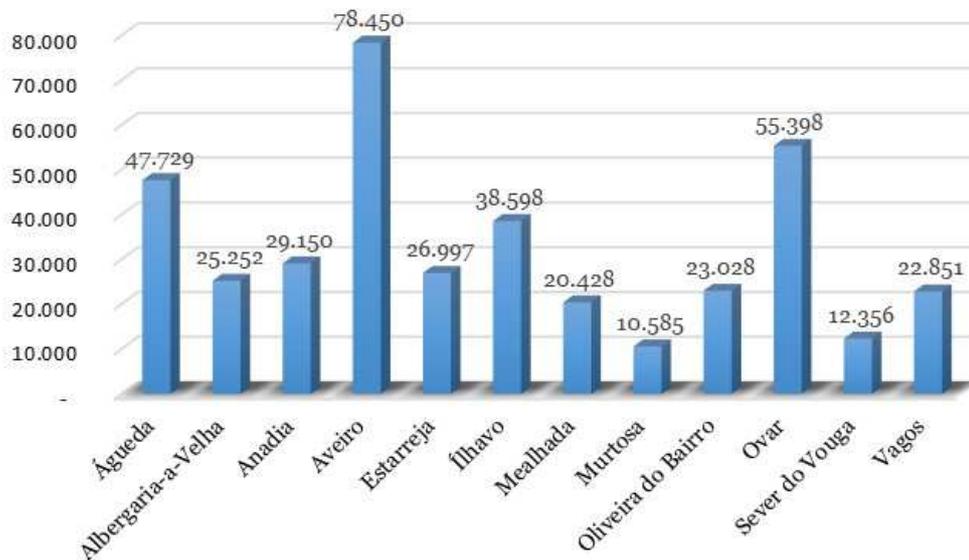
Gráfico nº11 – População Residente (censos 2011)



De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011, publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE), a população residente no concelho de Estarreja é de 26.997 habitantes (censos 2011), o que corresponde a 7% da população do Baixo Vouga (390.822 hab) e a cerca de 1,2% da Região Centro (2.327.755 hab).

Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Gráfico nº12 – População Residente nos Concelhos do Baixo Vouga (Censos 2011)



Relativamente à distribuição da população à escala das freguesias, ressalta desde logo a freguesia de Beduído, sede de concelho, a concentrar cerca de 28% da população concelhia uma vez que integra o aglomerado urbano principal do concelho – a Cidade de Estarreja – que concentrando bens e serviços proporciona uma qualidade de vida algo diferenciada do restante território. A freguesia de Avanca, surge como a segunda freguesia mais representativa em termos populacionais, uma vez que detém um peso de cerca de 23% no total da população residente no concelho. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca e Beduído, freguesias mais urbanas, polarizam mais de metade da população do concelho (cerca de 51%).

² Dados extraídos do “Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)”

Quadro nº6 – População Residente/Freguesias

Unidade Geográfica	População Residente
Avanca	6.189
Beduído	7.544
Canelas	1.438
Fermelã	1.332
Pardilhó	4.176
Salreu	3.815
Veiros	2.503
Estarreja	26.997

O concelho de Estarreja, com um total de 26997 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km², integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2011, registam uma densidade igual ou superior a 250 hab/Km², de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 217 hab/Km².

A estrutura etária da população do concelho de Estarreja e respetiva evolução de 2001 para 2011 encontra-se resumidamente descrita no quadro seguinte:

Período de referência dos dados	Unidade Geográfica	POPULAÇÃO RESIDENTE (Nº)								
		Grupo Etário								
		Total	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 a mais anos	
Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
2011	Baixo Vouga	390.822	57.328	15%	42.498	11%	217.521	56%	73.475	19%
	Estarreja	26.997	3.943	15%	3.065	11%	14.587	54%	5.402	20%
2001	Baixo Vouga	385.724	63.646	17%	55.528	14%	206.563	54%	59.987	16%
	Estarreja	28.182	4.669	17%	4.130	15%	14.687	52%	4.696	17%

Quadro nº7 – População Residente por Grupos Etários

O concelho de Estarreja enquadra-se na tendência verificada ao nível da repartição da população com a situação registada no Baixo Vouga, constituindo a exceção o comportamento relativo à população adulta dos 25-64 anos que assume um crescimento, no período 2001-2011, nesta sub-região de cerca de 5,3%.

3.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

Quadro nº8 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2013-2017

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Presidente	Diamantino Manuel Sabina	Administração, Turismo, Eco Parque Empresarial de Estarreja, Regeneração e Reabilitação Urbana, Freguesias, Proteção Civil, Segurança, Despesas Públicas, Empreitadas e Saúde.
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Urbanismo, Planeamento, Desenvolvimento Económico e Finanças, Despesas Públicas, Empreitadas, Obras Públicas e Ambiente, Aprovisionamento e Armazéns, Modernização Administrativa e Gestão da Informação e Comunicação e Desporto
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Cultura, Educação, Juventude, Coletividades, Ciência, Trânsito e Gestão e Manutenção da Frota.
 Vereadora	Rosa Maria Lopes Bandeira Simão Correia	Ação Social, Habitação Social, Recursos Humanos, e Gestão da Qualidade, Espaços Verdes, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, Mercado, Comércio e Abastecimentos
 Vereador	Fernando Manuel Mendonça Albergaria Matos	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Maria Coelho Trindade Balça	Sem Pelouro
 Vereadora	Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues	Sem Pelouro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA EFETIVA

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente durante o ano económico de 2015 consta do Despacho n.º 982/2013 publicado no Diário da República nº 12, 2ª Série, de 17 de janeiro de 2013, páginas 2381 a 2396.

O organograma da Câmara Municipal em 2015 apresenta a forma que segue:



3.3. RECURSOS HUMANOS

À semelhança de anos anteriores, permaneceram as limitações em sede de Orçamento de Estado 2015 (Lei nº82-B/2014, de 31 de dezembro), na redução de trabalhadores nas autarquias locais, no controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais e recrutamento de trabalhadores nas autarquias em situações de desequilíbrio estrutural ou de rutura financeira, situação que não tem enquadramento na realidade financeira deste município.

A Lei Geral do Orçamento de Estado de 2015 (LOE/2015) preconizava no artigo 62º, sob a epígrafe “Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local” que os municípios e as restantes entidades da administração local, no ano 2015, não podem aumentar as suas despesas com pessoal, ou seja, foi imposto um limite das despesas com pessoal. Esta temática será analisada especificamente em capítulo próprio de análise de execução orçamental das Despesas com Pessoal no ano 2015.

De momento procede-se a uma avaliação de estrutura e evolução dos recursos humanos do Município de Estarreja no ano 2015 para em capítulo seguinte se avaliar os recursos financeiros da autarquia nesse mesmo exercício económico.

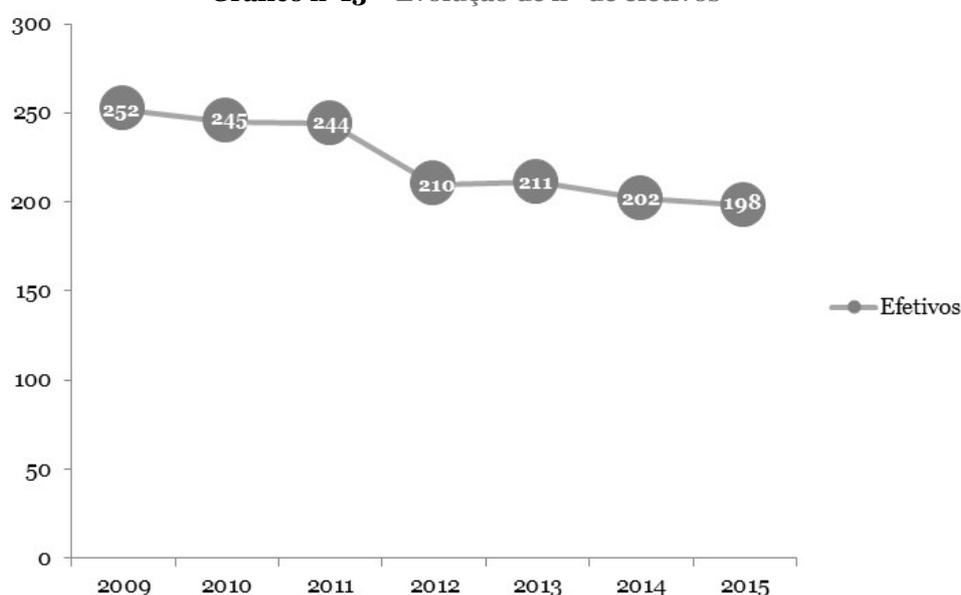
► Evolução do nº de efetivos

Verifica-se que em 2015 e por referência ao ano de 2014, o número de efetivos recuou cerca de 1,98%, diminuindo os seus efetivos em nº de 4 (quatro), fixando-se nos 198 efetivos.

Quadro nº9- Evolução de Efetivos

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Totais	252	245	244	210	211	202	198
Variacão (nº)		-7	-1	-34	1	-9	-4
Variacão %		-2,8%	-0,4%	-13,9%	0,5%	-4,3%	-2,0%

Variacão 2010/2014	-17,55%
Variacão 2011/2014	-17,21%
Variacão 2010/2015	-19,18%
Variacão 2011/2015	-18,85%
Variacão 2014/2015	-1,98%

Gráfico nº13 – Evolução de nº de efetivos


► **Trabalhadores segundo cargo/carreira, modalidade de vinculação e género**

No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2015, e pela análise dos quadros e gráficos seguintes, conclui-se que a carreira e assistente operacional é aquela que concentra o maior número de trabalhadores, 96 (noventa e seis), o que representa 48,48% do total dos trabalhadores.

Quadro nº10 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2015)

Cargo/Carreira	Comissão de Serviço	CTFP por termo indeterminado	Total	% em relação ao total
Dirigente Intermédio	5		5	2,53%
Técnico Superior		34	34	17,17%
Assistente Técnico		57	57	28,79%
Assistente Operacional		96	96	48,48%
Informática		2	2	1,01%
Outros	4		4	2,02%
Total	9	189	198	100,00%
% em relação ao total	4,55%	95,45%	100,00%	

Gráfico nº14 – Distribuição de trabalhadores segundo Cargo /Carreiras (2015)

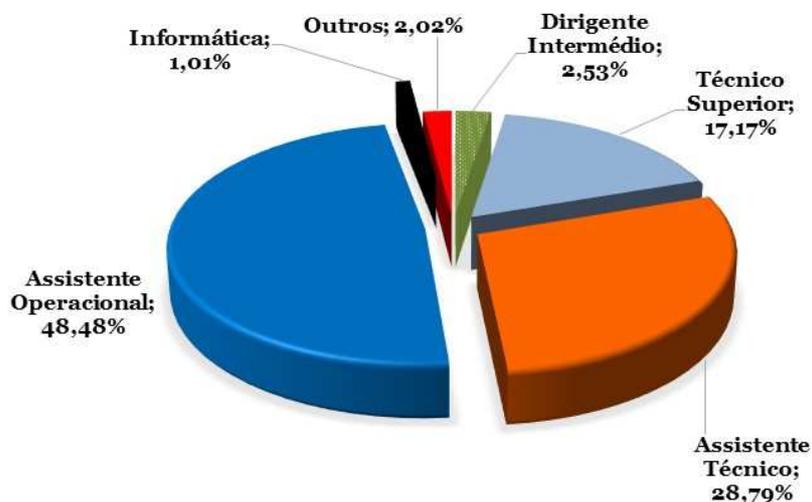
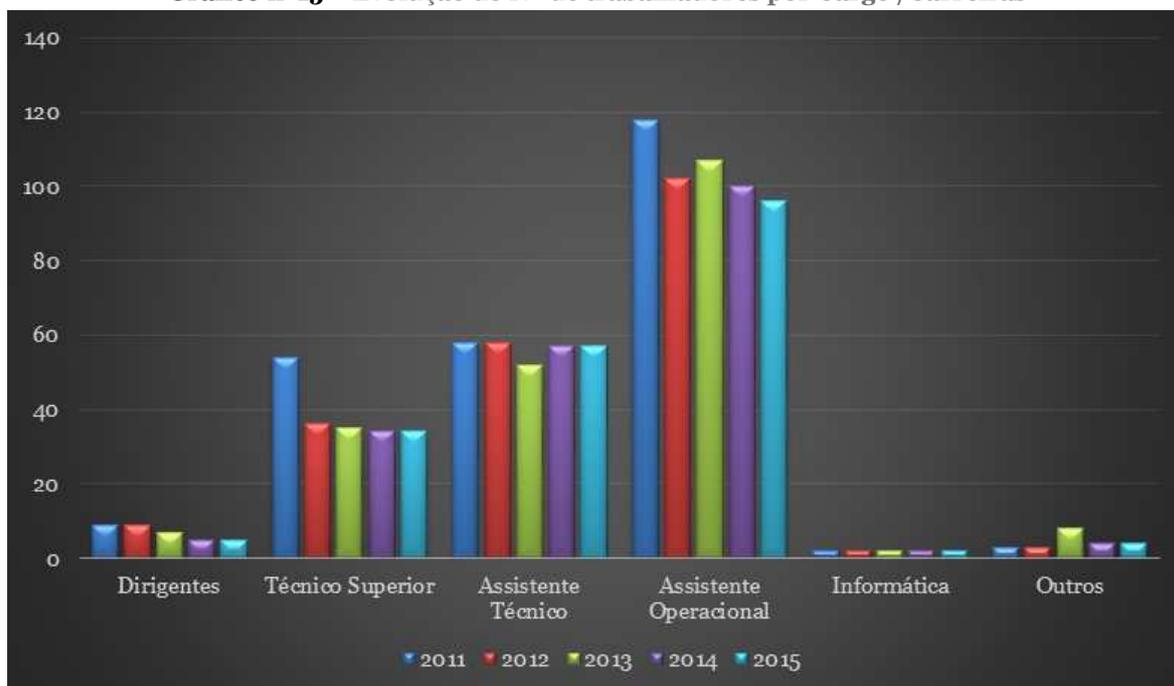


Gráfico nº15 – Evolução do N° de trabalhadores por Cargo /Carreiras



Quadro nº11 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

ANOS	S	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
2011	H	6	27	14	68	1	1	117
	M	3	27	44	50	1	2	127
2012	H	6	10	14	63	1	1	95
	M	3	26	44	39	1	2	115
2013	H	5	11	10	62	1	4	93
	M	2	24	42	45	1	4	118
2014	H	3	13	13	58	1	1	89
	M	2	21	44	42	1	3	113
2015	H	3	13	13	54	1	1	85
	M	2	21	44	42	1	3	113

► Trabalhadores segundo o sexo e grupo etário

Dos escalões etários é de realçar o grupo etário de 50-54, com 56 trabalhadores, o que representa 28,28% do efetivo, em que 34 são homens e 22 são mulheres.

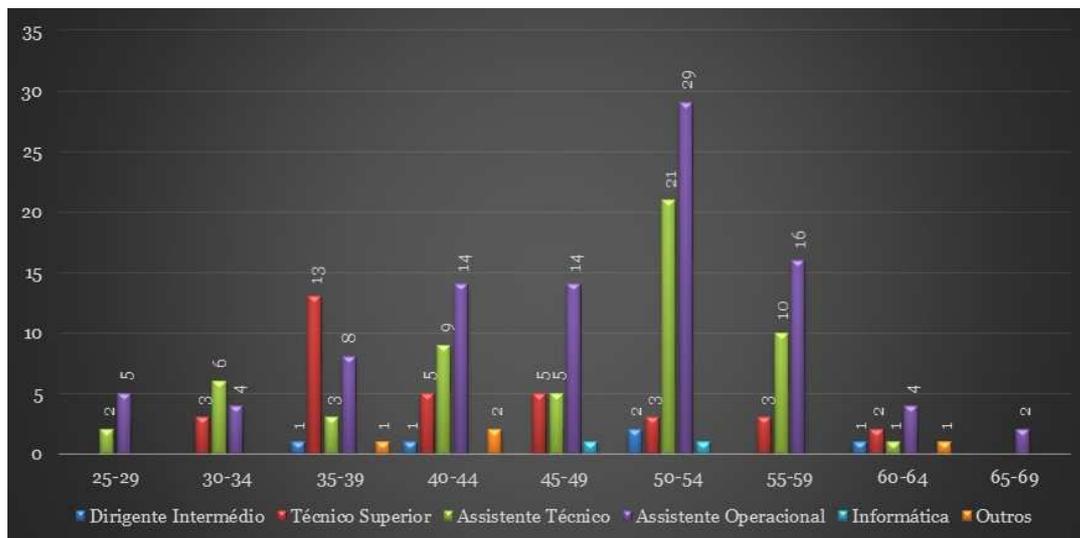
Quadro nº12 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo etário

Grupo etário	Homens	Mulheres	Total	%
25-29	2	5	7	3,54%
30-34	4	9	13	6,57%
35-39	10	16	26	13,13%
40-44	6	25	31	15,66%
45-49	8	17	25	12,63%
50-54	34	22	56	28,28%
55-59	14	15	29	14,65%
60-64	6	3	9	4,55%
65-69	1	1	2	1,01%
Total	85	113	198	100,00%

Relativamente à taxa de envelhecimento (trabalhadores com mais de 55 anos) no ano de 2015 situou-se nos 20,21%.

Para o total de efetivos em 31-12-2015 a idade média situou-se nos 47,98 anos, sendo nos homens de 50,18 anos e nas mulheres de 46,34 anos.

A estrutura dos trabalhadores do Município de Estarreja por género, a 31-12-2015, era composta por 113 mulheres e 85 homens, correspondendo a de 57% e 43% respetivamente.

Gráfico nº16 – Distribuição do nº de trabalhadores por Grupo Etário e por cargo/carreira

Quadro nº13 – Distribuição do nº de trabalhadores por cargo/carreira e grupo etário

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
25-29			2	5			7
30-34		3	6	4			13
35-39	1	13	3	8		1	26
40-44	1	5	9	14		2	31
45-49		5	5	14	1		25
50-54	2	3	21	29	1		56
55-59		3	10	16			29
60-64	1	2	1	4		1	9
65-69				2			2
Total	5	34	57	96	2	4	198

► Trabalhadores por antiguidade

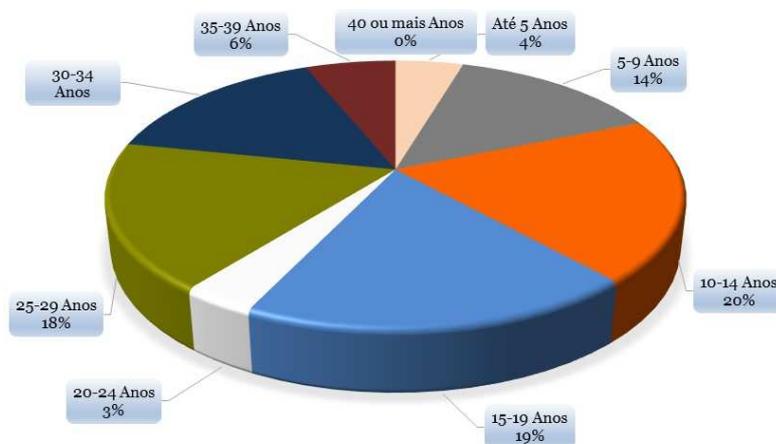
No ano de 2015, a antiguidade média dos trabalhadores foi de 16,57 anos. Em termos globais o escalão de antiguidade 10-14 anos é aquele que concentra o maior número de trabalhadores com 39 trabalhadores, seguido imediatamente pelo escalão 15-19 anos, com 37 trabalhadores. Pelo contrário, o escalão de antiguidade dos 20-24, é aquele que possui menos trabalhadores, com 7.

É também nos escalões de antiguidade 10-14 anos e 15-19 anos que o efetivo feminino tem maior representatividade, com 27 trabalhadores cada. De realçar a maior representatividade do sexo masculino no escalão de antiguidade 25-29 anos com 23 trabalhadores contra 12 trabalhadores do sexo feminino.

Quadro nº14 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo

Grupo	Homens	Mulheres	Total	%
Até 5 Anos	5	4	9	4,55%
5-9 Anos	6	22	28	14,14%
10-14 Anos	12	27	39	19,70%
15-19 Anos	10	27	37	18,69%
20-24 Anos	4	3	7	3,54%
25-29 Anos	23	12	35	17,68%
30-34 Anos	15	16	31	15,66%
35-39 Anos	10	2	12	6,06%
40 ou mais Anos	0	0	0	0,00%
Total	85	113	198	100,00%

Gráfico nº17 – Distribuição de trabalhadores segundo a antiguidade



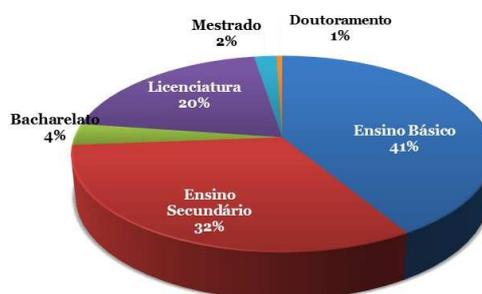
► **Trabalhadores por habilitação Literária**

No quadro seguinte percebe-se que o número mais elevado é o de trabalhadores com o Ensino Básico com uma percentagem de 41,4%.

Quadro nº15 – Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade

Escolaridade	N.º trabalhadores	%
Ensino Básico	82	41,4%
Ensino Secundário	64	32,3%
Bacharelato	7	3,5%
Licenciatura	40	20,2%
Mestrado	4	2,0%
Doutoramento	1	0,5%

Gráfico nº18 – Distribuição de trabalhadores segundo habilitação literária



Quadro nº16 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género

Habilitação	Homens	Mulheres	Total	%
Menos do 4º ano	0	0	0	0,00%
4º Ano	26	8	34	17,17%
6º Ano	14	9	23	11,62%
9º Ano	13	12	25	12,63%
11º Ano	2	13	15	7,58%
12º Ano	10	39	49	24,75%
Bacharelato	1	6	7	3,54%
Licenciatura	19	21	40	20,20%
Mestrado	0	4	4	2,02%
Doutoramento	0	1	1	0,51%
Total	85	113	198	100,00%

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Em 2015, as proximidades do Município de Estarreja mantiveram-se em linha com as premissas e prioridades das GOP's definidas para esse ano, cujos objetivos estratégicos assentam no programa autárquico sufragado em 2013, tendo naturalmente a atividade da Câmara como grandes princípios orientadores:

- i. O rigor e prudência nos pressupostos, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita e firmes da redução da despesa;
- ii. A gestão responsável, a transparência e o rigor nas contas;
- iii. A concentração dos meios disponíveis no Desenvolvimento Económico e Competitividade, na Inovação e Coesão Social, na Reabilitação Urbana e Valorização do Território e no Ambiente, Qualidade de Vida, Proteção Civil e Segurança, áreas em que a atuação do Município é relevante e decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos.

As prioridades definiram-se assim através de 5 eixos estratégicos transversais que, no que se refere a 2015, atingiram as seguintes taxas de execução (financeira) e que na sua globalidade ultrapassaram os 70%:

Quadro n.º17 – Execução dos Eixos Estratégicos (unidade monetária: Euros)

Eixo Estratégico	Realizado	Taxa de execução
Desenvolvimento Económico e Competitividade	1.257.297,93 €	62,46%
Reabilitação Urbana e Valorização do Território	1.721.791,48 €	57,23%
Inovação e Coesão Social	3.315.024,01 €	75,42%
Ambiente e Qualidade de Vida	1.586.111,50 €	71,62%
Governança Municipal	7.700.381,27 €	85,04%

No que se refere ao eixo **Desenvolvimento Económico e Competitividade**, destaca-se a grande aposta na aquisição de terrenos tendo em vista a infraestruturização e a sua posterior venda a empresas que se pretendam instalar em Estarreja (ver quadro com evolução) e a receita com a venda de terrenos para localização de novas empresas que ultrapassa largamente o valor previsto não obstante não constituir ainda um valor financeiramente elevado. Sublinha-se as áreas de Incubação de Empresas e Apoio ao Empreendedorismo e ao emprego, com a conclusão de reabilitação do antigo Colégio, a criação da Academia empreendedora e a estabilização do funcionamento do GIP.

Quadro n.º18 – Aquisição Prédios E-PE

	N.º prédios adquiridos	Área (m²)	Valor
2012	37	54.883,0	143.928,40 €
2013	44	42.903,0	113.654,50 €
2014	111	130.719,62	425.847,87 €
2015	158	214.041,62	810.530,27 €

Continuámos a intervir na rede hidrográfica, protegendo terrenos agrícolas e espaços naturais do avanço de água salgada, salvaguardando o nosso riquíssimo património natural. Sublinha-se o contínuo trabalho de manutenção dos percursos naturais do concelho e a conclusão das obras de requalificação das Ribeiras de Pardilhó em que o Município de Estarreja e o Polis da Ria dividiram investimento que permitiu intervir em 4 Ribeiras até aí votadas ao abandono. 2015 foi também o ano de realização da 2ª edição da ObservaRia e da 1ª Edição da BIORACE. No permanente trabalho de valorização da nossa frente lagunar onde o projeto BIORIA, agora com o Centro de Interpretação

Ambiental a funcionar todo o ano, ocupa lugar central com sucessivo aumento do número de visitantes, adquirimos mais um edifício no Ribeiro de Salreu com o objetivo de criar melhores condições para os visitantes.

No eixo da **Reabilitação Urbana e Valorização do Território** foi definida a área de reabilitação urbana (ARU) da Cidade de Estarreja e aprovado o quadro de apoios e benefícios fiscais a conceder a operações desta tipologia. Concluiu-se o Projecto de Execução do Mercado Municipal e da zona envolvente e deu-se início ao processo de apresentação do mesmo aos feirantes e comerciantes das zonas contíguas à área de intervenção prevista. Aumentámos (de novo) para os maiores valores de sempre os apoios às Juntas de freguesia através dos acordos de delegação de competências e dos contratos inter-administrativos, apoiando ainda a requalificação dos Mercados de Pardilhó e Avanca. E na rede viária, demos continuidade ao plano de requalificação da rede concelhia, intervindo em mais de 100 arruamentos municipais, em linha com o objetivo de até ao final do mandato a totalidade da rede viária ficar beneficiada. Demos também início a duas empreitadas há muito esperadas - a rua do Outeiro da bandeira em Avanca e rua Aido do Afonso em Pardilhó; também em Pardilhó continuámos a intervir no troço da EN 224-2 dado que embora esteja fora da nossa jurisdição, não podemos deixar de intervir para resolver uma situação que se arrasta há anos. Em Salreu concluímos a rua do Passal e em Avanca beneficiámos a rua de Santa Ana.

Relativamente ao eixo **Inovação e Coesão Social**, destaca-se na área da educação a oferta dos manuais escolares a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o aumento das atividades de animação e apoio às famílias no pré-escolar e a introdução do CAF no 1.º ciclo, complementando as AEC's e a duplicação dos valores monetários das Bolsas de Estudo para os estudantes do ensino superior. Na inclusão e ação social sublinha-se a distinção pelo 5º Ano consecutivo da Câmara Municipal de Estarreja como "Autarquia familiarmente responsável". A criação do Banco Local de voluntariado e a aprovação dos regulamentos municipais de apoio à vacinação infantil não comparticipada e de apoio ao arrendamento habitacional, áreas completamente novas na autarquia, para além do "Casa Melhor" e o "Habitação Freguesias" e o apoio aos investimentos físicos das IPSS's são também pontos a considerar. Na área da Cidadania, destaque para o primeiro ano de execução físico dos projetos do Orçamento Participativo Municipal e Orçamento Participativo Jovem.

Na área cultural, as Festas de Santo António e o Carnaval de Estarreja constituíram os usuais momentos altos dos eventos municipais, em linha com a evolução dos últimos anos. A beneficiação do edifício da Biblioteca Municipal, a conclusão da intervenção de beneficiação na cobertura do Casa-Museu Egas Moniz e a reabilitação da "casa do caseiro" para alojamento local são pontos também a destacar, bem como as ações ali realizadas. No ano do seu 10.º aniversário, o CTE atingiu números records, sublinhando-se aqui também o êxito que se reveste a área do cinema, justificando plenitude o investimento no cinema digital.

Quadro nº19 – CTE - Evolução de Públicos

2015		2014		2013	
Eventos	Espetadores	Eventos	Espetadores	Eventos	Espetadores
274	35.507	300	30.392	247	24.903

2015 foi também o ano de consolidação do trabalho do Laboratório de Aprendizagem Criativa (LAC), um serviço transversal aos diversos equipamentos culturais, constituindo uma verdadeira rede cultural, educativa, científica e criativa. Destaque ainda para a atividade da BIG Band Estarrejazz e para mais uma edição do Festival Estarrejazz.

No apoio às coletividades e associativismo aumentámos (de novo) o valor do apoio em verbas correntes e capital às coletividades desportivas e culturais de Estarreja e continuámos a sublinhar o Garcicup como uma das grandes realizações do nosso concelho. Demos também sequência ao plano de requalificação dos equipamentos desportivos municipais intervindo no Pavilhão Municipal Adelino

Dias Costa em Avanca. O investimento *per capita* da Câmara Municipal de Estarreja no Desporto é um dos mais elevados no contexto dos municípios portugueses e quase duplica o valor médio nacional.

Relativamente ao eixo **Ambiente e Qualidade de Vida**, na área de eficiência energética, iniciámos um projecto-piloto de gestão da iluminação pública tendente a gerir a rede de forma inteligente poupando recursos, mantendo, e se possível aumentando, a cobertura. Com a instalação na Piscina Municipal de Avanca de uma bomba de calor em substituição da caldeira de gás propano, como fonte de aquecimento, fomos percussores a nível nacional da instalação deste sistema em piscinas públicas, sistema esse que nos permitirá uma poupança a de mais de 30% com os custos energéticos. Aumentámos o apoio às Juntas de Freguesia no que se refere aos espaços verdes e adquirimos equipamento que nos permite uma maior rentabilidade dos nossos serviços. E na higiene urbana e saúde pública continuámos com o processo de alargamento da rede de “moloks” semi-enterrados. E interviemos preventivamente em vários locais tentando antecipar problemas potenciais na rede de drenagem de águas pluviais.

A execução do eixo **Governança Municipal** traduz em termos genéricos o cometimento das unidades orgânicas e dos funcionários municipais com a atividade municipal e é motivo de natural regozijo. Aqui se inclui a componente dos encargos com pessoal, a amortização de empréstimos e os custos com as diversas instalações municipais.

5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos de execução orçamental mantém um capítulo próprio, não obstante algumas lacunas de informação contabilística e financeira, as quais são devidamente colmatadas com a introdução da Contabilidade Geral/Patrimonial. De facto, através da Contabilidade Orçamental (contabilidade essencialmente na ótica “de caixa”) é possível obter conclusões muito rápidas e elucidativas quanto à forma como é gerido o Município, sendo facilmente se consegue aferir a sua situação financeira de curto-prazo.

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2015, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015”.

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

5.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2015. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

Pela análise da Contabilidade Orçamental, podemos acompanhar todo o processo de realização da despesa e arrecadação de receitas.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

5.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

De forma a melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, nomeadamente no que concerne às suas principais variações ao longo do exercício económico, promove-se de seguida a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** e assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

Quadro nº 20 - Orçamento Inicial versus Final, Executado

Orçamento para o ano 2015							
Designação (a)	PREVISÃO			EXECUÇÃO		Taxas de Execução	
	Inicial (b)	Final / Corrigida (c)	Desvio (d)	Valor (e)	Desvio (f)	Inicial (g) = (e)/(b)	Corrigida (h) = (e)/(c)
Receitas Correntes	13.326.278,00	13.326.278,00	0,00	13.266.075,04	-60.202,96	99,55%	99,55%
Receitas de Capital	2.623.722,00	3.276.820,07	653.098,07	1.836.810,83	-1.440.009,24	70,01%	56,05%
Outras	50.000,00	4.083.670,68	4.033.670,68	4.040.970,08	-42.700,60	8081,94%	98,95%
Recetas Totais	16.000.000,00	20.686.768,75	4.686.768,75	19.143.855,95	-1.542.912,80	119,65%	92,54%
Despesas Correntes	10.778.634,46	11.408.134,46	629.500,00	9.668.389,87	-1.739.744,59	89,70%	84,75%
Despesas de Capital	5.221.365,54	9.278.634,29	4.057.268,75	5.863.943,46	-3.414.690,83	112,31%	63,20%
Despesas Totais	16.000.000,00	20.686.768,75	4.686.768,75	15.532.333,33	-5.154.435,42	97,08%	75,08%

Os documentos previsionais de 2015 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 16.000.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2015 apresentaram uma previsão inferior em 1.500.000,00€. No entanto, as dotações finais/corrigidas do Orçamento 2015 apresentam um aumento de 752.287,21€ face às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2014.

Dessa previsão e dotação inicial, e no termos do ponto 8.3.1 do POCAL procedeu-se a um conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 9 (nove) alterações e 1 (uma) revisão orçamental, que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 29,29 % ou em termos absolutos num aumento do orçamento de 4.686.768,75€.

O orçamento corrigido final de 2015 do Município de Estarreja situou-se nos 20.686.768,75€, após a 1ª revisão orçamental e teve por base principal o nível de receita efetiva acrescido do saldo da gerência anterior.

Em matéria de natureza **corrente**:

- ✦ Nas receitas correntes, a previsão final permaneceu fixa nos de 13.326.278,00€.
- ✦ Nas despesas correntes com uma previsão inicial de 10.778.634,46€, comportaram uma variação positiva de (+) 629.500,00 € que determinou uma dotação final de 11.408.134,46 €.

Quanto às rubricas de natureza de **capital**:

- ✦ As receitas de capital, inicialmente dotadas com 2.623.722,00€, finalizaram com uma dotação de 3.276.820,07€, por força de aumento da sua dotação em (+) 653.098,07€.
- ✦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 5.221.365,54€, tendo sido aumentado em (+) 4.057.268,75€, o que o posicionou no final em 9.278.634,29€.

O exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de caráter corrente.

► Alterações e Revisões ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou reduzindo a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, sendo que, no exercício de 2015, foi necessário proceder a 10 (dez) modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

Quadro nº 21

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita		1
Orçamento da Despesa	9	1
Plano Plurianual de Investimentos	9	1
Plano de Atividades Municipais	9	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2015, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

Em consequência das 10 (dez) modificações realizadas ao orçamento da despesa, como se pode observar no quadro nº22, foram realizados reforços no valor de 6.253.500,85€ que apenas determinaram um aumento da dotação global de 4.686.768,75€, correspondendo a uma variação relativamente ao orçamento inicial de 29,29%. Este aumento registado nas dotações do orçamento Municipal de 2015, resultou essencialmente da incorporação do saldo de gerência anterior (4.033.670,68€) acrescido de reforço de receitas de capital decorrente de financiamento bancário contraído no exercício económico na versão de operação de substituição de dívida (amortização (despesa) de empréstimo vigente e com taxa de juro elevada face ao atualmente praticado no mercado). Para os 1.566.732,10€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Quadro nº 22- Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –DESPESA
(unidade monetário:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	10.778.634,46	67,37%	1.405.596,72	776.096,72	11.408.134,46	55,15%	629.500,00	5,84%
Despesas com Pessoal	4.602.850,00	28,77%	83.150,00	201.150,00	4.484.850,00	21,68%	-118.000,00	-2,56%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4.917.420,00	30,73%	1.076.389,81	416.285,00	5.577.524,81	26,96%	660.104,81	13,42%
Juros e Outros Encargos	115.150,00	0,72%	2.535,00	8.300,00	109.385,00	0,53%	-5.765,00	-5,01%
Transferências Correntes	974.370,00	6,09%	243.021,91	119.730,00	1.097.661,91	5,31%	123.291,91	12,65%
Outras Despesas Correntes	168.844,46	1,06%	500,00	30.631,72	138.712,74	0,67%	-30.131,72	-17,85%
		0,00%						
Despesas de Capital	5.221.365,54	32,63%	4.847.904,13	790.635,38	9.278.634,29	44,85%	4.057.268,75	77,71%
Aquisição de Bens de Investimento	3.179.704,65	19,87%	3.513.723,06	546.652,38	6.146.775,33	29,71%	2.967.070,68	93,31%
Transferências de Capital	751.952,89	4,70%	464.500,00	83.900,00	1.132.552,89	5,47%	380.600,00	50,61%
Activos Financeiros	237.208,00	1,48%	206.583,00	157.583,00	286.208,00	1,38%	49.000,00	20,66%
Passivos Financeiros	1.050.000,00	6,56%	653.098,07	2.500,00	1.700.598,07	8,22%	650.598,07	61,96%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,02%	10.000,00	0,00	12.500,00	0,06%	10.000,00	400,00%
Total da Despesa	16.000.000,00	100,00%	6.253.500,85	1.566.732,10	20.686.768,75	100,00%	4.686.768,75	29,29%

Como se pode observar, as variações líquidas mais significativas ocorreram nas rubricas “Aquisição de Bens de Capital” (2.967.070,68€ - ↑93,31%); “Aquisição de Bens e Serviços correntes” (660.104,81€ - ↑13,42%); Passivos Financeiros (650.598,07€ - ↑61,96%) e “Transferências de Capital”(380.600,00€ - ↑50,61%). Estes reforços ocorreram com a integração do saldo de gerência anterior, dotando o

município com maior capacidade de liquidar faturação de serviços e fornecimento de bens correntes (diminuição de dívida administrativa) e de investir.

A rubrica das “Despesas com Pessoal” foi uma das únicas rubricas económicas a registar uma redução da sua dotação inicial, associada a manutenção das reduções remuneratórias nos vencimentos e saída de algum pessoal.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

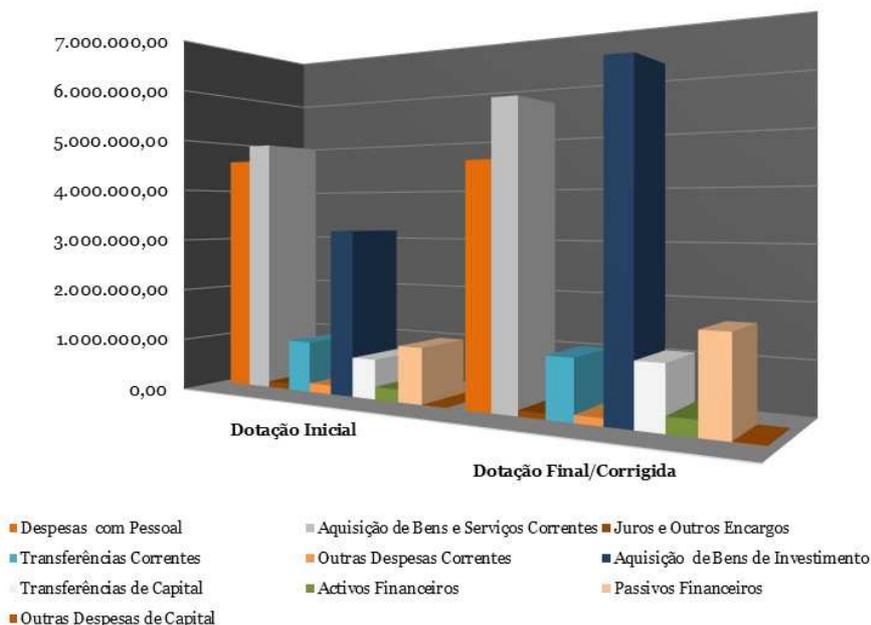


Gráfico nº19 – Modificações Orçamentais à Despesa

De realçar o reforço das despesas de capital na rubrica “Passivos financeiros” (+653.098,07€) por forma a promover os procedimentos para a operação de substituição de dívida, ao abrigo do disposto no art.106º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015 – Lei nº 82-B/2014, de 31/12) – liquidação antecipada de empréstimo de médio e longo prazo vigente, substituindo este financiamento bancário existente com uma taxa de juro elevada face ao atualmente praticado no mercado financeiro existente por outro mais vantajoso.

A modificação formalizada no Orçamento da Receita, teve reflexos no aumento da dotação das receitas de capital associado ao financiamento bancário anteriormente referenciado no valor de 653.098,07€ e nas “Outras receitas” com a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior”, no montante de 4.033.670,68€, tendo dado origem a um aumento global da receita no valor de 4.686.768,75€, nos termos a seguir sistematizados:

Quadro nº23 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica – RECEITA

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Recetas Correntes	13.326.278,00	83,29%	0,00	0,00	13.326.278,00	64,42%	0,00	0,00%
Im postos Directos	3.991.500,00	24,95%	0,00	0,00	3.991.500,00	19,29%	0,00	0,00%
Im postos Indirectos	481.200,00	3,01%	0,00	0,00	481.200,00	2,33%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	111.600,00	0,70%	0,00	0,00	111.600,00	0,54%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	773.500,00	4,83%	0,00	0,00	773.500,00	3,74%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	6.802.678,00	42,52%	0,00	0,00	6.802.678,00	32,88%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.085.800,00	6,79%	0,00	0,00	1.085.800,00	5,25%	0,00	0,00%
Outras Recetas Correntes	80.000,00	0,50%	0,00	0,00	80.000,00	0,39%	0,00	0,00%
Recetas de Capital	2.623.722,00	16,40%	653.098,27	0,00	3.276.820,07	15,84%	653.098,07	24,89%
Venda de Bens de Investimento	112.750,00	0,70%	0,00	0,00	112.750,00	0,55%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	2.379.772,00	14,87%	0,00	0,00	2.379.772,00	11,50%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	250,00	0,00%	653.098,27	0,00	653.348,07	3,16%	653.098,07	261239,23%
Outras Recetas de Capital	130.950,00	0,82%	0,00	0,00	130.950,00	0,63%	0,00	0,00%
Outras Recetas	50.000,00	0,31%	4.033.670,68	0,00	4.083.670,68	19,74%	4.033.670,68	8067,34%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	0,31%	0,00	0,00	50.000,00	0,24%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00%	4.033.670,68	0,00	4.033.670,68	19,50%	4.033.670,68	n.a
Total da Receita	16.000.000,00	100,00%	4.686.768,95	0,00	20.686.768,75	100,00%	4.686.768,75	29,29%

(unidade monetário: Euros)

► Resumo da Execução Orçamental

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2015**, 4.033.670,68€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2015.

Quadro nº24 - Resumo de Execução Orçamental 2015

(unidade monetário: Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Recetas Correntes	13.326.278,00	13.326.278,00	13.266.075,04	-60.202,96	99,55%	99,55%
Recetas de Capital	2.623.722,00	3.276.820,07	1.836.810,83	-1.440.009,24	70,01%	56,05%
Outras	50.000,00	4.083.670,68	4.040.970,08	-42.700,60	8081,94%	98,95%
Recetas Totais	16.000.000,00	20.686.768,75	19.143.855,95	-1.542.912,80	119,65%	92,54%
Despesas Correntes	10.778.634,46	11.408.134,46	9.668.389,87	-1.739.744,59	89,70%	84,75%
Despesas de Capital	5.221.365,54	9.278.634,29	5.863.943,46	-3.414.690,83	112,31%	63,20%
Despesas Totais	16.000.000,00	20.686.768,75	15.532.333,33	-5.154.435,42	97,08%	75,08%

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

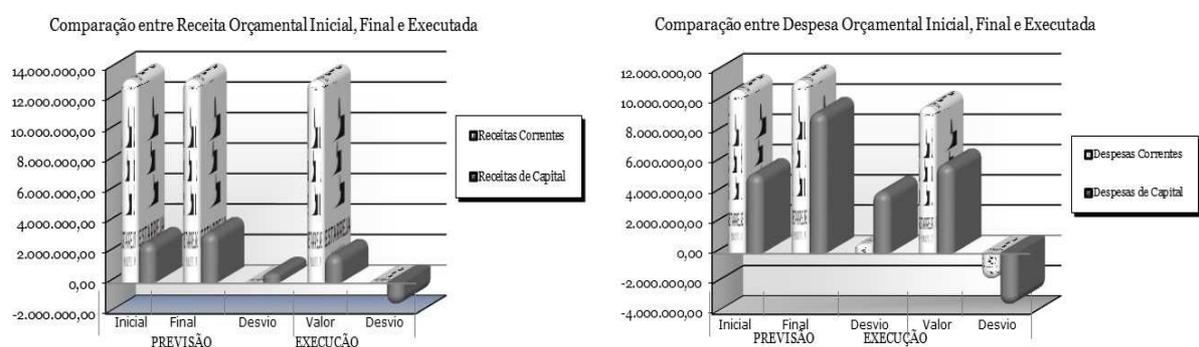
- A taxa de execução das **recetas correntes**, manteve-se em níveis elevados, 99,55%, o que significa que para uma previsão final de 13.626.278,00€ se atingiu uma execução de 13.266.075,04€ originando um desvio de (-) 60.202,96 €, sobretudo devido à influência da rubrica de Impostos Diretos;
- No que respeita às **recetas de capital**, estas continuam aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 3.276.820,07€ apenas se atingiu uma execução de 1.836.810,33€, representando um desvio de (-) 1.440.009,24 €, correspondendo uma taxa de execução de 56,05%, bem superior à taxa de execução do ano 2014 que apenas atingiu os 33,35%, sendo determinante a utilização de empréstimo bancário (capital alheio) - operação de substituição de dívida, no valor de 653.098,07€.

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 75,08%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 84,75%, com um valor de despesa paga de 9.668.389,87€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 5.863.943,46€, representando uma taxa de execução 63,20% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** no montante de **19.143.855,95€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 92,54% (em 2014 foi de 87,34%), e um nível de **despesa total** paga de **15.532.333,33€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 75,08% (em 2014 foi de 67,10%), um saldo a transitar para a gerência de 2016 de 3.611.522,62€.

Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

Gráficos nº20 e 21 – Orçamento Inicial, Final e Executado – RECEITA e DESPESA



5.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2015, a um acréscimo das receitas arrecadadas e das despesas pagas, na ordem dos 9,96% e 16,12% respetivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº25 - Evolução da Execução Orçamental 2014/2015

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)			Taxas de Execução(%)		Tx de Crescimento
	2014	2015	Diferença	2014	2015	Diferença	2014	2015	
Receitas Correntes	12.741.855,63	13.266.075,04	524.219,41	12.750.235,00	13.326.278,00	576.043,00	99,93%	99,55%	4,11%
Receitas de Capital	1.240.513,76	1.836.810,83	596.297,07	3.719.765,00	3.276.820,07	-442.944,93	33,35%	56,05%	48,07%
Outras	3.427.651,44	4.040.970,08	613.318,64	3.464.481,24	4.083.670,68	619.189,44	98,94%	98,95%	17,89%
Receitas Totais	17.410.020,83	19.143.855,95	1.733.835,12	19.934.481,24	20.686.768,75	752.287,51	87,34%	92,54%	9,96%
Despesa Correntes	8.820.699,93	9.668.389,87	847.689,94	11.146.359,24	11.408.134,46	261.775,22	79,14%	84,75%	9,61%
Despesas de Capital	4.555.650,22	5.863.943,46	1.308.293,24	8.788.122,00	9.278.634,29	490.512,29	51,84%	63,20%	28,72%
Despesas Totais	13.376.350,15	15.532.333,33	2.155.983,18	19.934.481,24	20.686.768,75	752.287,51	67,10%	75,08%	16,12%

Da análise da receita no último biênio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um aumento em termos absolutos de (+) 1.733.835,12€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 9,96%, contrariando a tendência que se registou no ano 2014 com um decréscimo de (-) 2.026.582,86€, representando uma diminuição de 10,43%.

No que respeita às **despesas totais** pagas do Município observa-se, no ano em análise, um acréscimo no valor de (+) 2.155.983,18€, que representa uma taxa de crescimento de 16,12%, face ao ano anterior.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2014, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 4,11% (+524.219,41€), tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 48,07% (+596.297,07€).

As Outras Receitas onde se encaixa a contabilização do saldo de gerência transitado de gerência anterior, atingiu uma execução de 98,95%, tendo-se registado um acréscimo de 17,89% dado que o saldo de gerência transitado aumentou, em termos absolutos, 619.189,44€ (↑18,13%)

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 9,61% (+ 261.775,22€) e as Despesas de Capital um aumento de 28,72% (+490.512,29€), invertendo-se a tendência verificada nos anos 2013 e 2014.

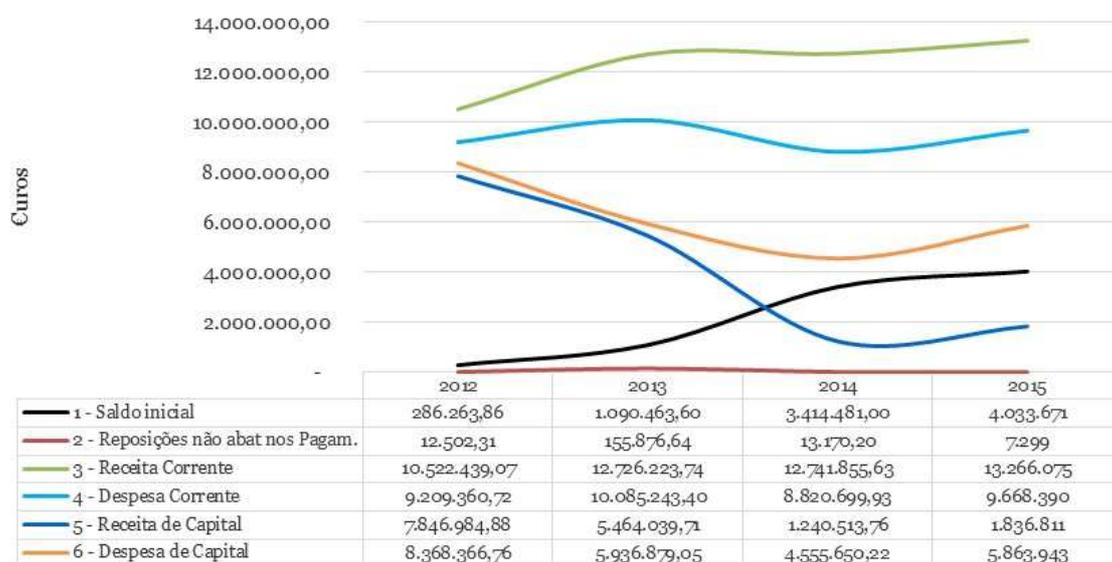
No quadriênio de 2012/2015, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro e gráfico seguinte.

Quadro nº26 - Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO/EXECUÇÃO (%s)			
	2012		2013		2014		2015		2012	2013	2014	2015
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução				
1 - Saldo inicial	286.264	286.264	1.090.464	1.090.464	3.414.481	3.414.481	4.033.671	4.033.671	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2 - Reposições não abat nos Pagam.	50.000	12.502	50.000	155.877	50.000	13.170	50.000	7.299	25,00%	311,75%	26,34%	14,60%
3 - Receita Corrente	11.978.311	10.522.439	12.368.905	12.726.224	12.750.235	12.741.856	13.326.278	13.266.075	87,85%	102,89%	99,93%	99,55%
4 - Despesa Corrente	11.118.119	9.209.361	11.278.287	10.085.243	11.146.359	8.820.700	11.408.134	9.668.390	82,83%	89,42%	79,14%	84,75%
5 - Receita de Capital	11.948.689	7.846.985	7.409.486	5.464.040	3.719.765	1.240.514	3.276.820	1.836.811	65,67%	73,74%	33,35%	56,05%
6 - Despesa de Capital	13.145.145	8.368.367	9.640.567	5.936.879	8.788.122	4.555.650	9.278.634	5.863.943	63,66%	61,58%	51,84%	63,20%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	24.263.264	18.668.190	20.918.855	19.436.604	19.934.481	17.410.021	20.686.769	19.143.856	76,94%	92,91%	87,34%	92,54%
8 - Despesa Total (4+6)	24.263.264	17.577.727	20.918.855	16.022.122	19.934.481	13.376.350	20.686.769	15.532.333	72,45%	76,59%	67,10%	75,08%

(unidade monetária : €uros)

Gráfico nº 22- Variação das Receitas e Despesas 2012/2015

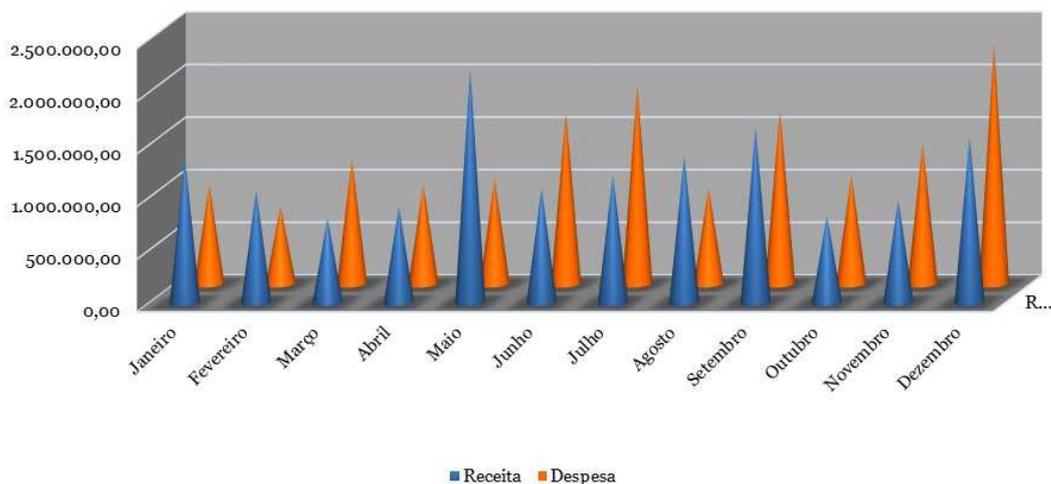


O grau de execução orçamental da receita total disponível apresentou em 2015 uma taxa de execução da receita na ordem dos 92,54%. A evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 100% de execução. Estes dados demonstram a preocupação na elaboração de orçamentos municipais mais realistas e prudentes.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano (por mês).

Quadro nº27 - Distribuição da Despesa e Receita ao longo dos meses de 2015.... (unidade monetária : Euros)

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Rec.	Total	Corrente	Capital	Total
Saldo Gerência Anterior			4.033.670,68	4.033.670,68			
Janeiro	1.298.109,89	83.209,50	1.736,89	1.383.056,28	897.306,35	41.420,59	938.726,94
Fevereiro	1.016.870,90	46.054,00	1.631,50	1.064.556,40	609.756,64	129.097,17	738.853,81
Março	750.508,65	50.080,75	66,93	800.656,33	787.525,39	399.113,90	1.186.639,29
Abril	863.072,85	47.379,00	2.847,57	913.299,42	706.887,71	237.063,49	943.951,20
Maió	2.169.330,77	46.054,00	121,89	2.215.506,66	883.774,85	118.827,39	1.002.602,24
Junho	852.972,57	235.795,73	53,69	1.088.821,99	1.230.986,60	398.634,63	1.629.621,23
Julho	847.742,50	367.809,33	53,69	1.215.605,52	990.842,14	896.741,28	1.887.583,42
Agosto	1.339.104,37	47.654,00	685,36	1.387.443,73	585.087,02	323.594,26	908.681,28
Setembro	985.630,42	681.965,28	0,00	1.667.595,70	571.570,63	1.074.649,23	1.646.219,86
Outubro	769.126,17	57.246,81	101,88	826.474,86	657.040,84	378.242,79	1.035.283,63
Novembro	898.390,71	79.654,00	0,00	978.044,71	849.030,49	486.038,75	1.335.069,24
Dezembro	1.475.215,24	93.908,43	0,00	1.569.123,67	898.581,21	1.380.519,98	2.279.101,19
	13.266.075,04	1.836.810,83	7.299,40	19.143.855,95	9.668.389,87	5.863.943,46	15.532.333,33

Gráfico nº23 - Evolução Mensal das Receitas e Despesas 2015 (excluindo Saldo de Gerência Transitado)


Destacam-se, na receita, os meses de maio, agosto e dezembro

- maio – IMI = 1.372.622,49€
- agosto – IMI= 333.203,91€
- setembro – Derrama = 267.280,48€ + Empréstimo M/L Prazo 635.911,28€
- dezembro - IMI = 711.714,96€

5.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

► Saldo de gerência

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2012 a 2015.

Quadro nº28 - Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais

(unidade monetária : Euros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA) (Unid. Monetário: Euros)	2012	2013	2014	2015
RECEITAS				
Receitas Correntes	10.522.439,07	12.726.223,74	12.741.855,63	13.266.075,04
Receitas de Capital	7.846.984,88	5.464.039,71	1.240.513,76	1.836.810,83
Reposições Abatidas nos Pagamentos	12.502,31	155.876,64	13.170,20	7.299,40
Saldo da Gerência Anterior	286.263,86	1.090.463,60	3.414.481,24	4.033.670,68
Total Recebimentos (Ano)	18.381.926,26	18.346.140,09	13.995.539,59	15.110.185,27
Total Recebimentos	18.668.190,12	19.436.603,69	17.410.020,83	19.143.855,95
DESPESAS				
Despesas Correntes	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93	9.668.389,87
Despesas de Capital	8.368.366,76	5.936.879,05	4.555.650,22	5.863.943,46
Total Pagamentos	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15	15.532.333,33
SALDOS ORÇAMENTAIS				
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	1.313.078,35	2.640.980,34	3.921.155,70	3.597.685,17
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	(521.381,88)	(472.839,34)	(3.315.136,46)	(4.027.132,63)
Saldo do Exercício (Saldo Corrente + Saldo de Capital + Reposições não Abatidas nos Pagamentos)	804.198,78	2.324.017,64	619.189,44	(422.148,06)
Encargos Não Pagos*	840.256,88	301.910,93	239.774,08	48.272,59
Encargos transitados de anos anteriores	2.609.374,80	840.256,88	301.910,93	239.774,08
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	2.573.316,70	2.862.363,59	681.326,29	(230.646,57)
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior + Saldo do Exercício)	1.090.462,64	3.414.481,24	4.033.670,68	3.611.522,62

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro nº28, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos sendo que o saldo da gerência 2015, o qual transita para o exercício seguinte (ano 2016) totalizando o valor de 3.611.522,62€, significando, no entanto um decréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2014 no valor de 422.148,06€ (-10,46%).

De referir, que o Saldo do Exercício (receitas expurgadas do efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor negativo, (-) 422.148,06 significando que o valor das receitas arrecadadas no próprio ano são inferiores às despesas pagas no ano.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi negativo no ano 2015, no valor de (-) 230.646,57€.

► Evolução dos Fluxos Monetários (operações orçamentais)

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Da análise da Evolução dos Fluxos Financeiro apresentado, é possível aferir que a execução orçamental tem permitido obter significativas poupanças correntes brutas, que oscilam neste último quadriénio, entre os 1,3M€ e os 3,9M€, em resultado das recorrentes cobranças de receita corrente acima das despesas correntes.

Quadro nº 29 – Evolução dos Fluxos Financeiros
(unidade monetária : Euros)

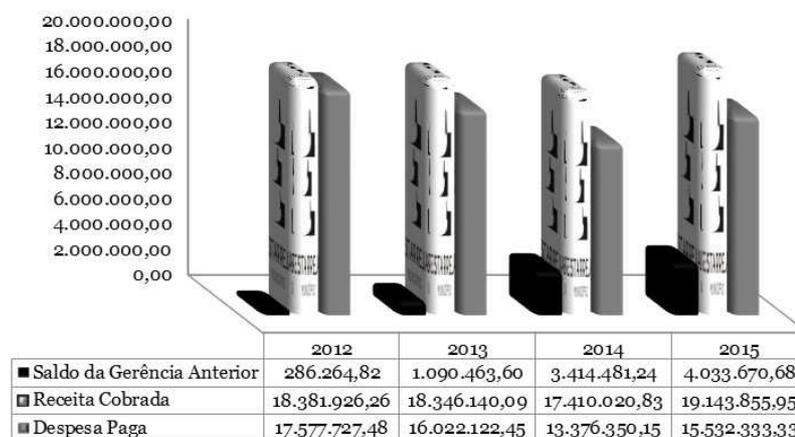
	2012			2013			2014			2015		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença									
Saldo da Gerência Anterior	286.264,82		286.264,82	1.090.463,60		1.090.463,60	3.414.481,24		3.414.481,24	4.033.670,68		4.033.670,68
Corrente	10.522.439,07	9.209.360,72	1.313.078,35	12.726.223,74	10.085.243,40	2.640.980,34	12.741.855,63	8.820.699,93	3.921.155,70	13.266.075,04	9.668.389,87	3.597.685,17
Capital	7.846.984,88	8.368.366,76	-521.381,88	5.464.039,71	5.936.879,05	-472.839,34	1.240.513,76	4.555.650,22	-3.315.136,46	1.836.810,83	5.863.943,46	-4.027.132,63
Outras	12.502,31		12.502,31	155.876,64		155.876,64	13.170,20		13.170,20	7.299,40		7.299,40
TOTAL.....	18.668.191,08	17.577.727,48	1.090.463,60	19.436.603,69	16.022.122,45	3.414.481,24	17.410.020,83	13.376.350,15	4.033.670,68	19.143.855,95	15.532.333,33	3.611.522,62

Em 2015, a receita corrente cobrada ascendeu a 13.266.075,04€ e a despesa paga situou-se nos 9.668.389,87€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 3.597.685,17€, constituindo esta, uma das principais fontes de financiamento do investimento.

Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 19.143.855,95 € e a despesa total paga 15.532.333,33€ gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 3.611.522,62€, inferior ao transitado da gerência de 2014, em cerca de 10,46%, que representa em termos absolutos um decréscimo de 422.148,06€.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 24 - Evolução dos Fluxos Financeiros


► Equilíbrio Orçamental

A poupança corrente cifrou-se em de 3.597.685,17€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 137,2%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental (vidé al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL), segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

De referir, que o Orçamento do Município de Estarreja cumpria este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

O Orçamento do Município de Estarreja previa uma poupança corrente bruta de 1.918.143,54€. A poupança corrente executada foi de 3.597.685,17€, superior em 1.679.541,63€ relativamente ao previsto.

Quadro nº 30 – Evolução Poupança Corrente Prevista/Executada

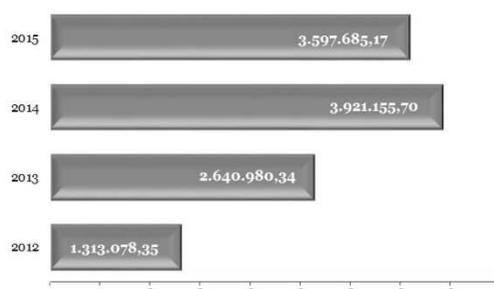
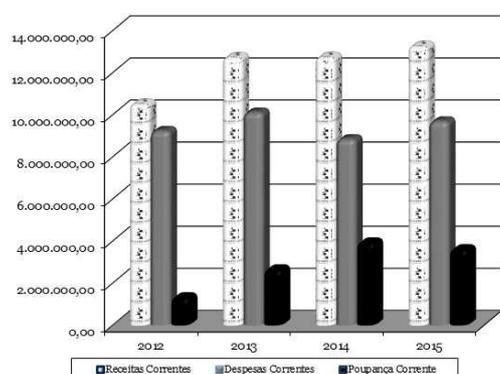
(unidade monetária :

	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação	2015	Variação
Receita Corrente Prevista	11.978.311,00	0,72%	12.368.905,00	3,26%	12.750.235,00	3,08%	13.326.278,00	4,52%
Despesa Corrente Prevista	11.118.119,95	-6,29%	11.278.287,12	1,44%	11.146.359,24	-1,17%	11.408.134,46	2,35%
Poupança Corrente Prevista	860.191,05	3115,99%	1.090.617,88	26,79%	1.603.875,76	47,06%	1.918.143,54	19,59%
Receita Corrente Executada	10.522.439,07	-11,23%	12.726.223,74	20,94%	12.741.855,63	0,12%	13.266.075,04	4,11%
Despesa Corrente Executada	9.209.360,72	-10,47%	10.085.243,40	9,51%	8.820.699,93	-12,54%	9.668.389,87	9,61%
Poupança Corrente Executada	1.313.078,35	183,75%	2.640.980,34	101,13%	3.921.155,70	48,47%	3.597.685,17	-8,25%
Variação Prevista/Executada	452.887,30		1.550.362,46		2.317.279,94		1.679.541,63	
% Variação	52,6%		142,2%		144,5%		87,6%	

(€uros)

A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida de médio e longo prazo.

Gráficos nº 25 e 26 – Evolução da Poupança Corrente



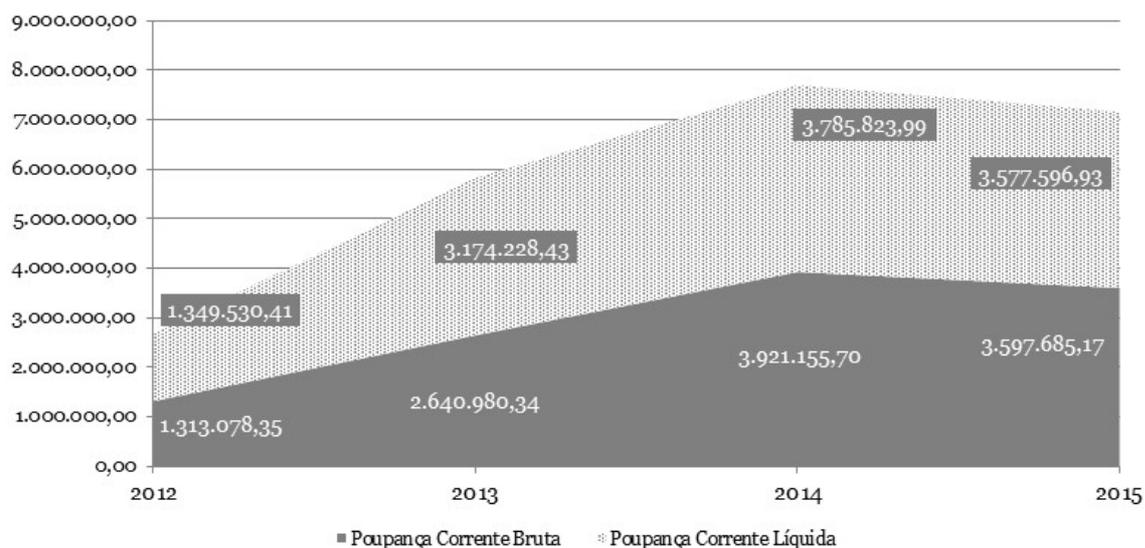
A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como a receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter uma poupança corrente do exercício que, em 2015, é de 3.577.596,93€.

Quadro nº 31 – Poupança Líquida Corrente

(unidade monetária : Euros)

Designação	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente Executada	10.522.439,07	12.726.223,74	12.741.855,63	13.266.075,04
Despesa Corrente Executada	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93	9.668.389,87
Poupança Corrente Executada	1.313.078,35	2.640.980,34	3.921.155,70	3.597.685,17
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	370.888,44	517.802,36	174.358,29	234.400,69
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	517.802,36	174.358,29	234.400,69	38.814,66
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	775.896,21	959.262,19	1.149.066,21	1.073.776,90
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	959.262,19	1.149.066,21	1.073.776,90	858.102,63
Poupança Corrente do Exercício	1.349.530,41	3.174.228,43	3.785.823,99	3.577.596,93

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

Gráficos nº 27 – Evolução da Poupança Líquida Corrente

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL À LUZ DO NOVO RFALEI (Lei nº73/2013,12/09)

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Esta norma, embora de aplicação *ex-ante*, foi seguida na execução desenvolvida ao longo do ano (equilíbrio *ex-post*), permitindo a formação de poupança corrente com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental insere-se o quadro seguinte:

Quadro nº 32 – Equilíbrio orçamental – art.40º RFALEI

2015	
Receita Corrente Prevista	13.326.278,00
Despesa Corrente Prevista	11.408.134,46
Amortizações Empréstimos M/L Prazo	1.700.598,07
Poupança Corrente Prevista	217.545,47
Receita Corrente Executada	13.266.075,04
Despesa Corrente Executada	9.668.389,87
Amortizações Empréstimos M/L Prazo	1.692.049,23
Poupança Corrente Executada	1.905.635,94
Variação Prevista/Executada	1.688.090,47
% Variação	776,0%

O Município de Estarreja, em matéria de execução orçamental respeitou na íntegra o princípio do equilíbrio orçamental, observando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, libertando-se 1.905.635,94€ para financiamento de investimento.

► **Equilíbrio Orçamento em sentido substancial**

O **Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial** pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser analisado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, apresenta-se o Quadro 33 que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

Quadro nº 33 – Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial

(unidade monetária : Euros)

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2012	2013	2014	2015
Receita Cobrada	18 381 926	18 346 140	13 995 540	15 110 185
Corrente	10 522 439	12 726 224	12 741 856	13 266 075
Capital	7 846 985	5 464 040	1 240 514	1 836 811
Outras Receitas	12 502	155 877	13 170	7 299
Despesa Paga	17 577 726	16 022 122	13 376 350	15 532 333
Corrente	9 209 361	10 085 243	8 820 700	9 668 390
Capital	8 368 366	5 936 879	4 555 650	5 863 943
Saldo Transitado de Operações Orçament:	286 264	1 090 464	3 414 481	4 033 671
Divida Transitada (Outras dividas a 3ºs de Curto Prazo)- Balancete de terceiros				
Da Gerência Anterior	4 654 780	2 761 850	1 745 566	1 857 725
Para a Gerência Seguinte	2 761 850	1 745 566	1 857 725	666 166
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	117,20%	122,26%	103,76%	105,37%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	91,78%	109,39%	114,28%	118,18%

Da análise do Quadro nº33, é possível concluir que no ano 2015 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (105,37%) quer no que toca à execução global do ano 118,18%).

De facto, importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que tem reduzido e que influencia o comportamento dos rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

5.1.4. Movimentos de Tesouraria

Na sequência do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

► Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 34 apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2015.

Quadro nº 34 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO

(unidade monetária : Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		4.292.036,49	DESPESAS ORÇAMENTAIS		15.532.333,33
Da Conta de Execução Orçamental	4.033.670,68		Correntes	9.668.389,87	
Da Conta de Operações Tesouraria	258.365,81		Capital	5.863.943,46	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		15.110.185,27	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		972.263,88
Correntes	13.266.075,04				
Capital	1.836.810,83		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		4.026.079,97
Outras	7.299,40		Da Conta Execução Orçamental	3.611.522,62	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1.128.455,42	Da Conta Oper. Tesouraria	414.557,35	
TOTAL		20.530.677,18	TOTAL		20.530.677,18

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 20154 pode-se concluir que:

- ♦ as entradas de fundos ascenderam a 16.238.640,69€, sendo 15.110.185,27€ provenientes de receitas orçamentais e 1.128.455,42 € a operações de tesouraria (dotações não orçamentais)..
- ♦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 16.504.597,21€, dos quais 15.532.333,33€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 972.263,88€ procedentes de operações de tesouraria.
- ♦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2015, um total de 4.026.079,97€, sendo 3.611.522,62 € decorrentes da execução orçamental, 414.557,35€ de operações de tesouraria.

Quadro nº35- Resumo Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

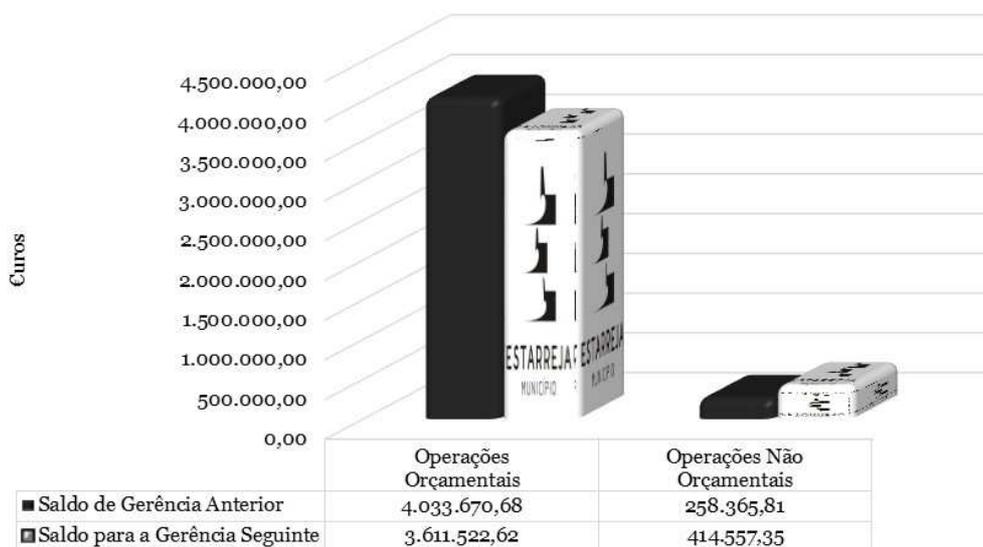
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
(1) Saldo Transitado de 2014	4.033.670,68	258.365,81	4.292.036,49
(2) Receitas Arrecadadas	15.110.185,27	1.128.455,42	16.238.640,69
(3) Despesas Pagas	15.532.333,33	972.263,88	16.504.597,21
Saldo Transitar para 2015 (1)+(2)-(3)	3.611.522,62	414.557,35	4.026.079,97

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2015 verifica-se que a despesa global paga foi superior à receita global cobrada em 265.956,52€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 4.292.036,49€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 4.026.079,97€.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2015 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 4.026.079,97€, dos quais 3.611.522,62€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 414.557,35€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de €3.611.522,62€ corresponde a 23,9% da receita orçamental total.

Gráficos nº 28 – Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa


No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT, Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do Quadro nº36, verifica-se que no exercício de 2015 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.128.455,42€ €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 972.263,88 €. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Quadro nº 36 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		61.766,30	867.943,14	864.482,01		58.305,17
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		36.080,47	426.155,12	421.942,87		31.868,22
24.2.1 Trabalho dependente		29.457,00	369.439,00	367.729,00		27.747,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		4.638,47	32.436,12	30.149,87		2.352,22
24.2.5 IRS - Pensões		215,00	419,00	204,00		0,00
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		1.770,00	23.861,00	23.860,00		1.769,00
24.4 Restantes impostos		19,70	168,60	151,99		3,09
24.4.1 Imposto de selo		19,70	168,60	151,99		3,09
24.5 Contribuições para a Segurança Social		24.109,82	409.161,48	408.986,52		23.934,86
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		19.271,92	251.342,73	251.001,67		18.930,86
24.5.2 Segurança Social		4.837,90	64.255,67	64.421,77		5.004,00
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		0,00	93.563,08	93.563,08		0,00
24.9 Outras Contribuições		1.556,31	32.457,94	33.400,63		2.499,00
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	390,00	390,00		0,00
24.9.9 Outras		1.556,31	32.067,94	33.010,63		2.499,00
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES		164.475,95	104.320,74	263.973,41		324.128,62
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27.373,29	0,00	0,00		27.373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	0,00	0,00		27.373,29
26.2 Pessoal		16.371,42	0,00	2.480,69		18.852,11
26.2.9 Outras operações com o pessoal		16.371,42	0,00	2.480,69		18.852,11
26.3 Sindicatos		526,73	6.405,46	6.408,14		529,41
26.8 Devedores e Credores diversos		120.204,51	97.915,28	255.084,58		277.373,81
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		120.204,51	97.915,28	255.084,58		277.373,81
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		258.365,81	972.263,88	1.128.455,42		414.557,35

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

► Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O Quadro nº37 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 37 – Resumo das Contas de Ordem

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.580.128,48	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
Garantias e cauções	2.138.798,18		Garantias e Cauções Devolvidas		280.189,44
Recibos para cobrança	441.330,30		Receita Virtual Cobrada	223.087,54	
Garantias e Cauções Prestadas		106.262,93	Receita Virtual Anulada	1.222,71	224.310,25
Receita Virtual Liquidada		2.335,03	Saldo para a Gerência Seguinte		2.184.226,75
			Garantias e Cauções	1.964.871,67	
			Recibos para cobrança	219.355,08	
TOTAL		2.688.726,44	TOTAL		2.688.726,44

No início do ano de 2015, a autarquia detinha cerca de 441.330,30€ recibos de cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 2.335,03€. No entanto, 223.087,54€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 1.222,71€, pelo que transitam para 2016 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 219.355,08€.

Por outro lado, para 2016 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 1.964.871,67€ resultante de um saldo inicial de 2.138.798,18€, a que deduziram da libertação de cauções em 280.189,44€, tendo sido prestadas no ano 2015, 106.262,93€ de cauções.

5.2. ANÁLISE DA RECEITA.

5.2.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita revela um significativo aumento dos valores absolutos arrecadados em 2015, em contraponto com o verificado no último exercício. Esse acréscimo ascendeu numa receita de 19.143.855,95€, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 92,54 p.p..

Quadro nº 38 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução (unidade monetária: Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento	33.748.806,00	31.005.976,00	26.755.740,00	24.263.263,86	20.918.854,60	19.934.481,24	20.686.768,75
Execução	22.593.192,00	22.430.658,00	17.673.550,00	18.668.190,12	19.436.603,69	17.410.020,83	19.143.855,95
%	66,95%	72,34%	66,06%	76,94%	92,91%	87,34%	92,54%

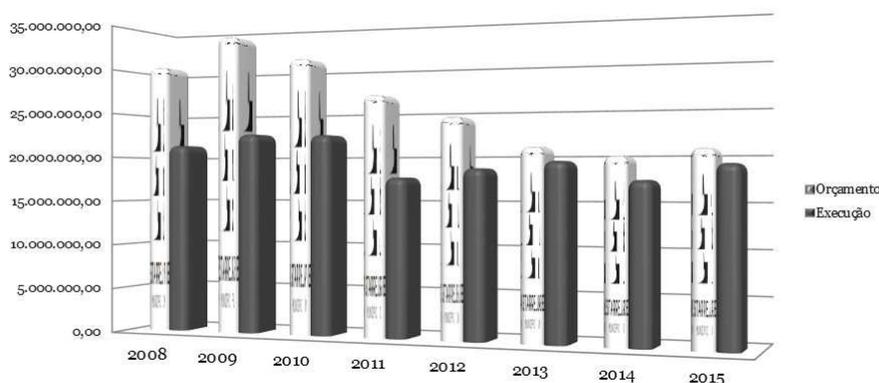
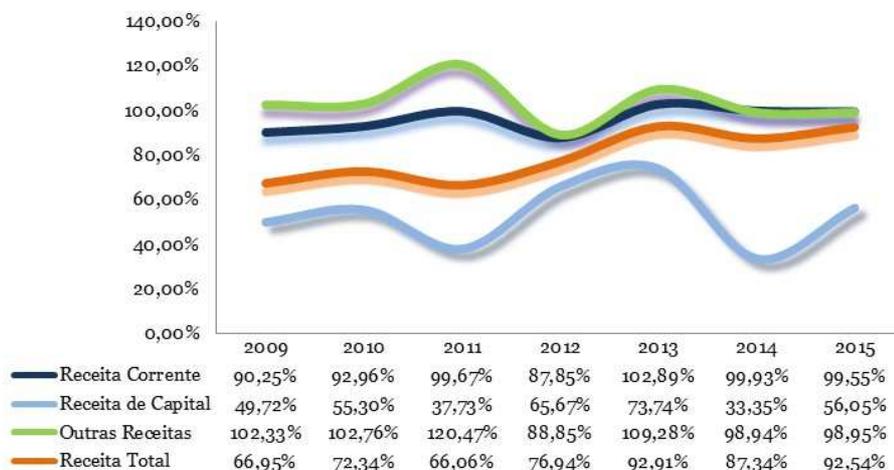
Gráficos nº 29 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução


Gráfico nº 30 - Evolução das Taxas de Execução da Receita


De realçar, que desde 2013 os orçamentos municipais se têm demonstrado mais realistas, registando-se taxas de execução da receita total acima dos 85%.

Quadro nº39 - Execução das Receitas

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13 326 278,00	13 326 278,00	13 266 075,04	-60 202,96	99,55%	99,55%
Im postos Directos	3 991 500,00	3 991 500,00	3 947 991,86	-43 508,14	98,91%	98,91%
Im posto municipal sobre Imóveis	2 510 000,00	2 510 000,00	2 560 449,63	50 449,63	102,01%	102,01%
Im posto Único de Circulação	587 200,00	587 200,00	545 185,49	-42 014,51	92,84%	92,84%
Im posto municipal s/ transmissões onerosas	272 300,00	272 300,00	199 636,64	-72 663,36	73,31%	73,31%
Derrama	620 500,00	620 500,00	642 720,10	22 220,10	103,58%	103,58%
Im postos abolidos	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00%
Im postos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Im postos Indirectos	481 200,00	481 200,00	737 503,04	256 303,04	153,26%	153,26%
Taxas, Multas e Outras Penal.	111 600,00	111 600,00	146 977,82	35 377,82	131,70%	131,70%
Rendimentos de Propriedade	773 500,00	773 500,00	600 997,16	-172 502,84	77,70%	77,70%
Transferências Correntes	6 802 678,00	6 802 678,00	6 701 086,36	-101 591,64	98,51%	98,51%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 085 800,00	1 085 800,00	1 075 806,20	-9 993,80	99,08%	99,08%
Outras Receitas Correntes	80 000,00	80 000,00	55 712,60	-24 287,40	69,64%	69,64%
Receitas de Capital	2 623 722,00	3 276 820,07	1 836 810,83	-1 440 009,24	56,05%	56,05%
Venda de Bens de Investimento	112 750,00	112 750,00	152 283,50	39 533,50	135,06%	135,06%
Transferências de Capital	2 379 772,00	2 379 772,00	1 021 912,70	-1 357 859,30	42,94%	42,94%
Passivos Financeiros	250,00	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	254364,51%	97,33%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	250,00	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	254364,51%	97,33%
Outras Receitas de Capital	130 950,00	130 950,00	26 703,35	-104 246,65	20,39%	20,39%
Outras Receitas	50 000,00	50 000,00	7 299,40	-42 700,60	14,60%	14,60%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	50 000,00	7 299,40	-42 700,60	14,60%	14,60%
Saldo da Gerência Anterior		4 033 670,68	4 033 670,68	0,00		100,00%
Na Posse do Serviço.		4 033 670,68	4 033 670,68	0,00		100,00%
Total da receita	16 000 000,00	20 686 768,75	19 143 855,95	-1 542 912,80	119,65%	92,54%

Com base no quadro nº39, comparando o valor orçado das Receitas Totais (20.686.768,75€), com o efetivamente arrecadado (19.143.855,95€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 92,54 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao previsto em € 1.542.912,80.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que o valor da totalidade das receitas efetivamente cobradas, é praticamente idêntico ao valor das orçadas, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 99,55%, com um desvio de apenas 60.202,96€.

Para esta taxa de execução da receita corrente, destaque para o desempenho dos Impostos Indiretos (+53,26 p.p.), das Taxas, Multas e Outras Penalidades (+31,70 p.p.), da Derrama (+3,58 p.p.) e do IMI (+2,0116 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para o Imposto Municipal sobre Transmissões (-26,69 p.p.) e os Rendimentos de Propriedade (-22,30 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçadas, em 1.440.009,24€, correspondendo a uma taxa de execução de 56,05%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões de Outras Transferências de Capital (-79,61 p.p.) e das Transferências de Capital (-57,06 p.p.). No que se refere a este último tipo de receita, esta situação está diretamente relacionada com o atraso verificado no encerramento das candidaturas financiadas pelo QREN e correspondente retenção dos saldos finais. Por outro lado, apesar de se ter verificado uma taxa de execução superior à previsão na rubrica da Venda de Bens de Investimento (+35,06 p.p.), quando comparado o valor efetivamente arrecadado em 2015 com o ano anterior, regista-se uma diminuição de 184.786,00€ relativamente a 2014.

No que se refere às Reposições Não Abatidas nos Pagamentos das Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram inferiores às orçadas, em 42.700,60€, correspondendo a uma taxa de execução de 14,60%.

5.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

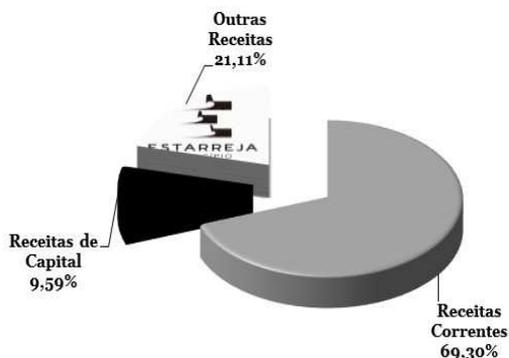
Com base nos valores descritos no quadro nº24 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2015, o Município de Estarreja arrecadou 13.266.075,04€ de Receitas Correntes, 1.836.810,83€ de Receitas de Capital e 4.040.970,08€ de Outras Receitas, perfazendo um total de 19.143.855,95€ de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 9,96%.

Quadro nº 40 - Evolução da Receita (2014/2015)

(unidade monetária : Euros)

	2014	2015	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	12 741 855,63	13 266 075,04	69,30%	524 219,41	4,11%
Receitas de Capital	1 240 513,76	1 836 810,83	9,59%	596 297,07	48,07%
Outras Receitas	3 427 651,44	4 040 970,08	21,11%	613 318,64	17,89%
Receitas Totais	17 410 020,83	19 143 855,95	100,00%	1 733 835,12	9,96%

Gráfico n° 31 - Estrutura Interna das Receitas 2015



Constata-se que 69,30% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 9,59%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 21,11% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2015.

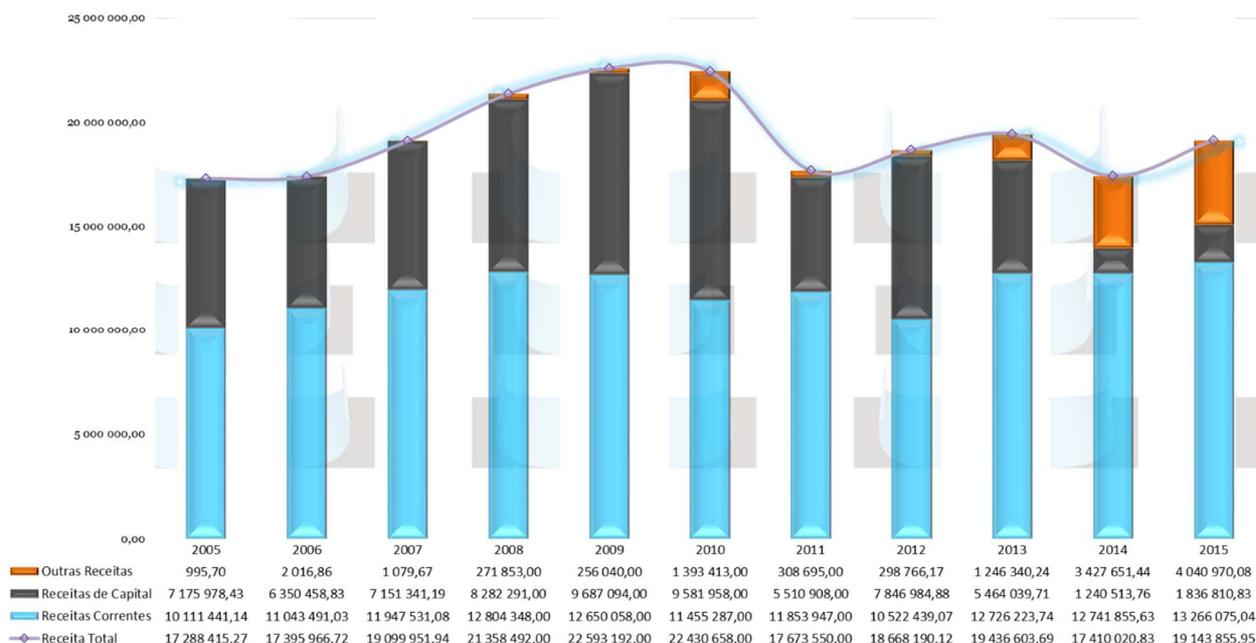
Comparativamente com o ano 2014 verifica-se que as Receitas de Capital aumentaram cerca de 48,07%, tendo as Receitas Correntes registado um aumento ligeiro de 4,11%. Quanto às Outras Receitas, podemos

confirmar que as mesmas cresceram 17,89%, justificado especialmente pela incorporação do saldo de gerência anterior que registou um significativo aumento de 18,13%..

Verifica-se até 2009 um crescimento da receita total do Município de Estarreja, com uma ligeira diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante os anos de 2012 e 2013 esta tendência foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas. Porém estes bons indícios de recuperação foram interrompidos durante 2014, verificando-se agora uma nova subida, com o regresso a um valor próximo do arrecadado em 2013.

Importa referir que em 2015 as autarquias locais continuaram a sentir os efeitos dos Planos de Estabilidade e Crescimento tendo este Município sido bastante penalizado, apesar de ter recebido um valor ligeiramente superior (€371.643,46) de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2014. Mesmo tendo em consideração o aumento verificado (5,69%), quando comparado com o ano de 2009, verifica-se que as transferências de fundos do OE para este Município diminuíram €610.874,00.

Gráfico n° 32 – Evolução das Receitas (2005-2015)



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 5,21 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi parcialmente diferente quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução ligeiramente inferior à do ano 2014 em 0,39 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo acréscimo da sua execução com um aumento de 22,71 p.p., passando de uma taxa de execução de 33,35% em 2014, para 56,05% em 2015.

Quadro nº41 - Execução Homóloga da Receita

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2014				2015				Δ Exec 2014/2015	Tx Cresci.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	12 750 235,00	12 741 855,63	-8 379,37	99,93%	13 326 278,00	13 266 075,04	-60 202,96	99,55%	524 219,41	4,11%
Impostos Directos	3 566 800,00	4 055 694,45	488 894,45	113,71%	3 991 500,00	3 947 991,86	-43 508,14	98,91%	-107 702,59	-2,66%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 100 000,00	2 772 476,59	672 476,59	132,02%	2 510 000,00	2 560 449,63	50 449,63	102,01%	-212 026,96	-7,65%
Imposto Único Circulação	536 500,00	559 782,27	23 282,27	104,34%	587 200,00	545 185,49	-42 014,51	92,84%	-14 596,78	-2,61%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	308 500,00	268 504,98	-39 995,02	87,04%	272 300,00	199 636,64	-72 663,36	73,31%	-68 868,34	-25,65%
Derrama	620 300,00	454 930,61	-165 369,39	73,34%	620 500,00	642 720,10	22 220,10	103,58%	187 789,49	41,28%
Impostos abolidos	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	566 500,00	560 752,00	-5 748,00	98,99%	481 200,00	737 503,04	256 303,04	153,26%	176 751,04	31,52%
Taxas, Multas e Outras Penal.	187 095,00	118 675,15	-68 419,85	63,43%	111 600,00	146 977,82	35 377,82	131,70%	28 302,67	23,85%
Rendimentos de Propriedade	714 800,00	536 283,23	-178 516,77	75,03%	773 500,00	600 997,16	-172 502,84	77,70%	64 713,93	12,07%
Transferências Correntes	6 647 240,00	6 510 850,02	-136 389,98	97,95%	6 802 678,00	6 701 086,36	-101 591,64	98,51%	190 236,34	2,92%
Venda de Bens e Serviços Correntes	923 800,00	894 584,77	-29 215,23	96,84%	1 085 800,00	1 075 806,20	-9 993,80	99,08%	181 221,43	20,26%
Outras Receitas Correntes	144 000,00	65 016,01	-78 983,99	45,15%	80 000,00	55 712,60	-24 287,40	69,64%	-9 303,41	-14,31%
Receitas de Capital	3 719 765,00	1 240 513,76	-2 479 251,24	33,35%	3 276 820,07	1 836 810,83	-1 440 009,24	56,05%	596 297,07	48,07%
Venda de Bens de Investimento	321 500,00	337 069,50	15 569,50	104,84%	112 750,00	152 283,50	39 533,50	135,06%	-184 786,00	-54,82%
Transferências de Capital	2 025 452,00	903 444,26	-1 122 007,74	44,60%	2 379 772,00	1 021 912,70	-1 357 859,30	42,94%	118 468,44	13,11%
Passivos Financeiros	1 243 188,00	0,00	-1 243 188,00	0,00%	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	97,33%	635 911,28	n.a.
Emp. Contratados a M/L.Prazo	1 243 188,00	0,00	-1 243 188,00	0,00%	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	97,33%	635 911,28	n.a.
Outras Receitas de Capital	129 625,00	0,00	-129 625,00	0,00%	130 950,00	26 703,35	-104 246,65	20,39%	26 703,35	n.a.
Outras Receitas	50 000,00	13 170,20	-36 829,80	26,34%	50 000,00	7 299,40	-42 700,60	14,60%	-5 870,80	-44,58%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	13 170,20	-36 829,80	26,34%	50 000,00	7 299,40	-42 700,60	14,60%	-5 870,80	-44,58%
Saldo da Gerência Anterior	3 414 481,24	3 414 481,24	0,00	100,00%	4 033 670,68	4 033 670,68	0,00	100,00%	619 189,44	18,13%
Total da receita	19 934 481,24	17 410 020,83	-2 524 460,41	87,34%	20 686 768,75	19 143 855,95	-1 542 912,80	92,54%	1 733 835,12	9,96%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram uma ligeira descida de 2,66% traduzindo uma diminuição de arrecadação de receita face a 2014 de 107.702,59€, e que são reflexo da enorme quebra registada no Imposto municipal s/ Transmissões Onerosas (-25,65 p.p.) e no Imposto Municipal sobre Imóveis (-7,65 p.p.), mas que foi compensada pelo forte crescimento registado na Derrama (+41,28 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se um aumento de 31,52 p.p. com relevo para o forte desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (+48,02 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu um acréscimo significativo (+23,85 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram uma óbvia subida (+12,07 p.p.) justificada essencialmente pelo aumento das Rendidas de Bens de Domínio Público, que compensaram a quebra na distribuição de dividendos da ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás, bem como pela diminuição de remunerações de produtos bancários, reflexo da diminuição das taxas de juros de aplicações financeiras.

As **Transferências Correntes** apresentaram um aumento de 2,92 p.p., com uma variação em termos absolutos no valor de 190.236,34€, que resulta essencialmente do acréscimo das transferências do Orçamento de Estado.

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um significativo acréscimo de 20,26 p.p., reflexo da inclusão nesta rúbrica das receitas referentes a

refeições escolares e transportes escolares, anteriormente inseridas na rubrica Famílias das Transferências Correntes. Esta alteração ao método de contabilização, permitiu contrariar um pouco a conjuntura de austeridade e restrição inerente á crise financeira que caracteriza a economia nacional e internacional, originando retração no consumo das famílias com efeitos evidentes na venda dos “produtos” e “serviços” prestados pelos município.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho pior do que o registado no ano anterior, com uma diminuição significativa de 54,82 p.p., justificada com a descida do valor arrecadado com a venda de terrenos.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um acréscimo de 13,11 p.p. por via da maior execução financeira de projetos QREN, que no entanto, originado pelo atraso verificado no encerramento das candidaturas, apenas permitiu arrecadar um valor de 469.261,70€ referente a comparticipação comunitária.

As receitas arrecadadas na rubrica **Passivos Financeiros** foram uma consequência da opção de realização de uma operação de substituição de dívida, no âmbito do anterior empréstimo contratado para financiar diversos projetos previstos no PPI 2012, tendo resultado na contração de um novo empréstimo que ascende a € 635.911,28, e com um prazo de 9 anos.

Pela análise do quadro nº 42, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 40,34 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 20,62 p.p. e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 5,62 p.p..

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma clara vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela cada vez maior nas transferências correntes.

Quadro nº 42 - Estrutura da Receita executada em 2015

(unidade monetária : Euros)

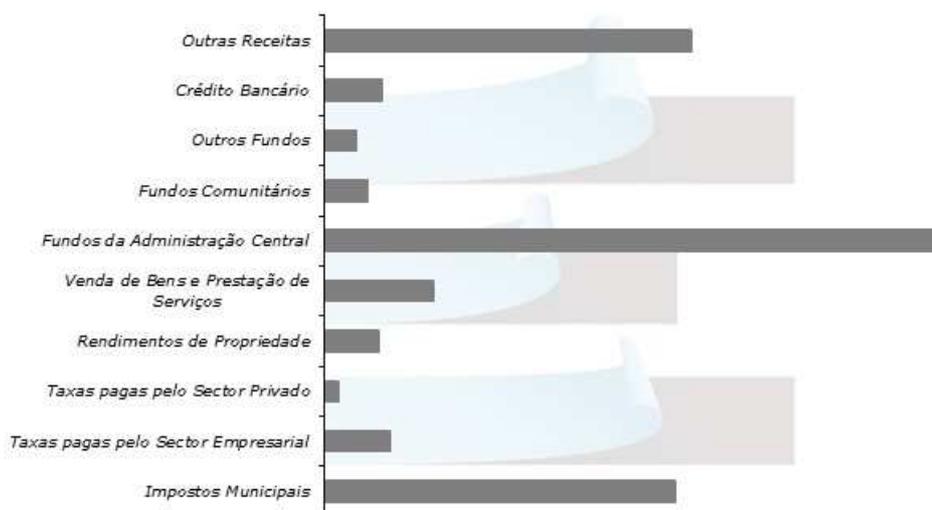
Receitas Correntes				Receitas de Capital				Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Reap	% TOTAL	Designação	Valor	%/ORec	% TOTAL
Impostos Directos	3 947 991,86	29,76%	20,62%	Venda de Bens de Investimento	152 283,50	8,29%	0,80%	Outras Receitas	4 040 970,08	100,00%	21,11%
Imposto municipal sobre imóveis	2 560 449,63	19,30%	13,37%	Transferências de Capital	1 021 912,70	55,64%	5,34%	Reposições não abatidas nos pag.	7 299,40	0,18%	0,04%
Imposto Único de Circulação	545 185,49	4,11%	2,85%	F.E.F.	552 651,00	30,09%	2,89%	Saldo da Gêrencia Anterior	4 033 670,68	99,82%	21,07%
Imposto munic s/ transm. onerosas	199 636,64	1,50%	1,04%	Outras	469 261,70	25,55%	2,45%				
Derrama	642 720,10	4,84%	3,36%	Passivos Financeiros	635 911,28	34,62%	3,32%				
Impostos abolidos	0,00	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	635 911,28	34,62%	3,32%				
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	26 703,35	1,45%	0,14%				
Impostos Indirectos	737 503,04	5,56%	3,85%								
Taxas, Multas e Outras Penal.	146 977,82	1,11%	0,77%								
Rendimentos de Propriedade	600 997,16	4,53%	3,14%								
Transferências Correntes	6 701 086,36	50,51%	35,00%								
F.E.F. + F.S.M. + P.F.IRS	6 347 178,00	47,85%	33,16%								
Outras	353 908,36	2,67%	1,85%								
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 075 806,20	8,11%	5,62%								
Venda de Bens	9 396,63	0,07%	0,05%								
Prestações de Serviços	1 039 694,35	7,84%	5,43%								
Rendas e Alugueres	26 715,22	0,20%	0,14%								
Outras Receitas Correntes	55 712,60	0,42%	0,29%								
Totais de Receitas Correntes	13 266 075,04	100,00%	69,30%	Totais de Receitas de Capital	1 836 810,83	100,00%	9,59%	Totais de Outras Receitas	4 040 970,08	100,00%	21,11%
TOTAL DAS RECEITAS							19 143 855,95				

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2015, representando 29,76% das Receitas Correntes e 20,62% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2015 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº 43 – Repartição das Receitas (unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	3 947 991,86	20,62%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	737 503,04	3,85%
Taxas pagas pelo Sector Privado	146 977,82	0,77%
Rendimentos de Propriedade	600 997,16	3,14%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1 228 089,70	6,42%
Fundos da Administração Central	6 899 829,00	36,04%
Fundos Comunitários	478 034,93	2,50%
Outros Fundos	345 135,13	1,80%
Crédito Bancário	635 911,28	3,32%
Outras Receitas	4 123 386,03	21,54%
Total da receita	19 143 855,95	100,00%

Gráfico nº33 - Repartição das Receitas


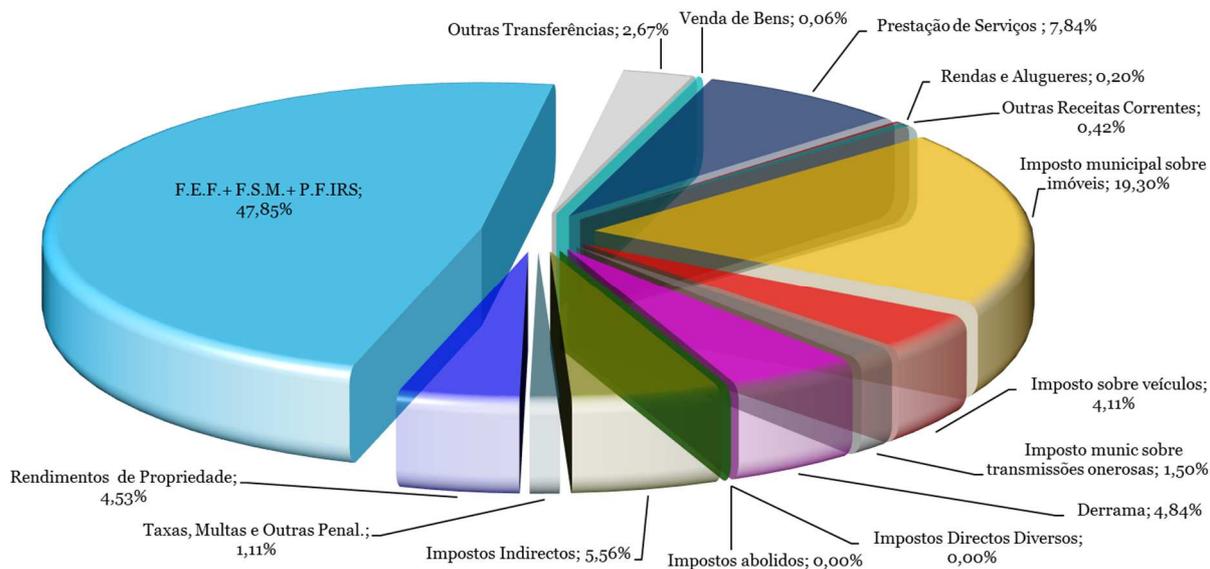
5.2.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2015, encontra-se descrita no gráfico nº 34.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 47,85% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 29,76% das Receitas Correntes.

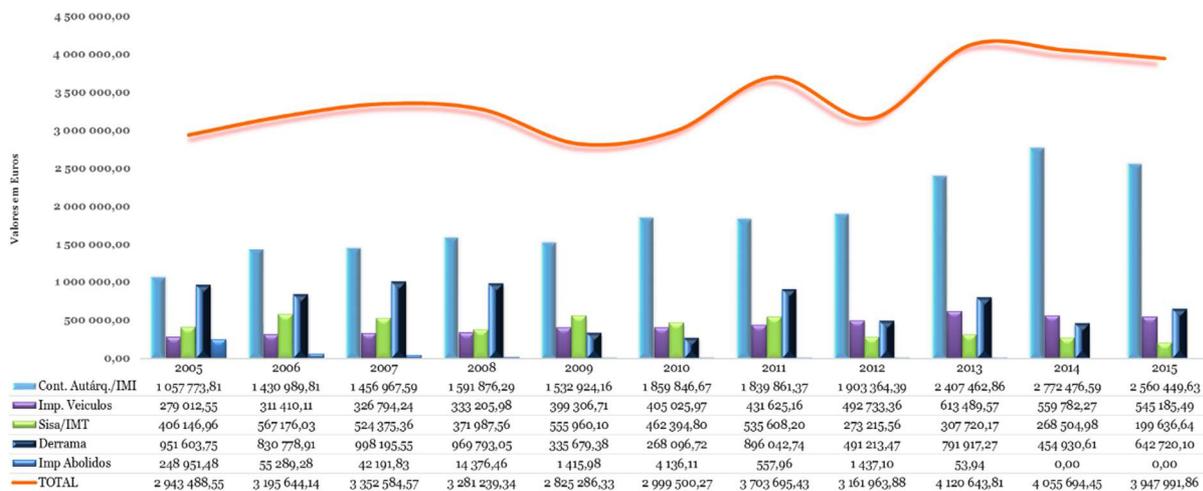
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 8,11% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 34 - Repartição das Receitas Correntes (2015)



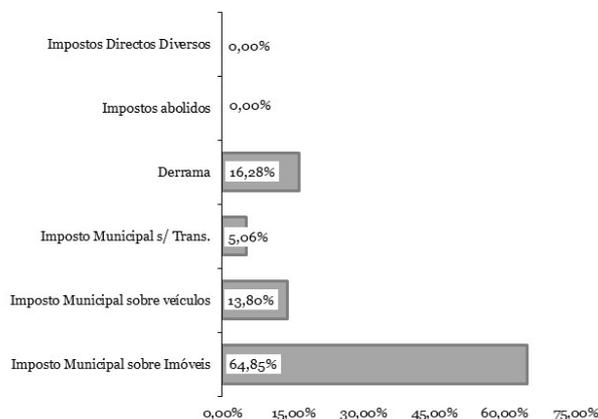
► **Impostos Directos**

Gráfico nº35 – Evolução dos Impostos Directos (2005-2015)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2015, 3.947.991,86€ correspondem a Impostos Directos, representando 20,62 % das Receitas Totais, verificando-se uma diminuição de 2,66% relativamente a 2014.

Gráfico nº36 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2015)

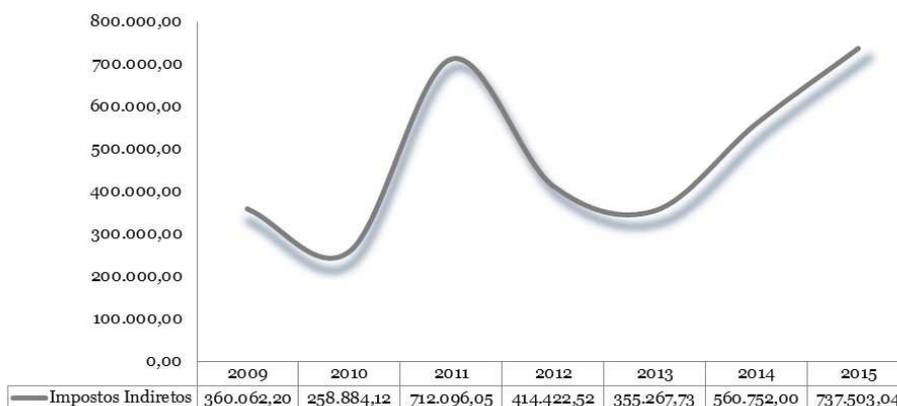


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre Imóveis é responsável por 64,85% do total dos impostos arrecadados em 2015, seguindo-se o Imposto Municipal sobre Veículos com 13,81%.

► **Impostos Indiretos**

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº 37 – Impostos Indiretos no período 2009-2015



Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública (71,84%), seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Mercados e Feiras, responsável por 17,61% desta rubrica em 2015.

Quadro nº 44 - Desagregação dos Impostos Indiretos

(unidade monetária : Euros)

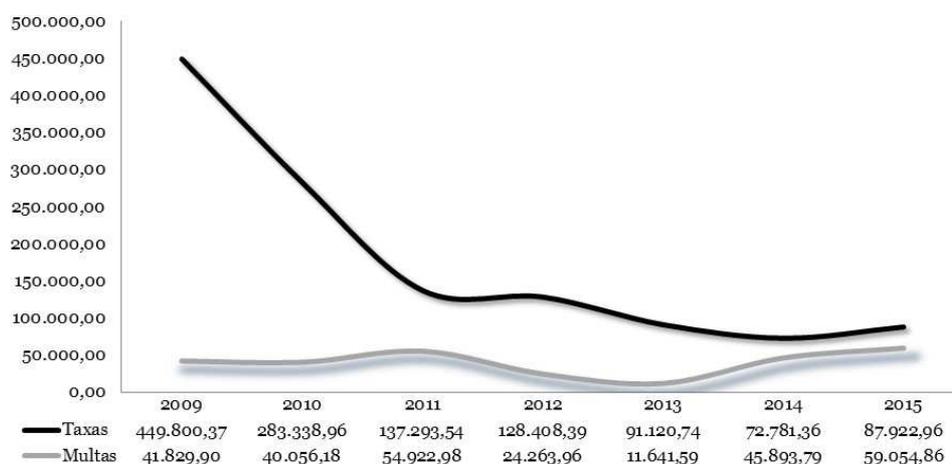
Designação	2015		2014		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	129 904,67	17,61%	131 808,88	23,51%	-1,44%
Loteamentos e Obras	41 011,06	5,56%	33 720,30	6,01%	21,62%
Ocupação da Via Pública	529 801,96	71,84%	357 916,51	63,83%	48,02%
Publicidade	6 483,59	0,88%	6 758,68	1,21%	-4,07%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Outros	30 301,76	4,11%	30 547,63	5,45%	-0,80%
Taxas Municipal de Direito de passagem	1,88	0,00%	938,44	0,17%	-99,80%
Outros	30 299,88	4,11%	29 609,19	5,28%	2,33%
TOTAL	737 503,04	100,00%	560 752,00	100,00%	31,52%

No ano económico de 2015, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram 737.503,04€, apresentando um acréscimo de 31,52 p.p., correspondendo em termos absolutos a um aumento de €176.751,04 relativamente ao verificado em 2014.

► Taxas, Multas e Outras Penalidades

No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,77% da Receita Total em 2015, contrastando com os 2,18% em 2009.

Gráfico nº38 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2009-2015



Quadro nº 45 - Desagregação das Taxas, Multas e O. Penalidades

(unidade monetária : Euros)

Designação	2015		2014		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	69 521,11	47,30%	57 536,64	48,48%	20,83%
Ocupação da Via Pública	8 406,88	5,72%	6 835,90	5,76%	22,98%
Caça, Uso e Porte de Armas	98,54	0,07%	184,27	0,16%	-46,52%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	9 896,43	6,73%	8 224,55	6,93%	20,33%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	9 896,43	6,73%	8 224,55	6,93%	20,33%
SUBTOTAL	87 922,96	59,82%	72 781,36	61,33%	20,80%
Multas e Outras Penalidades					
Juros de Mora	21 717,61	14,78%	15 520,52	13,08%	39,93%
Juros Compensatórios	21 518,70	14,64%	18 014,16	15,18%	19,45%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	14 985,84	10,20%	11 651,99	9,82%	28,61%
Multas e penalidades diversas	832,71	0,57%	707,12	0,60%	17,76%
SUBTOTAL	59 054,86	40,18%	45 893,79	38,67%	28,68%
TOTAL	146 977,82	100,00%	118 675,15	100,00%	23,85%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu 87.922,96€, que representa um aumento de 20,80%, comparativamente com 2014, sendo os loteamentos de obras (47,30%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 0,66% das Receitas Correntes e 0,46% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2015, 59.054,86€, traduzindo um significativo crescimento de 28,68% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,31% das Receitas Totais e 0,45% das Receitas Correntes.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 3,14% das Receitas Totais e 4,53% das Receitas Correntes.

Quadro nº 46 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade (unidade monetária : Euros)

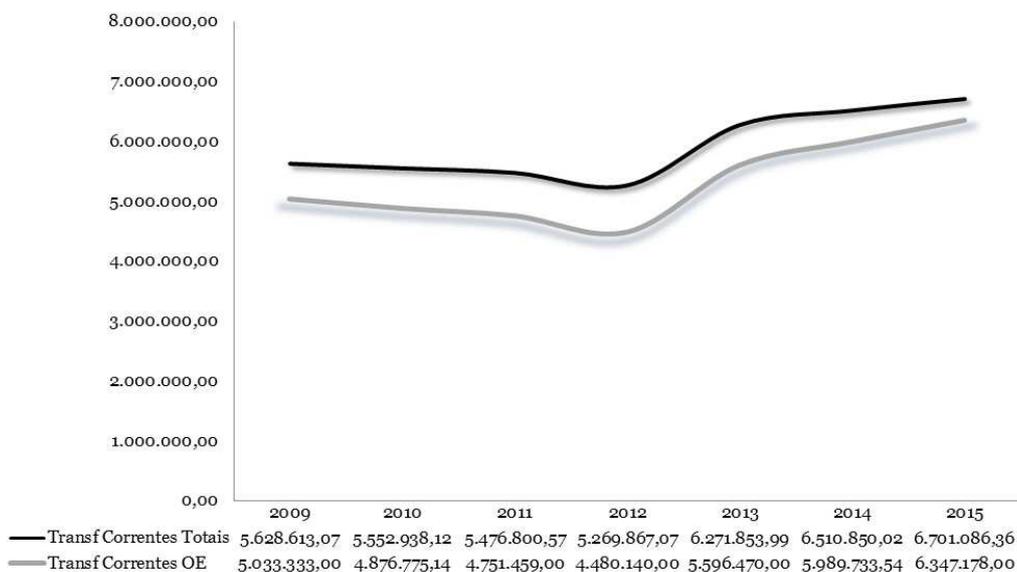
Designação	2015		2014		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	57 464,60	9,56%	77 324,93	12,87%	-25,68%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	57 464,60	9,56%	77 324,93	12,87%	-25,68%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	55 865,15	9,30%	92 451,99	15,38%	-39,57%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	55 865,15	9,30%	92 451,99	15,38%	-39,57%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	487 667,41	81,14%	366 506,31	60,98%	33,06%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	487 667,41	81,14%	366 506,31	60,98%	33,06%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	600 997,16	100,00%	536 283,23	100,00%	12,07%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP.

► Transferências Correntes

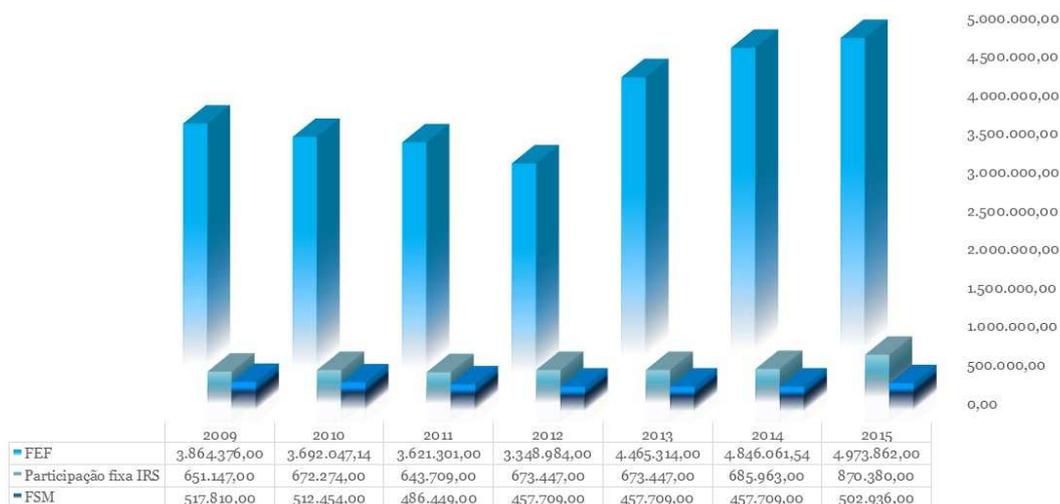
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando 50,5128% do valor da receita corrente, auferida em 2015. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2015, os 6.701.086,36€, representando 35,00% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº39 – Evolução das Transferências Correntes no período 2009-2015



No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS.**

Gráfico nº40– Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia



- evolução no período 2009-2015

No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 95,00% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de 357.444,46€ comparativamente com o ano anterior.

Este crescimento das Transferências Correntes deveu-se essencialmente às alterações introduzidas pela Lei Geral do Orçamento de Estado, dado que cada município pode decidir como efetuar a repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre receita corrente e de capital. No entanto, a receita corrente não poderá exceder 90 % do valor total do FEF.

Os municípios devem informar anualmente, até 30 de Junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90 %.

Quadro nº 47 - Desagregação das Transferências Correntes (unidade monetária : Euros)

Designação	2015		2014		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	0,00	0,00%	1 000,00	0,02%	-100,00%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	0,00	0,00%	1 000,00	0,02%	-100,00%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	6 701 086,36	100,00%	6 336 172,73	97,32%	5,76%
Estado	6 692 313,13	99,87%	6 336 172,73	97,32%	5,62%
Fundo Equilíbrio Financeiro	4 973 862,00	74,22%	4 846 061,54	74,43%	2,64%
Fundo Social Municipal	502 936,00	7,51%	457 709,00	7,03%	9,88%
Participação Fixa no IRS	870 380,00	12,99%	685 963,00	10,54%	26,88%
Outras	345 135,13	5,15%	346 439,19	5,32%	-0,38%
Estado- Participação com unitária	8 773,23	0,13%	0,00	0,00%	n.a.
Famílias	0,00	0,00%	173 677,29	2,67%	-100,00%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	6 701 086,36	100,00%	6 510 850,02	100,00%	2,92%

Na sub-rubrica Famílias verificaram-se grandes alterações, dado que através de uma nova forma de contabilização dos pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar, os mesmos foram registados na rubrica de Venda de Bens e Serviços Correntes.

De forma discriminada, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 48- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras (unidade monetária.: Euros)

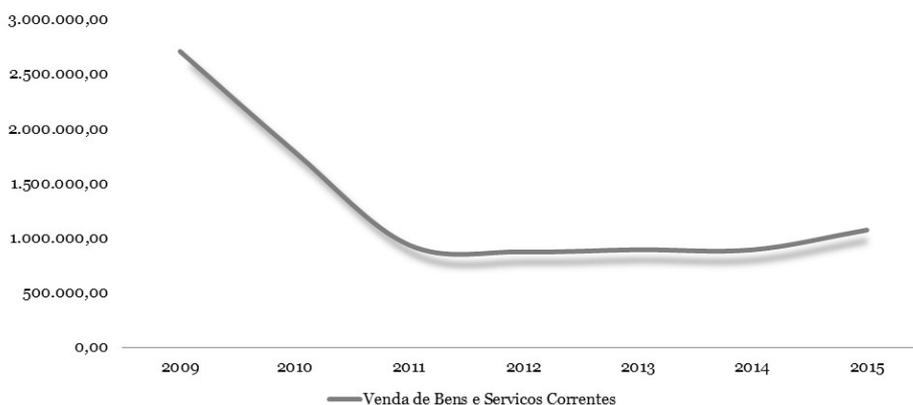
Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras		
Designação	2014	2015
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar		
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	118 207,45	73 637,58
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional		
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	10 240,28	23 099,93
Estágios Profissionais	9 574,22	7 833,46
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares		
Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	45 227,00	0,00
Direcção Geral das Autarquias Locais		
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	16 820,72	0,00
Direcção Regional de Educação do Centro		
Com participação - Auxiliares de Acção Educativa	113 422,93	94 614,11
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	22 343,60	17 155,94
Com participação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	0,00	96 985,14
Instituto de Desenvolvimento Social		
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	10 602,99	31 808,97
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 846 061,54	4 973 862,00
Fundo Social Municipal	457 709,00	502 936,00
Participação Fixa no IRS	685 963,00	870 380,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		
QREN - MaisCentro - RUCI - Programação Cultural em Rede	0,00	8 773,23
Diversos - Famílias e Donativos		
Diversos - Famílias e Donativos	174 677,29	0,00
TOTAL	6 510 850,02	6 701 086,36

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas “**Transferências Correntes – Receita**” (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia 1.075.806,20€, mais €181.221,24 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 20,26% deste tipo de receitas, justificado em grande parte pela inclusão nesta rubrica das receitas da sub-rubrica Famílias das Transferências Correntes.

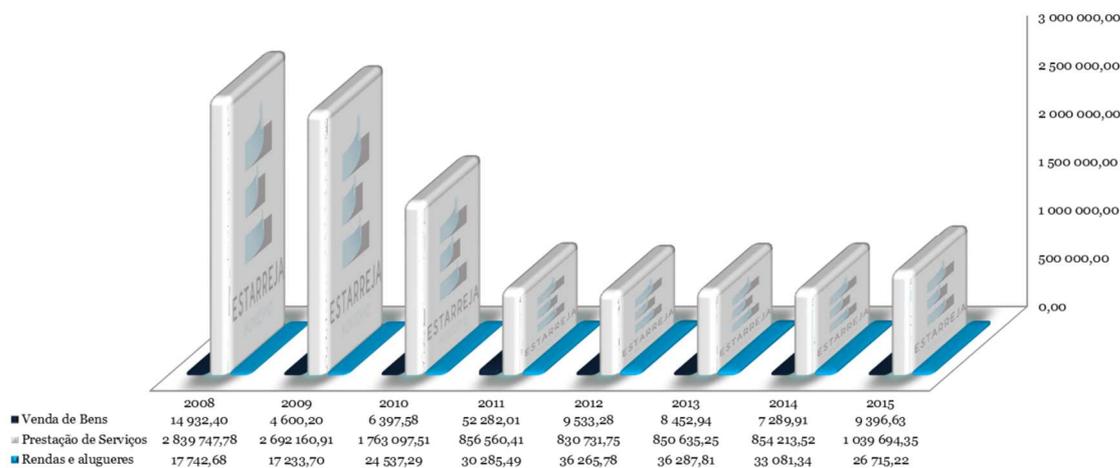
Gráfico nº41 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



A Venda de bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 5,62% do total da receita de 2015, registando-se uma ligeira inversão na tendência de diminuição verificada ao longo dos últimos anos e com maior incidência desde 2010/2011, justificada com a redução na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

Quadro nº 49 -Desagregação da Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes (unid. monetária:€uros)

Designação	2015		2014		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens	9 396,63	0,87%	7 289,91	0,81%	28,90%
Publicações e Impressos	0,00	0,00%	94,00	0,01%	-100,00%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	9 396,63	0,87%	7 195,91	0,80%	30,58%
Prestação de Serviços	1 039 694,35	96,64%	854 213,52	95,49%	21,71%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	101 407,25	9,43%	85 946,98	9,61%	17,99%
Alimentação e Alojamento	97 973,65	9,11%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Refeições Escolares</i>	89 767,26	8,34%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Outros</i>	8 206,39	0,76%	0,00	0,00%	n.a.
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desp.	332 315,50	30,89%	298 435,04	33,36%	11,35%
<i>Serviços Recreativos</i>	6 097,50	0,57%	7 202,23	0,81%	-15,34%
<i>Serviços Culturais</i>	78 615,59	7,31%	65 435,10	7,31%	20,14%
<i>Serviços Desportivos</i>	247 602,41	23,02%	225 797,71	25,24%	9,66%
Serviços Específicos das Autarquias	507 997,95	47,22%	469 831,50	52,52%	8,12%
<i>Saneamento</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Resíduos Sólidos</i>	402 067,07	37,37%	399 850,77	44,70%	0,55%
<i>Transportes Escolares</i>	41 782,83	3,88%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	787,43	0,07%	1 582,67	0,18%	-50,25%
<i>Mercados e Feiras</i>	231,75	0,02%	212,64	0,02%	8,99%
<i>Distribuição de Água</i>	11,67	0,00%	192,79	0,02%	-93,95%
<i>Parques de Estacionamento</i>	21 757,49	2,02%	13 711,47	1,53%	58,68%
<i>Outros</i>	41 359,71	3,84%	54 281,16	6,07%	-23,80%
Rendas e Alugueres	26 715,22	2,48%	33 081,34	3,70%	-19,24%
<i>Habituação Social</i>	3 415,46	0,32%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Edifícios</i>	23 299,76	2,17%	33 081,34	3,70%	-29,57%
TOTAL	1 075 806,20	100,00%	894 584,77	100,00%	20,26%

Gráfico nº42 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes


No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 37,37% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos com 30,89%.

► Outras Receitas Correntes

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia 55.712,60€, menos 9.303,41€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 14,31% deste tipo de receitas, representando 0,29% das Receitas Totais e 0,42% das Receitas Correntes.

Quadro nº 50 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

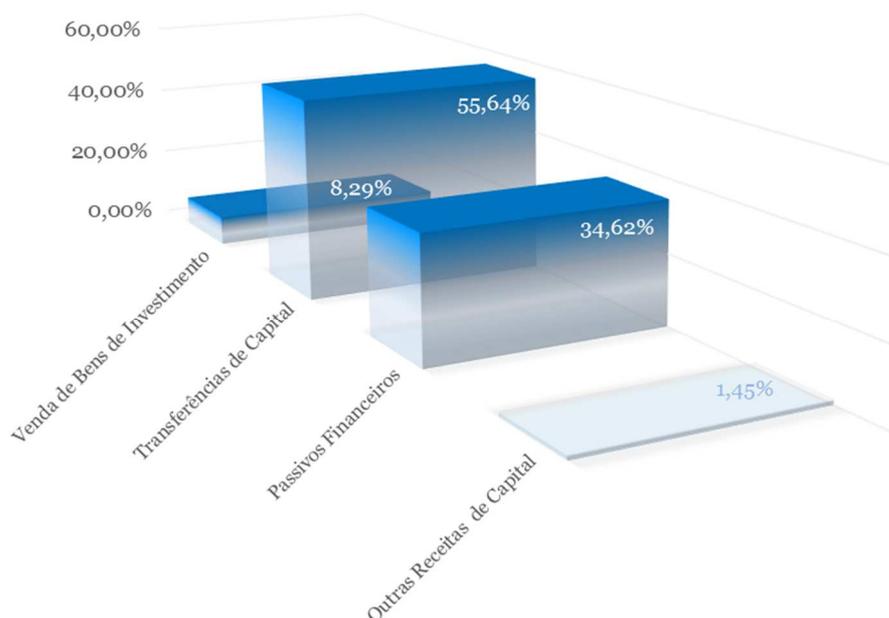
(unidade monetária : Euros)

Designação	2015		2014		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	3 009,09	5,40%	0,00	0,00%	n.a.
Indemnizações - estragos provocados por outrém	4 237,61	7,61%	15 724,59	24,19%	-73,05%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	35 546,70	63,80%	21 055,14	32,38%	68,83%
Diversas	12 919,20	23,19%	28 236,28	43,43%	-54,25%
TOTAL	55 712,60	100,00%	65 016,01	100,00%	-14,31%

5.2.4. Análise das Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2015, encontra-se descrita no gráfico nº 43.

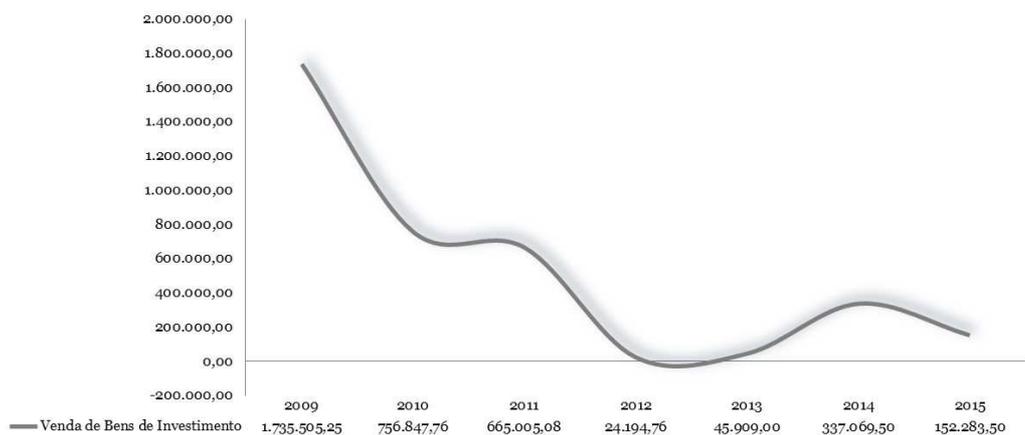
Gráfico nº43 – Repartição das Receitas de Capital 2015



► Venda de Bens de Investimento

A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

Gráfico nº44 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2009-2015)



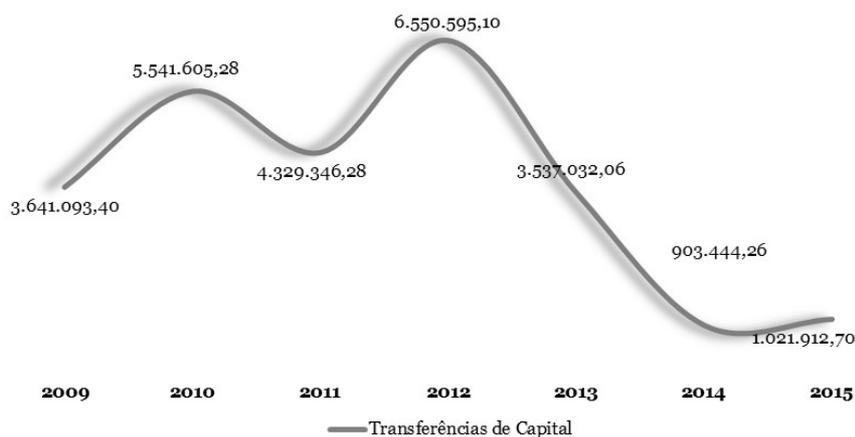
De referir, que a quebra verificada na venda de terrenos atingindo apenas o montante de 117.003,50€, foi a principal justificação para a diminuição desta rúbrica.

Quadro nº 51 – Evolução rubrica de Venda de Bens de Investimento (unidade monetária : Euros)

Designação	2015		2014		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	117 003,50	76,83%	311 869,50	92,52%	-62,48%
Habitacões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Edifícios	33 600,00	22,06%	25 200,00	7,48%	33,33%
Equipamento de transporte	580,00	0,38%	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e Equipamento	1 100,00	0,72%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	152 283,50	100,00%	337 069,50	100,00%	-54,82%

► Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

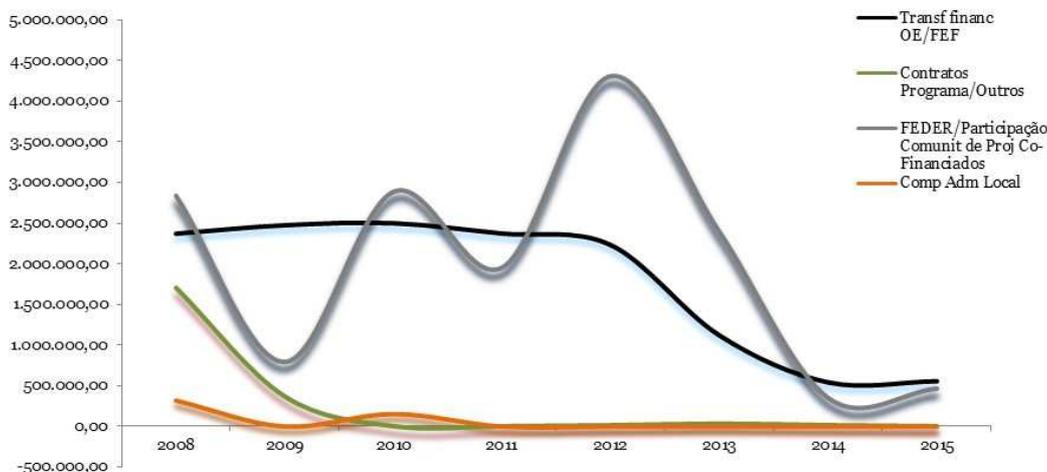
Gráfico nº 45 – Evolução das Transferências de Capital (2009-2015)


As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um ligeiro acréscimo de 13,11% nas receitas provenientes de Transferências de Capital, depois da gigantesca diminuição na ordem dos 74,46% verificada em 2014.

No ano de 2015, entraram nos cofres do município €1.021.912,70 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 54,08% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Gráfico nº46 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2009-2015)



Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se um aumento de 2,75% em relação ao transferido em 2014. Relacionando com o valor transferido em 2011 temos uma redução que ascende a 8,13%, mantendo-se agora em valores próximos dos arrecadados em 2011.

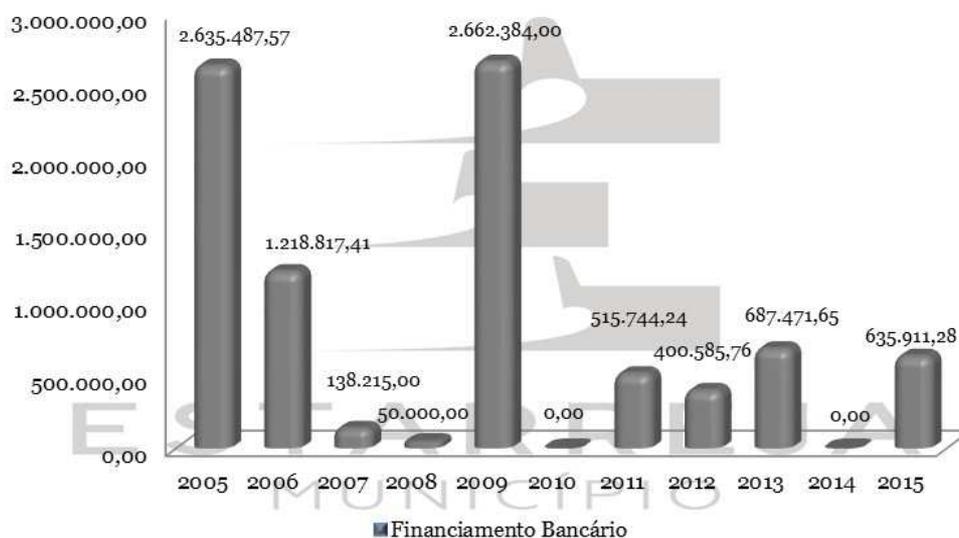
Quadro nº 52 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado (unid. monetária : Euros)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Transferências Correntes OE	5.033.333,00	4.876.775,14	4.751.459,00	4.480.140,00	5.596.470,00	5.989.733,54	6.347.178,00
Transferências de Capital OE	2.477.370,00	2.501.249,00	2.374.320,00	2.232.660,00	1.116.330,00	538.452,00	552.651,00
TOTAL Transferências do OE	7.510.703,00	7.378.024,14	7.125.779,00	6.712.800,00	6.712.800,00	6.528.185,54	6.899.829,00

► **Passivos Financeiros**

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº47 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2015 recorreu a este tipo de receita, tendo uma tendência oscilante durante o período em análise. Já em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Nos anos de 2011 e 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €916.330,00 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto a investimentos inscritos no PPI 2010.

As receitas arrecadadas (€ 687.471,65) nesta rubrica em 2013, dizem respeito à utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012.

Face à hipótese prevista na Lei de Orçamento de Estado para 2015, foi possível realizar uma operação de substituição de dívida do último empréstimo contraído que ascendia a 687.471,65€, com um spread de 6,75%. Com esta possibilidade, contraíu-se um novo empréstimo de 635.911,28€ para amortização do anterior, com uma taxa de spread de 1,75%. Tendo em consideração a significativa diferença entre o spread anterior e o novo spread contratado, existirão ganhos expressivos (superiores a 150.000,00€ de juros num período de 9 anos) para o Município de Estarreja.

5.3. ANÁLISE DA DESPESA.

No contexto atual os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada e comprometida.

5.3.1. Execução Orçamental da Despesa

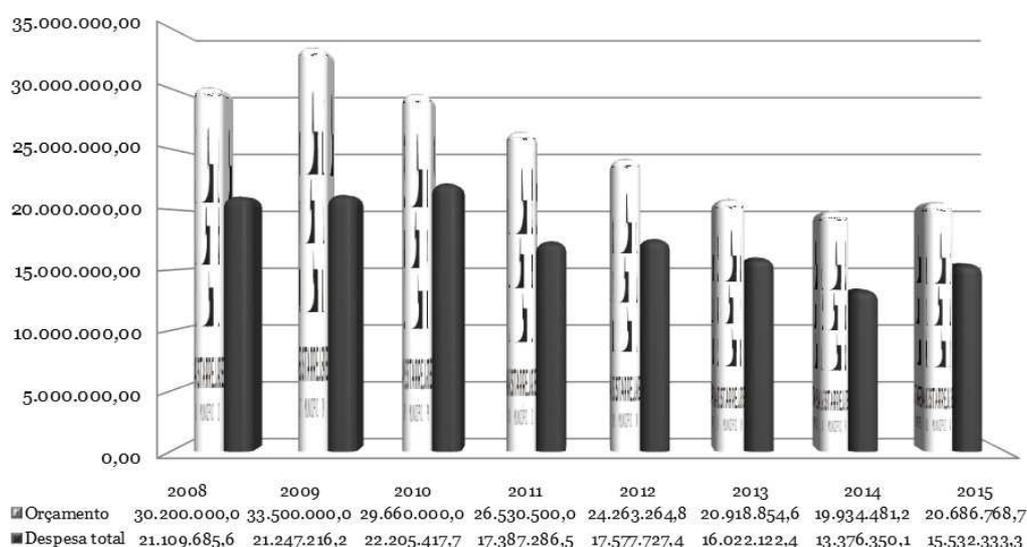
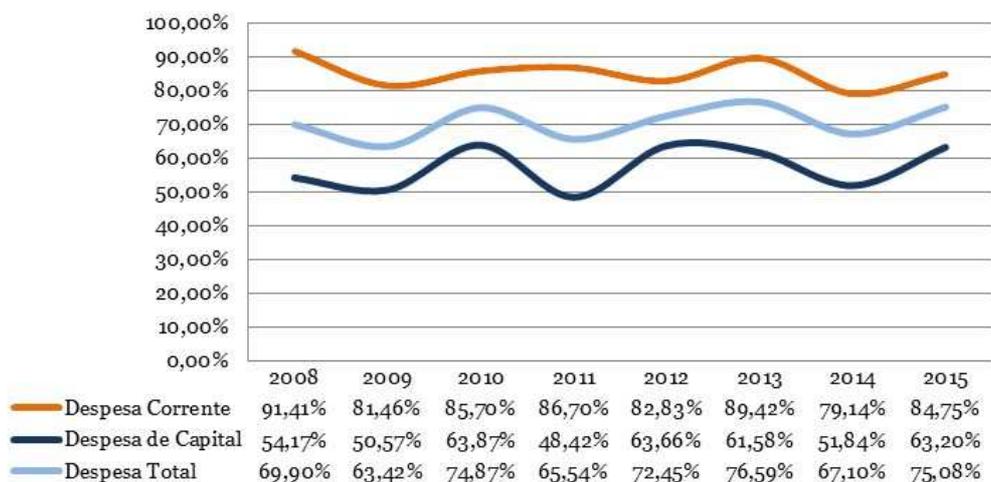
Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Numa primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O mapa de controlo orçamental da despesa reporta um nível de despesa paga de 15.532.333,33€, que corresponde a uma taxa de execução da despesa de 75,08%.

Quadro nº53 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução (unid. monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24	20.686.768,75
Despesa total	21.247.216,25	22.205.417,76	17.387.286,57	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15	15.532.333,33
%	63,42%	74,87%	65,54%	72,45%	76,59%	67,10%	75,08%

Gráfico nº 48 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

Gráfico nº 49 – Evolução das taxas de execução


Do montante orçamentado (corrigido) para 2015, 20.686.768,75€, a título de despesa foi executado e pago o montante de 15.532.333,33€, sendo 9.668.389,87€ de natureza corrente e 5.863.943,46€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 84,75% e 63,20%, respetivamente.

A análise do quadro nº54 permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 54 – Execução da Despesa Paga

(unid. monetária : Euros)

Económica	Previsão		Valor da Execução DESPEZA PAGA (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final / Corrigida (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Despesas Correntes	10.778.634,46	11.408.134,46	9.668.389,87	-1.739.744,59	89,70%	84,75%
Despesas com Pessoal	4.602.850,00	4.484.850,00	4.208.946,93	-275.903,07	91,44%	93,85%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4.917.420,00	5.577.524,81	4.368.353,09	-1.209.171,72	88,83%	78,32%
Encargos correntes da dívida	115.150,00	109.385,00	84.278,80	-25.106,20	73,19%	77,05%
Transferências Correntes	974.370,00	1.097.661,91	943.838,26	-153.823,65	96,87%	85,99%
Outras Despesas Correntes	168.844,46	138.712,74	62.972,79	-75.739,95	37,30%	45,40%
Despesas de Capital	5.221.365,54	9.278.634,29	5.863.943,46	-3.414.690,83	112,31%	63,20%
Aquisição de Bens de Investimento	3.179.704,65	6.146.775,33	3.132.430,84	-3.014.344,49	98,51%	50,96%
Transferências de Capital	751.952,89	1.132.552,89	920.757,23	-211.795,66	122,45%	81,30%
Activos Financeiros	237.208,00	286.208,00	107.583,00	-178.625,00	45,35%	37,59%
Passivos Financeiros	1.050.000,00	1.700.598,07	1.692.049,23	-8.548,84	161,15%	99,50%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	12.500,00	11.123,16	-1.376,84	444,93%	88,99%
DESPEAS TOTAIS	16.000.000,00	20.686.768,75	15.532.333,33	-5.154.435,42	97,08%	75,08%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (20.686.768,75€), com o efetivamente realizado (15.532.333,33€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 75,08%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em (-) 5.154.435,42€.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 83,87%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior, tendo atingido os 17.350.127,22€. De referir, que a execução da despesa realizada/faturada foi de 77,19%.

Quadro nº 55 – Execução da Despesa 2015 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	Previsão	Comprometida	Facturada	Paga	Desp Factor	Desp.Paga	Desp.Comp
	(a)	(b)	(c)	(d)	(c)/(a)	(d)/(a)	(b)/(a)
Despesas Correntes	11.408.134,46	10.524.722,34	10.075.258,13	9.668.389,87	88,32%	84,75%	92,26%
Pessoal	4.484.850,00	4.225.108,51	4.212.042,03	4.208.946,93	93,92%	93,85%	94,21%
Aquisição de Bens e Serviços	5.577.524,81	5.156.823,44	4.768.339,15	4.368.353,09	85,49%	78,32%	92,46%
Juros e Outros Encargos Financeiros	109.385,00	84.278,80	84.278,80	84.278,80	77,05%	77,05%	77,05%
Transferências Correntes	1.097.661,91	995.157,10	947.557,36	943.838,26	86,33%	85,99%	90,66%
Outras Despesas Correntes	138.712,74	63.354,49	63.040,79	62.972,79	45,45%	45,40%	45,67%
Despesas de Capital	9.278.634,29	6.825.404,88	5.893.236,85	5.863.943,46	63,51%	63,20%	73,56%
Investimentos	6.146.775,33	3.961.784,53	3.161.724,23	3.132.430,84	51,44%	50,96%	64,45%
Transferências de Capital	1.132.552,89	924.239,96	920.757,23	920.757,23	81,30%	81,30%	81,61%
Activos Financeiros	286.208,00	236.208,00	107.583,00	107.583,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.700.598,07	1.692.049,23	1.692.049,23	1.692.049,23	99,50%	99,50%	99,50%
Outras Despesas de Capital	12.500,00	11.123,16	11.123,16	11.123,16	88,99%	88,99%	88,99%
DESPEAS TOTAIS	20.686.768,75	17.350.127,22	15.968.494,98	15.532.333,33	77,19%	75,08%	83,87%

5.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

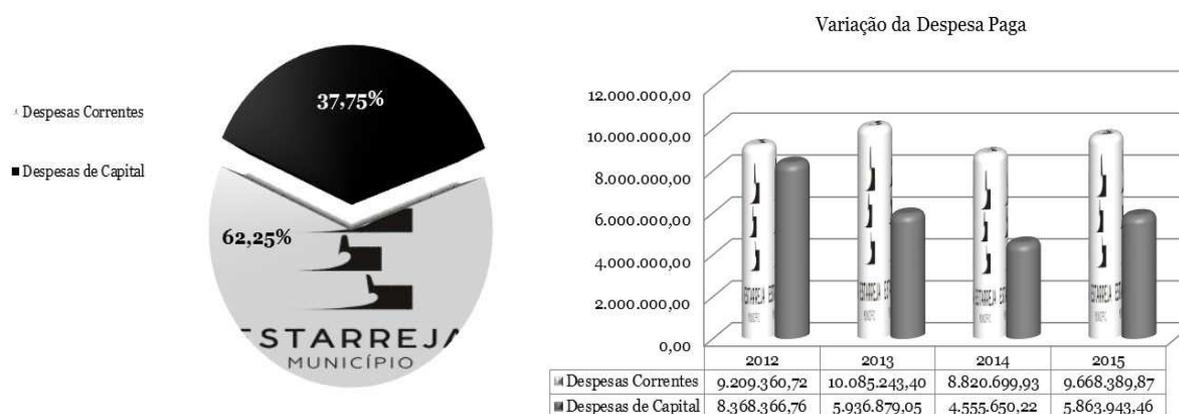
► Estrutura da Despesa

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriênio (2012, 2013, 2014 e 2015)

Quadro nº 56 – Despesa Corrente e de Capital

(unid. monetária : Euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015					Tx Crec.	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução		Tx Exec
Despesas Correntes	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93	11.408.134,46	10.550.799,57	10.524.722,34	10.075.258,13	9.668.389,87	84,75%	9,61%
Despesas de Capital	8.368.366,76	5.936.879,05	4.555.650,22	9.278.634,29	6.880.805,04	6.825.404,88	5.893.236,85	5.863.943,46	63,20%	28,72%
Despesas Totais	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15	20.686.768,75	17.431.604,61	17.350.127,22	15.968.494,98	15.532.333,33	75,08%	16,12%

Gráfico nº 50 e Gráfico nº 51 - Repartição das Despesas 2015


A despesa corrente teve uma execução de cerca de 84,75% (9.668.389,87€) e a despesa de capital de 63,20% (5.863.943,46€).

As **despesas correntes** de 2015, representando **62,25%** das despesas municipais, totalizaram **9.668.389,87€**, o que corresponde uma execução de **84,75%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das **despesas de capital**, as quais em 2015 representaram **37,75%** das despesas totais, atingindo os **5.863.943,46€**, e que estão dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2015.

Quadro nº 57 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

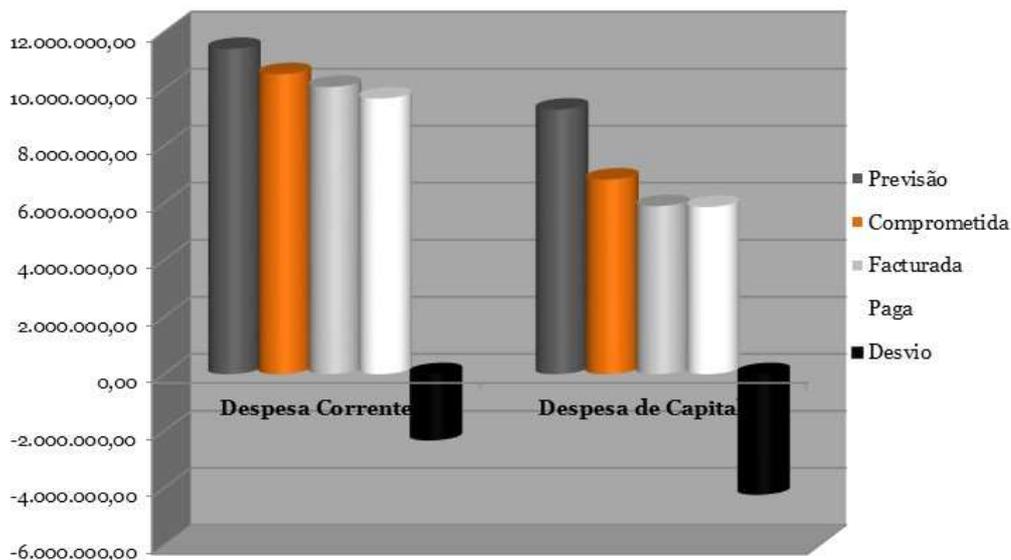
(unid. monetária : Euros)

DESPESAS	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Realizada e Não Paga	Compromissos por Pagar
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4	7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4.484.850,00	4.225.108,51	4.212.042,03	4.208.946,93	-275.903,07	93,8%	3.095,10	16.161,58
02 Aquisição de Bens e Serviços	5.577.524,81	5.156.823,44	4.768.339,15	4.368.353,09	-1.209.171,72	78,3%	399.986,06	788.470,35
03 Encargos Correntes de Dívid	109.385,00	84.278,80	84.278,80	84.278,80	-25.106,20	77,0%	0,00	0,00
04 Transferências Correntes	1.097.661,91	995.157,10	947.557,36	943.838,26	-153.823,65	86,0%	3.719,10	51.318,84
06 Outras Despesas Correntes	138.712,74	63.354,49	63.040,79	62.972,79	-75.739,95	45,4%	68,00	381,70
Despesas Correntes	11.408.134,46	10.524.722,34	10.075.258,13	9.668.389,87	-1.739.744,59	84,7%	406.868,26	856.332,47
07 Aquisição de Bens de Capital	6.146.775,33	3.961.784,53	3.161.724,23	3.132.430,84	-3.014.344,49	51,0%	29.293,39	829.353,69
08 Transferências de Capital	1.132.552,89	924.239,96	920.757,23	920.757,23	-211.795,66	81,3%	0,00	3.482,73
09 Activos Financeiros	286.208,00	236.208,00	107.583,00	107.583,00	-178.625,00	37,6%	0,00	128.625,00
10 Passivos Financeiros	1.700.598,07	1.692.049,23	1.692.049,23	1.692.049,23	-8.548,84	99,5%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	12.500,00	11.123,16	11.123,16	11.123,16	-1.376,84	89,0%	0,00	0,00
Despesas de Capital	9.278.634,29	6.825.404,88	5.893.236,85	5.863.943,46	-3.414.690,83	63,2%	29.293,39	961.461,42
TOTAL GERAL	20.686.768,75	17.350.127,22	15.968.494,98	15.532.333,33	-5.154.435,42	75,1%	436.161,65	1.817.793,89

No ano 2015, a despesa global comprometida, situou-se nos 17.350.127,22€, a despesa faturada em 15.977.028,59€ e a despesa paga em 15.532.333,33€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 444.695,26€ e compromissos por pagar no valor de 1.817.793,89€ (irão onerar o orçamento do ano 2016).

O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº 52 - Composição da Despesa 2015- nas suas diferentes fases



► **Evolução da Despesa Global**

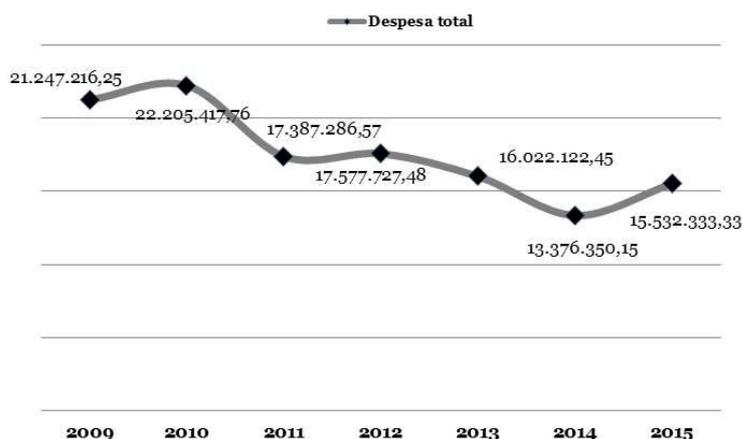
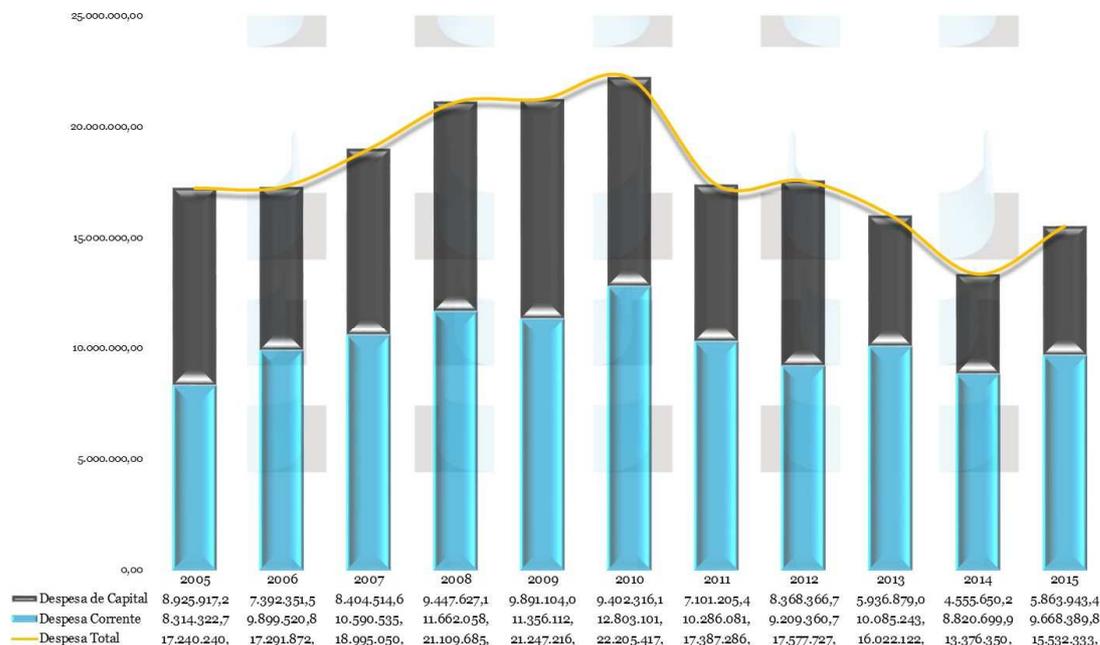


Gráfico nº 53 - Evolução da Despesa Paga

A Despesa Total aumentou 16,12% face a 2014, influenciado tanto pelo aumento da despesa corrente em (+) 9,61%, bem como com o significativo acréscimo registado ao nível das despesas de capital de (+) 28,72% (ver quadro nº 58)

Gráfico nº 54 – Evolução das Despesas 2005-2015



Análise meramente caixa – Despesa Paga

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2015 e 2014:

Quadro nº 58 - Execução da Despesa Paga 2015-2014

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	2014				2015				Variação 2014/2015	Tx de Crescimento
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
Despesas Correntes	11.146.359,24	8.820.699,93	-2.325.659,31	79,14%	11.408.134,46	9.668.389,87	-1.739.744,59	84,75%	847.689,94	9,61%
Despesas com Pessoal	4.522.200,00	4.382.188,70	-140.011,30	96,90%	4.484.850,00	4.208.946,93	-275.903,07	93,85%	-173.241,77	-3,95%
Aquisição de Bens e Serviços Corrent	5.095.876,24	3.347.627,00	-1.748.249,24	65,69%	5.577.524,81	4.368.353,09	-1.209.171,72	78,32%	1.020.726,09	30,49%
Encargos correntes da dívida	262.000,00	101.900,16	-160.099,84	38,89%	109.385,00	84.278,80	-25.106,20	77,05%	-17.621,36	-17,29%
Transferências Correntes	1.049.704,00	845.355,32	-204.348,68	80,53%	1.097.661,91	943.838,26	-153.823,65	85,99%	98.482,94	11,65%
Outras Despesas Correntes	216.579,00	143.628,75	-72.950,25	66,32%	138.712,74	62.972,79	-75.739,95	45,40%	-80.655,96	-56,16%
Despesas de Capital	8.788.122,00	4.555.650,22	-4.232.471,78	51,84%	9.278.634,29	5.863.943,46	-3.414.690,83	63,20%	1.308.293,24	28,72%
Aquisição de Bens de Investimento	6.554.499,00	2.744.606,41	-3.809.892,59	41,87%	6.146.775,33	3.132.430,84	-3.014.344,49	50,96%	387.824,43	14,13%
Transferências de Capital	813.998,00	627.206,85	-186.791,15	77,05%	1.132.552,89	920.757,23	-211.795,66	81,30%	293.550,38	31,88%
Activos Financeiros	217.125,00	0,00	-217.125,00	0,00%	286.208,00	107.583,00	-178.625,00	37,59%	107.583,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.200.000,00	1.183.836,96	-16.163,04	98,65%	1.700.598,07	1.692.049,23	-8.548,84	99,50%	508.212,27	30,04%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	12.500,00	11.123,16	-1.376,84	88,99%	11.123,16	n.a.
Total da Despesa	19.934.481,24	13.376.350,15	-6.558.131,09	67,10%	20.686.768,75	15.532.333,33	-5.154.435,42	75,08%	2.155.983,18	16,12%

Assinala-se um acréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2015, de cerca de (+) 7,98 p.p. em relação ao apurado no exercício 2014.

A taxa de execução da despesas correntes conheceu um decréscimo de 5,61 p.p. enquanto que a taxa de execução das despesas de capital conheceu uma redução de 11,36 p.p.

O montante pago em 2015 (15.532.333,33€) foi superior ao de 2014 (13.376.350,15€), constatando-se, em 2015, um aumento da despesa global paga no valor de (+) 2.155.983,18€ (16,12%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 75,08%.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 62,25% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 37,75%.

Constata-se que as despesas **correntes** aumentaram 9,61% (em termos absolutos 847.689,94€) e as **despesas de capital** aumentaram 28,72% (em termos absolutos 1.308.293,24€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real_ Despesa Comprometida e Faturada

DESPESA COMPROMETIDA

Quadro nº 59 - Execução da Despesa Comprometida 2015-2014 (unid. monetária : Euros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2014/2015	Tx de Crescimento
	2015	2014		
01 Despesa com Pessoal	4.225.108,51	4.393.361,90	-168.253,39	-3,83%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5.156.823,44	4.532.248,28	624.575,16	13,78%
03 Encargos Correntes de Dívida	84.278,80	102.994,22	-18.715,42	-18,17%
04 Transferências Correntes	995.157,10	868.836,27	126.320,83	14,54%
06 Outras Despesas Correntes	63.354,49	144.039,06	-80.684,57	-56,02%
Despesas Correntes	10.524.722,34	10.041.479,73	483.242,61	4,81%
07 Aquisição de Bens de Capital	3.961.784,53	4.020.084,54	-58.300,01	-1,45%
08 Transferências de Capital	924.239,96	635.206,85	289.033,11	45,50%
09 Activos Financeiros	236.208,00	128.625,00	107.583,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1.692.049,23	1.183.836,96	508.212,27	42,93%
11 Outras Despesas de Capital	11.123,16	0,00	11.123,16	n.a.
Despesas de Capital	6.825.404,88	5.967.753,35	857.651,53	14,37%
TOTAL GERAL	17.350.127,22	16.009.233,08	1.340.894,14	8,38%

O volume de compromissos assumidos em 2015, conheceu um acréscimo relativamente ao registado no ano anterior, contrariando a tendência de decréscimo verificada desde 2012. No exercício de 2015 a despesa comprometida aumentou 8,38% (1.340.894,14€) relativamente ao registado no ano 2014, globalizando uma despesa comprometida de 17.350.127,22€.

DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

Revisitando o quadro nº 60, temos que a taxa de execução da despesa faturada em 2015 atingiu os 77,19%, contra os 70,10% da despesa faturada em 2014.

Quadro nº 60 - Evolução da Despesa faturada e Paga 2014-2015

Capítulos	DESPESA 2015 vs 2014									
	Faturada Total	2014		Faturada Total	2015		Faturada Nova	Variação 2014/2015 Faturada/Nova	Paga 2015	Não Paga 2015
		Faturada Transitada de 2013	Faturada Nova		Faturada Transitada de 2014	Faturada Nova				
Despesas Correntes	9.396.767,30	334.750,78	9.062.016,52	10.075.258,13	576.067,37	9.499.190,76	437.174,24	9.668.389,87	406.868,26	
Pessoal	4.383.736,14	26.514,86	4.357.221,28	4.212.042,03	1.547,44	4.210.494,59	-146.726,69	4.208.946,93	3.095,10	
Aquisição de Bens e Serviços	3.911.378,48	296.314,10	3.615.064,38	4.768.339,15	563.751,48	4.204.587,67	589.523,29	4.368.353,09	399.986,06	
Juros e Outros Encargos Financeiros	102.360,02	240,31	102.119,71	84.278,80	459,86	83.818,94	-18.300,77	84.278,80	0,00	
Transferências Correntes	855.489,81	11.555,65	843.934,16	947.557,36	10.134,49	937.422,87	93.488,71	943.838,26	3.719,10	
Outras Despesas Correntes	143.802,85	125,86	143.676,99	63.040,79	174,10	62.866,69	-80.810,30	62.972,79	68,00	
Despesas de Capital	4.578.123,11	163.740,01	4.414.383,10	5.893.236,85	22.472,89	5.870.763,96	1.456.380,86	5.863.943,46	29.293,39	
Investimentos	2.767.079,30	163.740,01	2.603.339,29	3.161.724,23	22.472,89	3.139.251,34	535.912,05	3.132.430,84	29.293,39	
Transferências de Capital	627.206,85	0,00	627.206,85	920.757,23	0,00	920.757,23	293.550,38	920.757,23	0,00	
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	107.583,00	0,00	107.583,00	107.583,00	107.583,00	0,00	
Passivos Financeiros	1.183.836,96	0,00	1.183.836,96	1.692.049,23	0,00	1.692.049,23	508.212,27	1.692.049,23	0,00	
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	11.123,16	0,00	11.123,16	11.123,16	11.123,16	0,00	
DESPESAS TOTAIS	13.974.890,41	498.490,79	13.476.399,62	15.968.494,98	598.540,26	15.369.954,72	1.893.555,10	15.532.333,33	436.161,65	

A despesa total faturada neste exercício económico ascendeu a 15.968.494,98 €, dos quais 598.540,26€ respeitam a faturação transitada do ano anterior, registando assim, face ao período homólogo, um acréscimo global de (+) 100.049,47€ (+20%) .

Em termos de despesa paga, o ano económico de 2015 exhibe o montante de 15.532.333,33€, apresentando um acréscimo de (+) 16,12%, em termos absolutos corresponde a (+) 1.964.481,69€, comparativamente com o ano anterior, revelando uma excelente taxa de execução obtida nos pagamentos (*relação entre despesa paga e despesa faturada*), ao assumir no período em análise 97,23%, apurando-se um total de despesa faturada/realizada por pagar de 436.161,15€ , correspondendo a faturação que transita para o exercício económico seguinte.

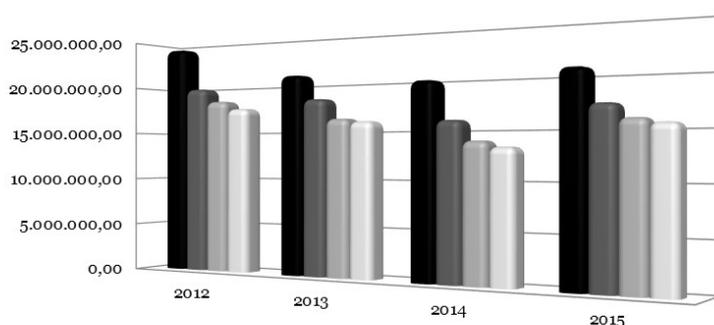
O valor de nova despesa faturada em 2015 é de 15.369.954,72€, observando-se um acréscimo de (+) 14,05%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 1.893.555,10€.

De notar que, a nova despesa faturada, em termos de despesas correntes, sofreu um acréscimo de (+) 4,82% (437.174,24€), devido fundamentalmente aos acréscimos registados nas rubricas de “Aquisição de Bens e Serviços” e “Transferências Correntes”.

Relativamente às despesas de capital, o acréscimo de (+) 1.456.380,86€, que em termos percentuais situou-se em (+) 32,99%, sendo perceptível o contributo de todos agrupamentos neste aumento.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº 55 - Evolução das Despesas nas suas diferentes fases



	2012	2013	2014	2015
■ Despesa Previsional	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24	20.686.768,75
■ Despesa Comprometida	19.825.366,07	18.392.759,30	16.009.233,08	17.350.127,22
■ Despesa Faturada	18.417.984,36	16.324.033,38	13.974.890,41	15.968.494,98
■ Despesa Paga	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15	15.532.333,33

De salientar, quase a junção das linhas representantes da despesa faturada/realizada e da despesa paga, nos anos 2014 e 2015, traduzindo redução de dívida (despesa faturada não paga) transitada para exercícios seguintes.

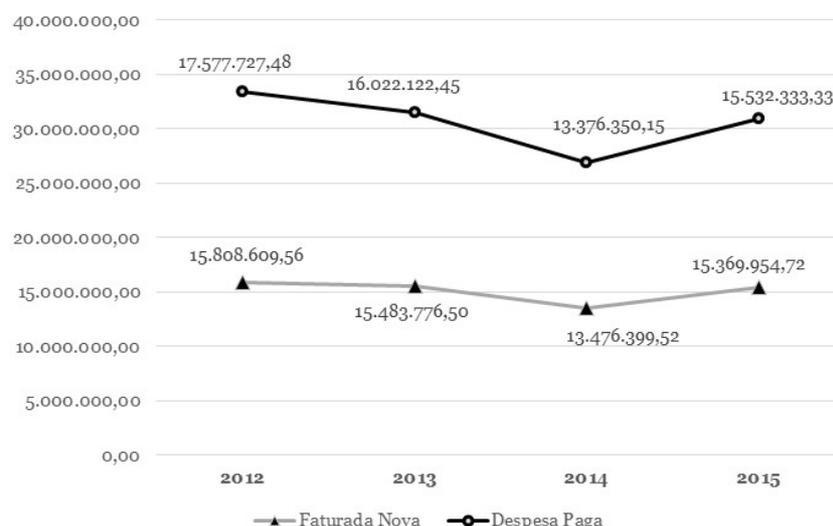
Quadro nº61 - Evolução da Despesa 2012-2015

(unid. monetária : Euros)

Designação	2012	2013	2014	2015
Despesa Prevista (a)	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24	20.686.768,75
Compromissos do Exercício (b)	19.825.366,07	18.392.759,30	16.009.233,08	17.350.127,22
Despesa Realizada por pagar	840.256,88	498.490,79	598.540,26	436.161,65
Despesa Paga do Exercício (c)	14.968.352,68	15.181.865,57	12.877.859,36	14.933.793,07
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	2.609.374,80	840.256,88	498.490,79	598.540,26
Compromissos a pagar em exercícios futuros €	2.247.638,59	2.370.636,85	2.632.882,93	1.817.793,89
Faturado no ano (f)	15.808.609,56	15.483.776,50	13.476.399,52	15.369.954,72
Total faturado no ano (h)	18.417.984,36	16.324.033,38	13.974.890,41	15.968.494,98
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) -%	81,71%	87,92%	80,31%	83,87%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h -%	95,44%	98,15%	95,72%	97,27%

Ao analisar a variação da despesa nova faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no gráfico nº56:

Gráfico nº 56 - Evolução das Despesa Faturada Nova e Despesa Paga



► Desagregação da Despesa Global

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

Quadro nº 62 - Evolução da Despesa por rubricas económicas

(unid. monetária :

DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4.208.946,93	43,53%	27,10%	Investimentos	3.132.430,84	53,42%	20,17%
Aquisição de Bens e Serviços	4.368.353,09	45,18%	28,12%	Terrenos	550.536,90	9,39%	3,54%
Aquisição de Bens	517.673,04	5,35%	3,33%	Habitacões	0,00	0,00%	0,00%
Aquisição de Serviços	3.850.680,05	39,83%	24,79%	Edifícios	801.664,11	13,67%	5,16%
Juros e Outros Encargos	84.278,80	0,87%	0,54%	Construções Diversas	95.568,21	1,63%	0,62%
Juros da Dívida Pública	83.027,80	0,86%	0,53%	Equipamento de Transporte	22.584,26	0,39%	0,15%
Juros de Locação Financeira	544,31	0,01%	0,00%	Equipamento Informático	52.212,47	0,89%	0,34%
Juros Tributários	0,00	0,00%	0,00%	Software Informático	25.198,16	0,43%	0,16%
Outros juros	706,69	0,01%	0,00%	Equipamento Administrativo	24.988,11	0,43%	0,16%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Básico	243.593,71	4,15%	1,57%
Transferências Correntes	943.838,26	9,76%	6,08%	Ferramentas e Utensílios	140,00	0,00%	0,00%
Administrações públicas	369.265,32	3,82%	2,38%	Artigos e Objectos de Valor	0,00	0,00%	0,00%
Segurança Social	0,00	0,00%	0,00%	Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00%	0,00%
Administrações privadas	489.035,78	5,06%	3,15%	Outros Investimentos	12.694,20	0,22%	0,08%
Famílias	85.537,16	0,88%	0,55%	Locação Financeira - Mat.Transp	19.250,93	0,33%	0,12%
Outras Despesas Correntes	62.972,79	0,65%	0,41%	Bens de Domínio Público	1.283.999,78	21,90%	8,27%
				Transferências de Capital	920.757,23	15,70%	5,93%
				Administrações públicas	483.679,57	8,25%	3,11%
				Administrações privadas	412.129,39	7,03%	2,65%
				Famílias	24.948,27	0,43%	0,16%
				Activos Financeiros	107.583,00	1,83%	0,69%
				Passivos Financeiros	1.692.049,23	28,86%	10,89%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.692.049,23	28,86%	10,89%
				Outras Despesas de Capital	11.123,16	0,19%	0,07%
Totais de Despesas Correntes	9.668.389,87	100,00%	62,25%	Totais de Despesas de Capital	5.863.943,46	100,00%	37,75%
Totais de Despesas							15.532.333,33

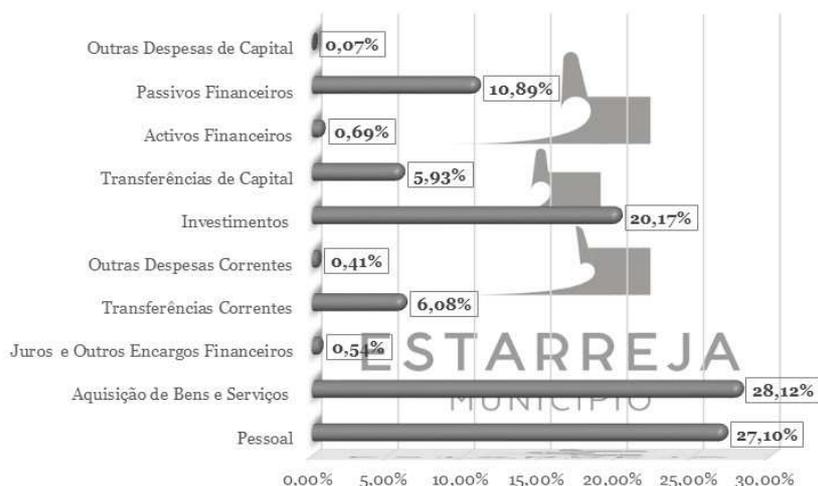
(€uros)

O contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas são as Aquisição de Bens e Serviços Correntes (28,12%) seguindo-se as Despesas com Pessoal (27,10%) e de seguida a Aquisição de Bens de Capital (20,17%).

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas coletividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2015, 12% das Despesas Totais.

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 28,86% das Despesas de Capital e 10,89% das Despesas Totais.

Gráfico nº57 – Desagregação Despesa 2015



5.3.3. Análise da Despesas Correntes

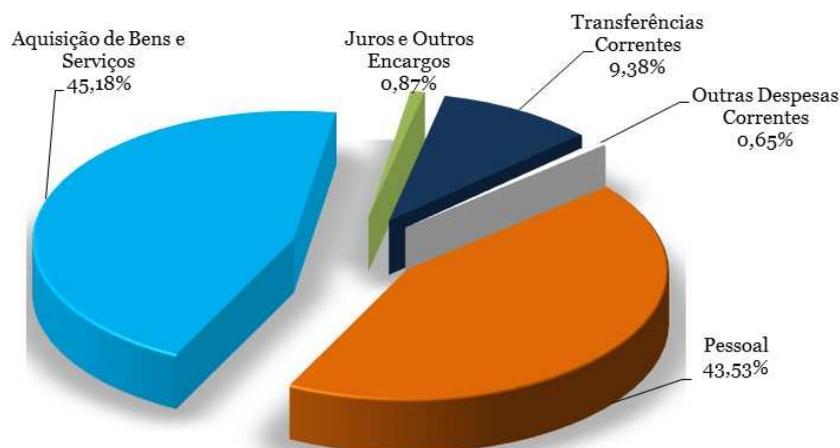
A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 63 - Evolução das Despesas Correntes

(unid. monetária : Euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015					Crescimento		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Pessoal	4.192.908,62	4.494.882,86	4.382.188,70	4.484.850,00	4.225.108,51	4.225.108,51	4.212.042,03	4.208.946,93	93,85%	-173.241,77	-3,95%
Aquisição de Bens e Serviços	3.872.767,84	4.328.156,86	3.347.627,00	5.577.524,81	5.179.462,17	5.156.823,44	4.768.339,15	4.368.353,09	78,32%	1.020.726,09	30,49%
Juros e Outros Encargos	234.912,21	84.843,32	101.900,16	109.385,00	84.278,80	84.278,80	84.278,80	84.278,80	77,05%	-17.621,36	-17,29%
Transferências Correntes	755.539,35	946.387,48	845.355,32	1.097.661,91	998.595,60	995.157,10	947.557,36	943.838,26	85,99%	98.482,94	11,65%
Outras Despesas Correntes	153.232,70	230.972,88	143.628,75	138.712,74	63.354,49	63.354,49	63.040,79	62.972,79	45,40%	-80.655,96	-56,16%
Total	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93	11.408.134,46	10.550.799,57	10.524.722,34	10.075.258,13	9.668.389,87	84,75%	847.689,94	9,61%

Gráfico nº 58 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) -2015



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, e ao nível das despesas correntes globais pagas no 2015, a Aquisição de Bens e Serviços destronou os encargos com pessoal assumindo-se como o grupo de despesas com maior

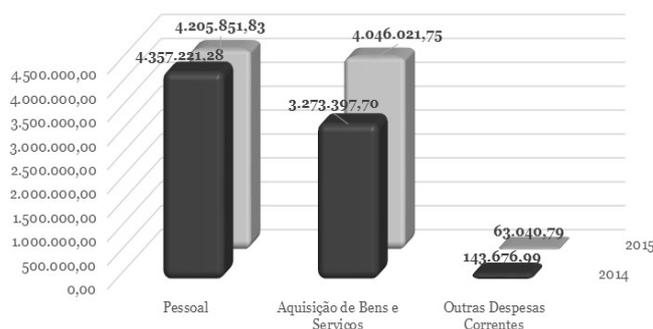
expressão dentro das Despesas Correntes, obtendo um peso de 45,18% seguido de imediato pelas Despesas com Pessoal com 43,53%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2015 atingido os 9.043.421,97€, em termos de faturação, correspondendo a nova despesa faturada a 8.477.948,95€, dado ter transitado do ano anterior dívida no valor de 565.473,02 €, sendo a grande maioria (98%) das despesas transitadas pertença do agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”.

Quadro nº 64 - Faturação Despesas Correntes -2014/2015

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	2014						2015					
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	% Desp Func	% Desp Corrente - DO ANO	% Desp Total	Transitada (d)	Nova e	Total (d)+e	% Desp Func	% Desp Corrente - DO ANO	% Desp Total
Pessoal	26.514,86	4.357.221,28	4.383.736,14	53,69%	48,08%	32,33%	1.547,44	4.210.494,59	4.212.042,03	49,66%	44,32%	27,39%
Aquisição de Bens e Serviços	296.314,10	3.615.064,38	3.911.378,48	44,54%	39,89%	26,83%	563.751,48	4.204.587,67	4.768.339,15	49,59%	44,26%	27,36%
Outras Despesas Correntes	125,86	143.676,99	143.802,85	1,77%	1,59%	1,07%	174,10	62.866,69	63.040,79	0,74%	0,66%	0,41%
Despesas de Funcionamento	322.954,82	8.115.962,65	8.438.917,47	100,00%	89,56%	60,22%	565.473,02	8.477.948,95	9.043.421,97	100,00%	89,25%	55,16%
Despesas Correntes	334.750,78	9.062.016,52	9.396.767,30	100,00%	67,24%		576.067,37	9.499.190,76	10.075.258,13	100,00%		61,80%
Despesas Totais	498.490,79	13.476.399,62	13.974.890,41				598.540,26	15.369.954,72	15.968.494,98			100,00%

Gráfico nº 59 – Despesas de Funcionamento 2014/2015


No ano de 2015 as despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram o montante de 9.043.421,97€, verificando-se um acréscimo de (+) 7,16% em relação ao ano anterior, não obstante a redução de (-) 146.726,69 € registada na rubrica de despesas com Pessoal, em resultado sobretudo do aumento da Aquisição de Bens e Serviços, (+) 589.523,29 €, atento o ligeiro decréscimo de (-) 80.810,20€ das Outras Despesas Correntes.

Avaliando as despesas de funcionamento no seu cômputo geral, afere-se que neste exercício económico, como já é expectável, a rubrica de despesas com Pessoal constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando cerca de 49,66%, peso este inferior ao apurado em 2014 (53,69%), em resultado da descida do seu valor, afirmando-se com uma tendência inversa as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços, cujo peso aumentou em 2015, ao atingir 49,59%, em consequência do aumento dos seus níveis de despesa nova faturada.

Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 89,25% e 55,16% respetivamente.

► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 50,58% das despesas de funcionamento, 43,35% das despesas correntes em cerca de 27 % das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Seg. Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

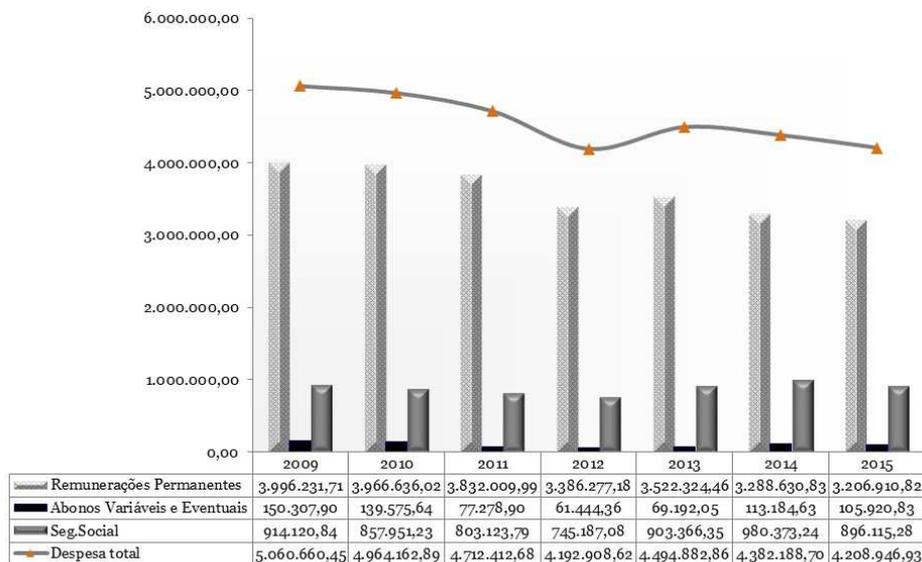
Da apreciação do quadro seguinte, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2015 totalizaram 4.208.946,93 €, assinalando assim um decréscimo de (-) 173.241,77€ face a 2014, (-) 3,95%, fruto da influência da diminuição das despesas com remunerações certas e permanentes, componente de maior peso no cômputo geral das despesas com pessoal ao representar 76,19%, complementada pelo decréscimo também registado nas suas duas outras componentes, particularmente no que se refere às despesas com Contribuições Sociais.

Quadro nº 65 - Despesas com Pessoal (2012-2015)

(unid. monetária : Euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015	Peso %	Crescimento 2014/2015	
						Valor	%
Mem b ros de Orgãos Autárquicos	147.939,05	143.868,03	122.755,96	121.950,36	2,90%	-805,60	-0,66%
Pessoal do Quadro	2.355.775,81	2.330.470,30	2.185.091,49	2.159.183,87	51,30%	-25.907,62	-1,19%
Pessoal Contratado a Termo	151.698,22	8.169,62	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	271.048,02	316.529,71	241.648,80	197.365,26	4,69%	-44.283,54	-18,33%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	13.191,46	6.566,40	51.048,68	72.968,17	1,73%	21.919,49	42,94%
Subsídio de Refeição	216.382,25	205.239,52	191.979,19	195.416,55	4,64%	3.437,36	1,79%
Subsídio de Férias e de Natal	153.622,32	436.824,85	432.114,32	404.569,96	9,61%	-27.544,36	-6,37%
Outras Remunerações	76.620,05	74.656,03	63.992,39	55.456,65	1,32%	-8.535,74	-13,34%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3.386.277,18	3.522.324,46	3.288.630,83	3.206.910,82	76,19%	-81.720,01	-2,48%
Horas Extraordinárias	31.838,55	36.542,79	35.110,75	69.231,25	1,64%	34.120,50	97,18%
Abono para falhas	6.153,38	5.785,51	5.676,34	5.513,33	0,13%	-163,01	-2,87%
Outros Abonos	23.452,43	26.863,75	72.397,54	31.176,25	0,74%	-41.221,29	-56,94%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	61.444,36	69.192,05	113.184,63	105.920,83	2,52%	-7.263,80	-6,42%
Encargos com Saúde (ADSE)	216.748,85	228.662,83	245.015,32	147.680,36	3,51%	-97.334,96	-39,73%
Caixa Geral de Aposentações	328.143,42	486.055,36	543.086,91	557.531,03	13,25%	14.444,12	2,66%
Segurança Social -Reg Geral	140.853,77	127.150,12	140.044,63	143.403,35	3,41%	3.358,72	2,40%
Outras Prestações Sociais (*)	35.858,89	40.692,28	32.994,79	28.493,33	0,68%	-4.501,46	-13,64%
Seguros com Pessoal	23.582,15	20.805,76	19.231,59	19.007,21	0,45%	-224,38	-1,17%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	745.187,08	903.366,35	980.373,24	896.115,28	21,29%	-84.257,96	-8,59%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4.192.908,62	4.494.882,86	4.382.188,70	4.208.946,93	100,00%	-173.241,77	-3,95%

Por forma a termos uma visão da evolução das despesas de pessoal desde 2012, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 60 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes


O grupo mais representativo corresponde a **remunerações certas e permanentes** (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.206.910,82€. Segue-se o grupo referente a **contribuições e encargos patronais com a segurança social** (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 896.115,28€. O remanescente, no valor de 105.920,83€, reflete o conjunto de **abonos variáveis e eventuais**, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 76,19% das Despesas com Pessoal, evidenciando um decréscimo relativamente ao ano 2014 de (-) 2,48% (- 81.720,01€), justificado com redução da generalidade das suas rubricas onde se destacam:

- » O decréscimo das Despesas com Pessoal em Regime de Contrato de Tarefa e Avença no valor de (-) 44.283,54€, em resultado de opção por outras formas de contratação de prestação de serviços externa;
- » A diminuição das Despesas com Pessoal dos Quadros em Regime Contrato Individual de Trabalho no valor de (-) 25.907,62€, em resultado da cessação de funções de trabalhadores de 4 (quatro) trabalhadores, a que não correspondeu igual número de novas contratações de pessoal, contribuindo também o agravamento das reduções remuneratórias constantes da LOE para 2015;
- » A redução dos encargos com Subsídio de Férias e de Natal e Subsídio de Refeição que conjuntamente perfazem (-) 27.544,36€, fruto das circunstâncias atrás referenciadas.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 2,52% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2014, um decréscimo de (-) 6,42% (- 7.263,80€). Apesar do aumento das horas extraordinárias decorrente de regularização detetada no decurso de ação de auditoria da Inspeção-Geral das Finanças sob a referência Proc n.º 2015/184/A5/473-Controlo dos Recursos Humanos na Administração Local Autárquica – Norte e Centro”. No ano 2015 não ocorreu o pagamento de subsídio de reintegração registado no ano 2014.

A *Segurança Social*, consome 21,29% das Despesas com Pessoal, registando em relação ao exercício de 2014, uma diminuição de (-) 8,59%, correspondendo em termos absolutos um aumento de (-) 84.257,96€.

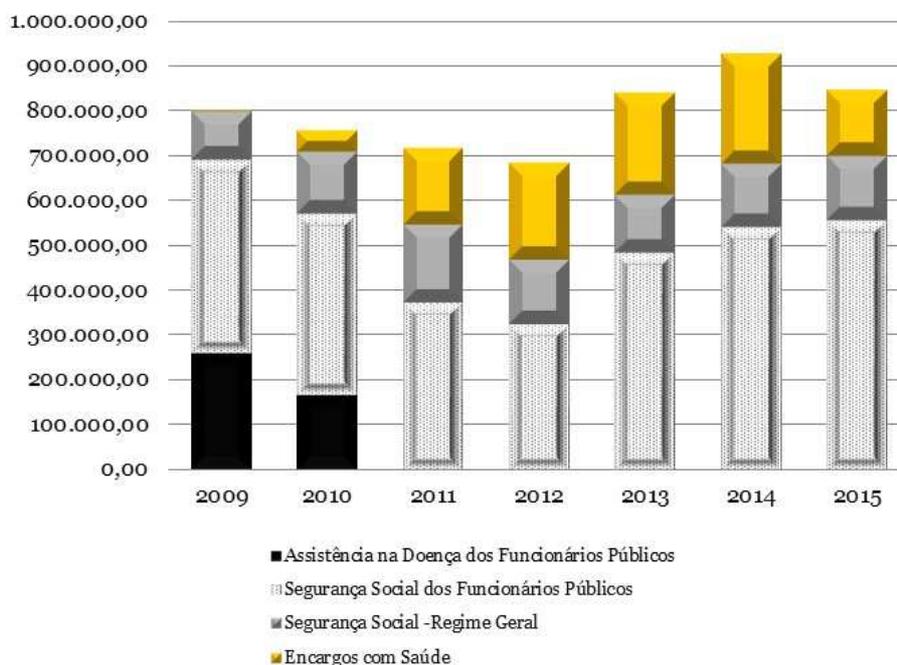
De referir, que pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), mais especificamente no seu artigo 81º, procedeu-se a alteração do artigo 6º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, alterando a taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentação, IP (CGA,IP), por parte das entidades empregadoras da administração pública, de 20% para 23,75%, sendo esta que vigorou em 2015.

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº 66

(unid. monetária : Euros)

Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social - Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46
2012	0,00	328.143,42	140.853,77	216.748,85
2013	0,00	486.055,36	127.150,12	228.662,83
2014	0,00	543.086,91	140.044,63	245.015,32
2015	0,00	557.531,03	143.403,35	147.680,36

Gráfico nº 61 – Evolução das Contribuições Sociais


Neste domínio e atendendo à sua repercussão em matéria de gestão de recursos humanos, acresce ainda uma referência ao novo **limite das despesas com pessoal** a vigorar para os municípios, estabelecido no art.º 62ª da LOE para 2015.

Por imposição da Lei do Orçamento de Estado de 2015, o seu artigo 58.º dispõe que em matéria de “Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas públicas”, às entidades da administração local é aplicável o disposto nos artigos 62.º a 64.º.

Se quanto à redução de trabalhadores como é consabido as anteriores Leis do Orçamento do Estado impunham uma redução mínima de efetivos de 2%, relativamente ao dia 31 de Dezembro do ano anterior. A LOE 2014 exigia esta obrigação mas, no entanto, dispensava do seu cumprimento as autarquias que tivessem cumprido cumulativamente determinadas condições (em termos de redução de pessoal em anos anteriores, não tivessem ultrapassado determinado montante de dívida e não tivessem pagamentos em atraso).

Na Lei do Orçamento de Estado para 2015 a contenção de efetivos nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local é levada a efeito através da imposição de limites de despesa com pessoal (incluindo prestações de serviço por pessoas singulares).

Os municípios em saneamento ou rutura continuam obrigados a reduzir efetivos.

Assim, face ao disposto no artigo 62.º da LOE 2015, o município que não se encontre em situação de saneamento financeiro – ou seja que não se enquadre nas alíneas a) e b) do nº 1 do art.º 58º da Lei nº 73/2013, i.e., quando não ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º desta Lei ou o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - não pode incorrer em despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em montante superior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. Esta, é pois, a regra geral.

No entanto, o município que no exercício de 2014:

- ✎ tenha registado uma **percentagem inferior à acima referida** só pode aumentar em 2015 o valor correspondente a 20 % da margem disponível.
- ✎ tenha registado uma **percentagem superior à acima referida**, fica impedido de no ano de 2015 aumentar a despesa com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares.

No entanto o município que se encontre na situação acima referida e que no exercício de 2014 não tenha cumprido a redução mínima de 2% de pessoal que, conforme referido, estava fixada na LOE 2014 não pode em 2015 ultrapassar o montante de despesa que resultaria após o cumprimento desta regra.

Impõe-se, assim, avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado nos números 1 a 4 do artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, como se demonstra nos quadros seguintes, e consequentemente avaliar o posicionamento do município em relação a tais limites.

Quadro nº 67

ENQUADRAMENTO NO Nº1 DO ARTIGO 62º DA LOE 2015		
Verificação do cumprimento das alíneas a) e b) do art. 58º do RFALEI		
	31-12-2014	01-01-2015
Alínea a)		
Divida Total (1)	13.042.208,85	13.042.208,85
Limite Legal da Divida Total (2)	17.517.464,01	17.939.746,59
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE O LIMITE (3)=(1)-(2)	-4.475.255,16	-4.897.537,74
Margem utilizável (alínea b nº3 do art.52 RFALEI)		979.507,55
Margem Disponível para utilizar		979.507,55
Alínea b)		
Total de Empréstimos (4)	9.526.245,24	9.526.245,24
Divida Total excluindo os empréstimos (5)=(1)-(4)	3.515.963,61	3.515.963,61
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x0,75 - (6)	8.758.732,01	8.969.873,30
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (7)=(5)-(6)	-5.242.768,40	-5.453.909,69
DERROGADA A APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 47º, 63º E 65º DA LOE 2015		

Quadro nº 68

ENQUADRAMENTO NO Nº2 DO ARTIGO 62º DA LOE 2015		
Verificação do cumprimento do disposto no art.62 da LOE 2014		
Redução do nº de trabalhadores em 2014		
	31-12-2013 (1)	31-12-2014 (2)
Número de Trabalhadores do Município de Estarreja	211	202
REDUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES (3)=(2)-(1)		-9
Redução Imposta (4)		-4
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE A REDUÇÃO IMPOSTA (5)=(3)-(4)		-5
DERROGADA A APLICAÇÃO DO Nº2 DO ARTIGO 62º DA LOE 2015		

Quadro nº 69

ENQUADRAMENTO NO Nº4 DO ARTIGO 62º DA LOE 2015	
LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL	
ANO 2015	
Despesas com pessoal * (Ano 2014) (1)	4.382.188,70
Aquisição de serviços com pessoas singulares (Ano 2014) (2)	67.180,94
Despesas com pessoal incluindo aquisição de serviços a pessoas singulares* (Ano 2014) (3)=(1)+(2)	4.449.369,64
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios (4)	11.959.831,06
LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (5)=(4)*35%	4.185.940,87
Margem absoluta (6)=(5)-(3)	-263.428,77
Margem disponível	0,00
Despesas com pessoal * (Ano 2015) (7)	4.208.946,93
Aquisição de serviços com pessoas singulares (Ano 2015) (8)	58.372,57
Despesas com pessoal incluindo aquisição de serviços a pessoas singulares* (Ano 2015) (9)=(7)+(8)	4.267.319,50
EVOLUÇÃO 2014/2015 (10)=(9)-(3)	-182.050,14

Da análise dos resultados obtidos sistematizados nos quadros supra, demonstra-se que no final da gerência de 2014:

- » O Município da Estarreja não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. (vd. Quadro 67)
- » O Município da Estarreja cumpriu a redução do número de trabalhadores legalmente imposta, não se encontrando na situação prevista no n.º 2 do artigo 62.º da LOE de 2015. (vd. Quadro 68)
- » O total das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares do município, foi em montante superior a 35 % da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, ao posicionar-se em 37,20%. (vd. Quadro 69)

Analisados os requisitos anteriormente referidos conclui-se que na gerência de 2015 o município não pode aumentar as despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares o que se verificou, tendo diminuído as referidas despesas em 2015 face a 2014 em (-) 182.050,14€.

► Aquisição de Bens e Serviços Correntes

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Quadro nº70 – Evolução da Despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

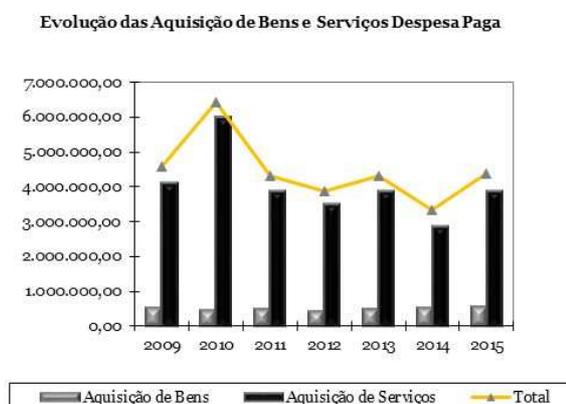
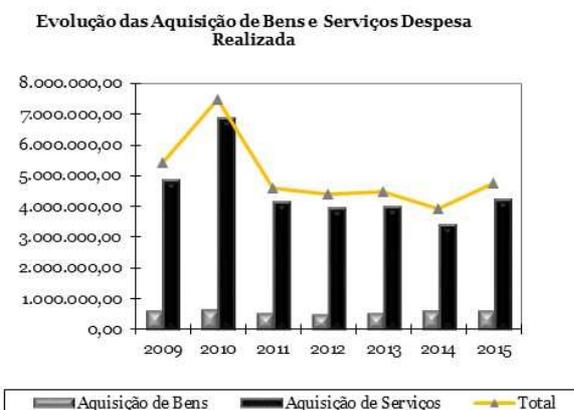
Designação	2012	2013	2014	Valor	2015		
					Desvio /Variação	Tx Cresc. 2015/2014	Peso
Despesa Realizada (Facturada)							
Aquisição de Bens	449.599,71	489.304,74	532.898,31	536.494,38	3.596,07	0,67%	11,25%
Aquisição de Serviços	3.937.491,29	3.983.496,83	3.378.480,17	4.231.844,77	853.364,60	25,26%	88,75%
Total.....	4.387.091,00	4.472.801,57	3.911.378,48	4.768.339,15	856.960,67	21,91%	100,00%
Despesas Paga							
Aquisição de Bens	396.424,52	461.163,11	508.190,53	517.673,04	9.482,51	1,87%	11,85%
Aquisição de Serviços	3.476.343,32	3.866.993,75	2.839.436,47	3.850.680,05	1.011.243,58	35,61%	88,15%
Total.....	3.872.767,84	4.328.156,86	3.347.627,00	4.368.353,09	1.020.726,09	30,49%	100,00%

A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, em termos de despesa total paga representou 45,18% da despesa corrente e 28,12% da despesa total. Os gastos neste âmbito aumentaram cerca 30,49%, em relação a 2014. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total pago (4.368.353,09€) e faturado (4.768.339,15€), cerca de 11% corresponderam a despesa em aquisição de bens (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e 89% corresponderam a despesa para aquisição de serviços (refeições escolares, AEC's, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2009 se tem registado um crescimento anual, no entanto no ano 2011 regista-se uma inversão dessa tendência tanto em termos de despesa paga como realizada (faturada), registando em 2015 um aumento deste tipo de despesa.

Gráficos nº62 e 63



No ano de 2015, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 4.204.587,67€, assumindo um acréscimo de (+) 589.523,29 € em relação ao exercício anterior, (+) 16,3%, e uma taxa de execução da despesa realizada de 85,49% e de pagamentos de 78,32%.

O acréscimo constatado, neste agrupamento de despesa (nova faturação), resulta da variação ocorrida nas suas duas componentes, (+) 10,04% da aquisição de bens e (-) 17,23% da aquisição de serviços, sendo a rubrica dos serviços, com um aumento de (+) 542.815,11 €, que pela sua materialidade mais contribui para o resultado final deste agrupamento.

Quadro nº 71 - Despesas com Aquisição Bens e Serviços (2015) (unid. monetária : Euros)

Capítulos	2014		2015							Desp Fact Nova		
	Despesa Facturada		Despesa Facturada				Despesa Paga		Taxa de Execução		Peso na nova Despesa Faturada	
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Desp Paga	Desp Faturada	% Desp Func	% Desp Corrente - DO ANO		% Desp Total	Tx Variação
(a)	(b)	(c)	(d)	e=(c)+(d)	(f)	(g)=(f)/(b)	h=e/(b)					
Aquisição de Bens	465.078,42	773.721,18	24.707,78	511.786,60	536.494,38	517.673,04	66,91%	69,34%	6,04%	5,39%	3,33%	10,04%
Aquisição de Serviços	3.149.985,96	4.803.803,63	539.043,70	3.692.801,07	4.231.844,77	3.850.680,05	80,16%	88,09%	43,56%	38,87%	24,03%	17,23%
Aquisição de Bens e Serviços	3.615.064,38	5.577.524,81	563.751,48	4.204.587,67	4.768.339,15	4.368.353,09	78,32%	85,49%	49,59%	44,26%	27,36%	16,31%
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	8.115.962,65	10.201.087,55	565.473,02	8.477.948,95	9.043.421,97	8.640.272,81	84,70%	88,65%	100,00%	89,25%	55,16%	4,46%
DESPESAS CORRENTES	9.062.016,52	11.408.134,46	576.067,37	9.499.190,76	10.075.258,13	9.668.389,87	84,75%	88,32%	100,00%	61,80%		4,82%
DESPESAS TOTAIS	13.476.399,62	20.686.768,75	598.540,26	15.369.954,72	15.968.494,98	15.532.333,33	75,08%	77,19%		100,00%		14,05%

Conforme se deprende da informação contida no Quadro 71, a aquisição de bens e serviços representa 49,59% das despesas de funcionamento e 44,26% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior preponderância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 43,56%, contra os 6,04% da rubrica de bens.

Posteriormente apresenta-se uma apreciação individualizada da rubrica dos Bens e dos Serviços, dada a importância destas componentes no cômputo global da despesa faturada nova.

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2015, a despesa faturada de aquisição de bens totalizou 536.494,38€, tendo sido paga 517.673,04€, sendo que transita para o ano 2016 o valor de 18.821,34€ de despesa não paga.

Em termos de faturação total a despesa de 2015 conheceu apenas um acréscimo de 0,67% (+3.596,07€), no entanto importa análise do comportamento das suas componentes, faturação transitada de exercícios anteriores e despesa faturada no próprio ano (faturação nova). Assim, temos que a despesa transitada de anos anteriores conheceu um decréscimo de (-) 63,57% (- 43.112,11€), enquanto que a faturação do próprio ano aumentou cerca de 10,04% (+46.708,18€).

Quadro nº 72 - Aquisição de Bens Correntes

	2014				2015							
	Despesa Faturada			Despesa Paga	Despesa Faturada			Despesa Paga	Variação (fatura nova)	Tx Cresc.	%no Total Aq Bens	Tx de Execução
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total					
	b	c	d=b+c	e	f=c-a	g=[(c-a)/a]	h=c/Total c	i=e/d				
AQUISIÇÃO DE BENS												
Matérias primas e subsidiárias	12.041,26	78.352,13	90.393,39	86.220,56	4.172,83	46.265,51	50.438,34	47.749,10	-32.086,62	-40,95%	9,04%	94,67%
Com bustíveis e Lubrificantes	27.067,83	211.611,75	238.679,58	237.840,93	838,65	178.624,99	179.463,64	178.292,98	-32.986,76	-15,59%	34,90%	99,35%
Gasolina	126,92	9.446,16	9.573,08	9.573,08	0,00	9.910,26	9.910,26	9.910,26	464,10	4,91%	1,94%	100,00%
Gasóleo	2.289,10	90.099,17	92.388,27	92.388,27	0,00	96.192,98	96.192,98	96.192,98	6.093,81	6,76%	18,80%	100,00%
Outros	24.651,81	112.066,42	136.718,23	135.879,58	838,65	72.521,75	73.360,40	72.189,74	-39.544,67	-35,29%	14,17%	98,40%
Limpeza e Higiene	1.193,17	7.899,69	9.092,86	8.648,58	444,28	11.725,35	12.169,63	11.654,65	3.825,66	48,43%	2,29%	95,77%
Vestuário e Artigos Pessoais	232,47	10.698,17	10.930,64	10.930,64	0,00	13.101,24	13.101,24	12.282,55	2.403,07	22,46%	2,56%	93,75%
Material de Escritório	4.993,37	19.384,71	24.378,08	23.354,62	1.023,46	24.071,86	25.095,32	22.775,72	4.687,15	24,18%	4,70%	90,76%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	0,00	12.121,50	12.121,50	11.074,03	1.047,47	11.595,63	12.643,10	12.219,98	-525,87	-4,34%	2,27%	96,65%
Material de Transporte - Peças	1.073,84	13.957,35	15.031,19	14.586,07	445,12	12.915,66	13.360,78	11.777,79	-1.041,69	-7,46%	2,52%	88,15%
Outro material - Peças	487,70	16.751,42	17.239,12	16.940,23	298,89	10.211,40	10.510,29	7.843,86	-6.540,02	-39,04%	2,00%	74,63%
Prémios, Condecorações e Ofertas	10.387,57	36.736,71	47.124,28	37.342,71	9.781,57	119.479,26	129.260,83	126.432,64	82.742,55	225,23%	23,35%	97,81%
Mercadorias para venda	0,00	2.253,58	2.253,58	1.054,33	1.199,25	3.610,46	4.809,71	4.809,71	1.356,88	60,21%	0,71%	100,00%
Ferramentas e Utensílios	0,00	4.504,19	4.504,19	4.504,19	0,00	2.621,68	2.621,68	2.621,68	-1.882,51	-41,79%	0,51%	100,00%
Livros e Documentação Técnica	80,00	184,41	264,41	264,41	0,00	348,54	348,54	326,13	164,13	89,00%	0,07%	93,57%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	35,42	35,42	35,42	0,00	0,00	0,00	0,00	-35,42	-100,00%	0,00%	n.a.
Material de Educação, Cultura e Recreio	1.230,23	12.234,71	13.464,94	9.886,26	3.578,68	10.479,85	14.058,53	12.385,32	-1.754,86	-14,34%	2,05%	88,10%
Outros Bens	9.032,45	38.352,68	47.385,13	45.507,55	1.877,58	66.735,17	68.612,75	66.500,93	28.382,49	74,00%	13,04%	96,92%
Total	67.819,89	465.078,42	532.898,31	508.190,53	24.707,78	511.786,60	536.494,38	517.673,04	46.708,18	10,04%	100,00%	96,49%

Em 2015 a nova despesa faturada com a aquisição de bens ao totalizar 511.786,60 €, não obstante a redução verificada em algumas das suas componentes, apresenta um aumento de (+) 46.70818 € face a 2014, que corresponde a uma variação de (+) 10,04%, sendo este resultado principalmente instigado pelo comportamento da rubrica “Prémios, Condecorações e Ofertas” (+225,23%) reflexo do “Programa de Oferta de Manuais Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Estarreja” no âmbito de uma Ação Social Escolar Ativa, tendo traduzido uma despesa nova acima dos 55.000,00€.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes (*onde se inclui fornecimento de combustíveis a instalações desportivas e escolares*) mantem a liderança na hierarquia das mais representativas dentro desta rubrica económica da despesa, tendo absorvido 34,90% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa Prémios, Condecorações e Ofertas destronando a rubrica “matérias primas e subsidiárias” que absorveu 9,04% do mesmo universo.

De referir que as rubricas de “Combustíveis e Lubrificantes” e de “Matérias Primas e Subsidiárias” conheceram um decréscimo relevante, (-) 40,95% e (-) 15,59% respetivamente.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Quadro nº 73 - Aquisição de Serviços Correntes

	2014			2015			Variação (fatura nova) f=c-a	Tx Cresc. g=[(c-a)/a]	%no Total h=c/Total c	Tx de i=e/d		
	Despesa Faturada		Despesa Paga	Despesa Faturada		Despesa Paga						
	Transitada a	Nova a		Transitada b	Nova c						Total d=b+c	Total e
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS												
Encargos de Instalações	41.868,83	361.373,60	403.242,43	340.023,20	63.219,23	352.493,23	415.712,46	368.044,48	-8.880,37	-2,46%	9,55%	88,53%
Limpeza e Higiene	6.130,27	45.423,82	51.554,09	35.094,14	16.459,95	55.514,79	71.974,74	64.826,57	10.090,97	22,22%	1,50%	90,07%
Conservação de Bens	17.974,21	102.352,25	120.326,46	106.554,54	13.771,92	126.569,92	140.341,84	132.071,06	24.217,67	23,66%	3,43%	94,53%
Locação de Edifícios	0,00	161,75	161,75	161,75	0,00	323,46	323,46	162,06	161,71	99,98%	0,01%	50,10%
Locação de Material de Informática	5.415,25	29.595,23	35.010,48	32.660,31	2.350,17	29.826,35	32.176,52	30.212,48	231,12	0,78%	0,81%	93,90%
Locação de Outros Bens	3.915,59	86.624,64	90.540,23	86.668,35	3.881,88	104.940,78	108.822,66	105.501,66	18.316,14	21,14%	2,84%	96,95%
Comunicações	5.116,17	61.236,57	66.352,74	61.968,04	4.384,70	54.079,69	58.464,39	54.005,13	7.156,88	-11,69%	1,46%	92,37%
Transportes	2.757,65	216.453,23	219.210,88	215.239,63	3.971,25	211.795,79	215.767,04	210.988,79	4.657,44	-2,15%	5,74%	97,79%
Representação dos Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.849,71	3.849,71	3.849,71	3.849,71	n.a.	0,10%	100,00%
Seguros	286,29	47.602,66	47.888,95	45.209,46	2.679,49	54.341,66	57.021,15	56.441,05	6.739,00	14,16%	1,47%	98,98%
Deslocações e Estadas	813,36	26.434,83	27.248,19	25.385,66	1.862,53	43.800,08	45.662,61	35.636,56	17.365,25	65,69%	1,19%	78,04%
Estudos, projetos, pareceres e consultadoria	0,00	125.025,82	125.025,82	76.686,82	48.339,00	141.326,16	189.665,16	184.732,86	16.300,34	13,04%	3,83%	97,40%
Formação	436,70	6.137,70	6.574,40	6.574,40	0,00	12.315,45	12.315,45	6.177,75	6.177,75	100,65%	0,33%	100,00%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%	n.a.
Publicidade	7.446,82	63.703,70	71.150,52	65.426,61	5.723,91	76.163,72	81.887,63	79.485,94	12.466,02	19,56%	2,06%	97,07%
Vigilância e Segurança	1.500,00	21.719,46	23.219,46	21.719,46	1.500,00	27.072,84	28.572,84	26.809,50	5.353,38	24,65%	0,73%	93,83%
Assistência Técnica	6.555,97	85.496,61	92.052,58	77.752,51	14.300,07	96.590,05	110.890,12	97.546,17	11.093,44	12,98%	2,62%	87,97%
Outros Trabalhos Especializados	127.631,58	1.112.077,63	1.239.709,21	1.059.646,55	180.062,66	1.487.282,94	1.667.345,60	1.570.366,01	375.205,31	33,74%	40,28%	94,18%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	54.546,23	431.521,86	486.068,09	396.104,85	89.963,24	583.942,66	673.905,90	633.286,47	152.420,80	35,32%	15,81%	93,97%
Serviços de Alimentação	24.312,47	208.917,42	233.229,89	159.959,63	73.260,26	178.606,49	251.866,75	212.927,32	-30.310,93	-14,51%	4,84%	84,54%
Serviços de Limpeza Urbana	3.303,44	5.877,65	9.181,09	9.181,09	0,00	22.430,93	22.430,93	14.784,18	16.553,28	281,63%	0,61%	65,91%
Serviços de Tratamento de Saneamento	0,00	89.595,94	89.595,94	89.595,94	0,00	89.595,95	89.595,95	89.595,95	0,01	0,00%	2,43%	100,00%
Diversos	45.469,44	376.164,76	421.634,20	404.795,04	16.839,16	612.706,91	629.546,07	619.772,09	236.542,15	62,88%	16,59%	98,45%
Encargos de Cobrança de Receitas	0,00	96.549,80	96.549,80	96.549,80	0,00	87.907,54	87.907,54	87.907,54	-8.642,26	-8,95%	2,38%	100,00%
Outros Serviços	645,52	662.016,66	662.662,18	486.125,24	176.536,94	726.606,91	903.143,85	729.177,03	64.590,25	9,76%	19,68%	80,74%
Emolumentos	0,00	23.790,37	23.790,37	23.615,37	175,00	30.376,01	30.551,01	30.551,01	6.885,64	27,68%	0,82%	100,00%
Publicações	0,00	5.742,74	5.742,74	5.742,74	0,00	6.675,24	6.675,24	6.675,24	932,50	16,24%	0,80%	100,00%
Electricidade - Iluminação Pública	0,00	612.705,32	612.705,32	440.637,88	172.067,44	657.244,94	829.312,38	655.413,21	44.539,62	7,27%	17,80%	79,03%
Diversos Serviços	645,52	19.778,23	20.423,75	16.129,25	4.294,50	32.310,72	36.605,22	36.537,57	12.532,49	63,37%	0,87%	99,82%
Total	228.494,21	3.149.985,96	3.378.480,17	2.839.436,47	539.043,70	3.692.801,07	4.231.844,77	3.850.680,05	542.815,11	17,23%	100,00%	90,99%

No ano 2015, a despesa faturada de aquisição de serviços correntes totalizou 4.231.844,77€, tendo sido paga 3.850.680,05€, sendo que transita para o ano 2016 o valor de 381.164,72€ de despesa não paga.

Também a nova despesa faturada com aquisição de serviços, ao completar o valor de 3.692.801,07€, apesar da diminuição evidenciada por algumas componentes, apresenta no período em análise um acréscimo de (+) 17,23%, (+) 542.815,11€, influenciado sobremaneira pelas variações ocorridas nas rubricas de “Outros Trabalhos Especializados”, com um aumento de (+) 375.205,31€, seguida da “Iluminação Pública” com uma variação de (+) 44.539,62€ e da “Limpeza e Higiene” com (+) 24.217,67€.

O incremento assinalado na faturação da “Iluminação Pública”, decorre do aumento do custo da própria tarifa, apesar do esforço que já tem vindo a ser desenvolvido pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza.

A aquisição de serviços subjacentes á contratação externa de prestação de serviços técnicos no âmbito da docência na área de desporto para a dinamização de atividades desportivas no Município de Estarreja, a contratação externa para o Desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família nas Escolas Básicas do 1º ciclo da Rede Pública do Concelho de Estarreja, bem como os Serviços Recolha / Tratamento de RSU (+152.420,80€) que estiveram na base do aumento registado na rubrica de “Outros Trabalhos Especializados”.

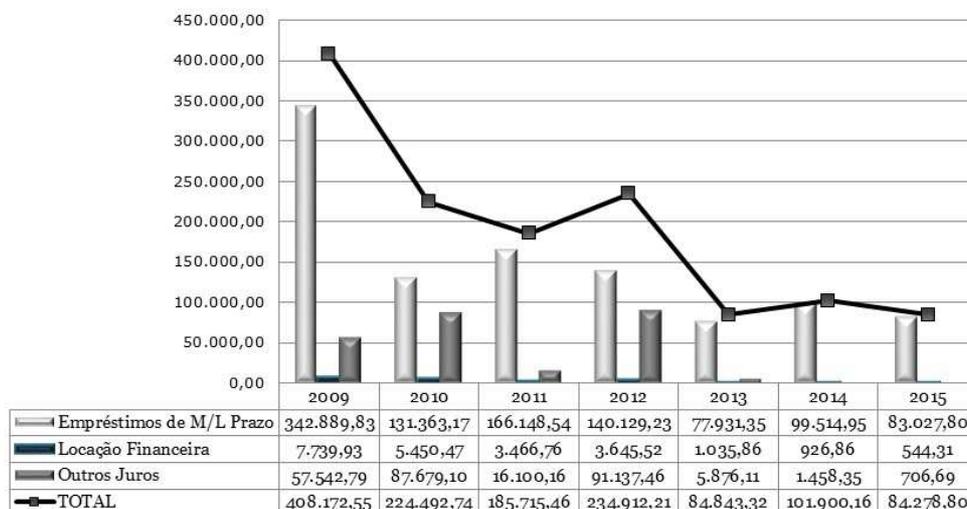
Na linha de tendência de anos anteriores, as rubricas que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços são, designadamente:

- ❖ os “Outros Trabalhos Especializados”, com um peso de 40,28%, assumindo o valor de 1.487.282,94€, estando aqui interpostas atividades que se destacam como, o tratamento de resíduos sólidos urbanos, a aquisição de serviços de organização e produção de eventos culturais, desportivos e educativos (AEC’s e CAF’s);
- ❖ a “Iluminação Pública”, que em termos absolutos atingiu a quantia de 657.244,94 €, revelando um peso de cerca de 17,80%;
- ❖ os “Encargos de Instalações”, com o valor de 352.493,23 € e um peso de 9,55%.

► Encargos Correntes da Dívida

Os juros suportados correspondem 0,84% das Despesas Correntes e 0,53% das Despesas Totais.

Gráfico nº 64 – Juros e Outros Encargos



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

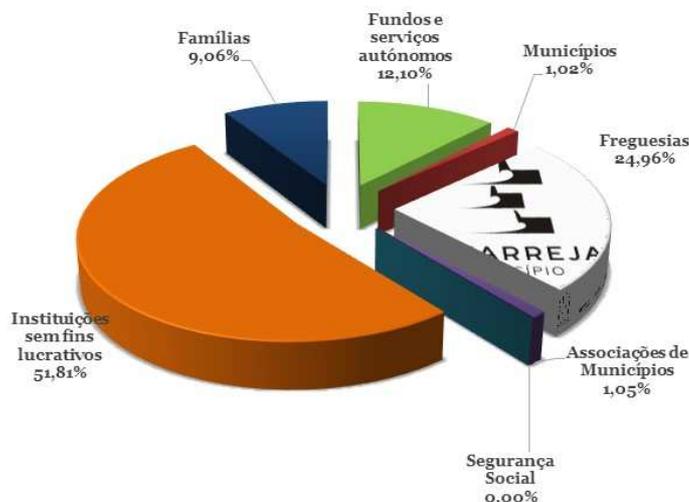
► Transferências Correntes

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município atribui ao longo do ano de 2015, determinados subsídios a organismos e entidades com vista ao financiamento das suas despesas correntes. Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2015 por 6% (947.557,36€) do total da nova despesa realizada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

No agrupamento das **Transferências Correntes** são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica são registadas os fluxos que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total pago a este título ascendeu a 943.838,26€ (+11,65% do que em 2014.).

Quadro nº 74 – Transferências Correntes (Despesa)

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Administração Central	86.980,50	80.126,22	110.698,76	75.660,20	114.181,73
Administração Local	269.944,75	265.056,27	281.267,68	268.906,42	255.083,59
<i>Municípios</i>					9.581,91
<i>Freguesias</i>	236.036,75	226.613,39	216.079,61	231.311,54	235.591,35
<i>Associações de Municípios</i>	33.908,00	38.442,88	65.188,07	37.594,88	9.910,33
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	427.011,18	338.815,01	489.027,63	429.969,88	489.035,78
Famílias	85.656,45	71.541,85	65.393,41	70.818,82	85.537,16
TOTAL	869.592,88	755.539,35	946.387,48	845.355,32	943.838,26
Varição - valor	-138.718,43	-114.053,53	190.848,13	-101.032,16	98.482,94
Varição - %	-13,76%	-13,12%	25,26%	-10,68%	11,65%

Gráfico nº 65 – Desagregação Transferências Correntes


As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

► Outras Despesas Correntes

Quadro nº 75 – Outras Despesas Correntes

Designação	2013		2014		2015		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Diversas	63.422,38	27,46%	40.359,30	32,18%	11.506,26	18,27%	-71,49%
Impostos e Taxas	63.422,38	27,46%	40.359,30	32,18%	11.506,26	18,27%	-71,49%
Outras	167.550,50	72,54%	103.269,45	67,82%	51.466,53	81,73%	-50,16%
Restituições	151.380,87	65,54%	98.316,22	44,29%	16.383,85	26,02%	-83,34%
IVA Pago	0,00	0,00%	0,00	19,56%	0,00	0,00%	n.a.
Serviços Bancários	11.881,12	5,14%	2.491,92	1,69%	2.106,63	3,35%	-15,46%
Quotizações					29.548,00	46,92%	n.a.
Diversas	4.288,51	1,86%	2.461,31	2,28%	3.428,05	5,44%	39,28%
TOTAL.....	230.972,88	100,00%	143.628,75	100,00%	62.972,79	100,00%	-56,16%

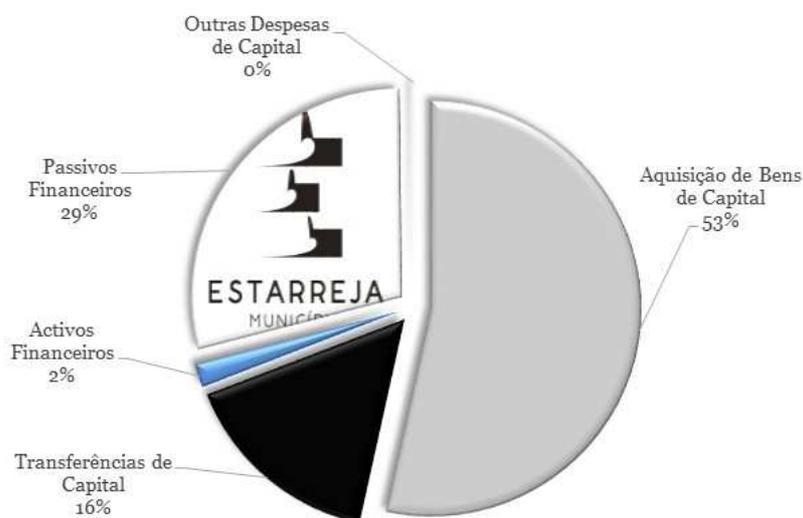
O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2015 aos 62.972,79€. No ano económico de 2015, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 56,16%, correspondendo a uma diminuição de 80.655,96€.

5.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 5.863.943,46€, registando-se um desvio positivo relevante, em termos absolutos, de 1.308.293,24€ em relação ao ano anterior, traduzindo um acréscimo de 28,72%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2015, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº 66 – Desagregação das Despesas de Capital (2015)



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 76 – Evolução das Despesas de Capital

Descrição	2012	2013	2014	2015					Tx Exec	Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução		Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	6.713.812,04	4.194.287,65	2.744.606,41	6.146.775,33	4.014.535,73	3.961.784,53	3.161.724,23	3.132.430,84	50,96%	387.824,43	14,13%
Transferências de Capital	418.409,91	457.536,15	627.206,85	1.132.552,89	926.888,92	924.239,96	920.757,23	920.757,23	81,30%	293.550,38	46,80%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	286.208,00	236.208,00	236.208,00	107.583,00	107.583,00	37,59%	107.583,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.236.144,81	1.184.604,86	1.183.836,96	1.700.598,07	1.692.049,23	1.692.049,23	1.692.049,23	1.692.049,23	99,50%	508.212,27	42,93%
Outras Despesas de Capital	0,00	100.450,39	0,00	12.500,00	11.123,16	11.123,16	11.123,16	11.123,16	88,99%	11.123,16	n.a.
TOTAL	8.368.366,76	5.936.879,05	4.555.650,22	9.278.634,29	6.880.805,04	6.825.404,88	5.893.236,85	5.863.943,46	63,20%	1.308.293,24	28,72%

► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 5 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 77 - Evolução Investimento Global- Pago

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2012	2013	2014	2015	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	6.713.812,04	4.194.287,65	2.744.606,41	3.132.430,84	75,28%	14,13%
Transferências de Capital	418.409,91	457.536,15	627.206,85	920.757,23	22,13%	46,80%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	107.583,00	2,59%	n.a.
TOTAL	7.132.221,95	4.651.823,80	3.371.813,26	4.160.771,07	100,00%	23,40%

Quadro nº 78 - Evolução Investimento Global- Faturado

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2012	2013	2014	2015	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	7.015.921,03	4.358.027,66	2.767.079,30	3.161.724,23	75,46%	14,26%
Transferências de Capital	438.755,44	457.536,15	627.206,85	920.757,23	21,97%	46,80%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	107.583,00	2,57%	n.a.
TOTAL	7.454.676,47	4.815.563,81	3.394.286,15	4.190.064,46	100,00%	23,44%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2015, um valor de 4.160.771,07€, apresentando uma variação de +23,40% (788.957,81€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 20,52%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2015, 4.190.064,46€, transitando para o ano 2016, faturas no valor de apenas 29.293,39€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se um aumento de 23,44% nas despesas de investimento faturadas.

Quadro nº 79 – Investimento Global

(unidade monetária : Euros)

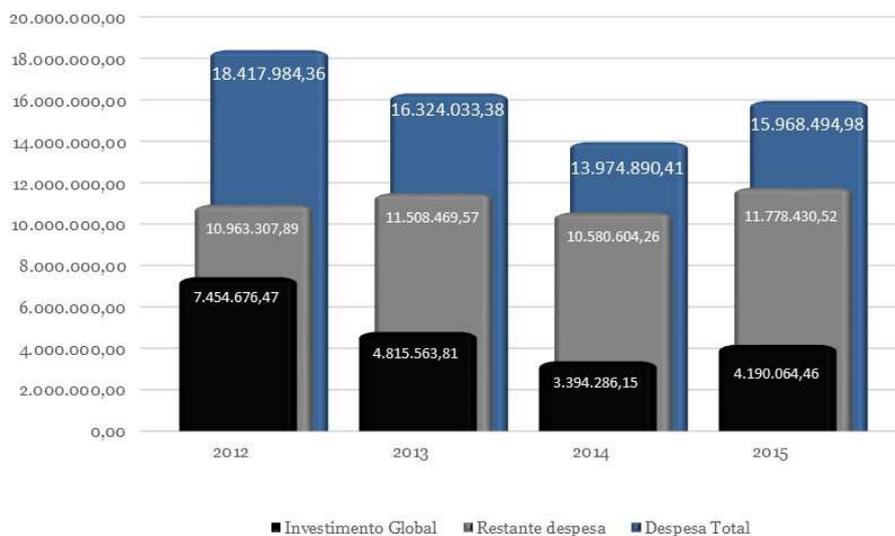
Capítulos	2014						2015					
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	% Invest Global	% Desp Corrente - DO ANO	% Desp Total	Transitada (d)	Nova e	Total (d)+e	% Invest Global	% Desp Corrente - DO ANO	% Desp Total
Aquisição de Bens de Capital	163.740,01	2.603.339,19	2.767.079,20	80,59%	58,97%	19,32%	22.472,89	3.139.251,34	3.161.724,23	77,11%	75,33%	20,42%
Transferências de Capital	0,00	627.206,85	627.206,85	19,41%	14,21%	4,65%	0,00	920.757,23	920.757,23	22,62%	22,09%	5,99%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00	107.583,00	107.583,00	2,64%	2,58%	0,70%
Investimento Global	163.740,01	3.230.546,04	3.394.286,05	100,00%	73,18%	23,97%	22.472,89	4.071.131,73	4.093.604,62	100,00%	97,69%	26,49%
Despesas de Capital	163.740,01	4.414.383,00	4.578.123,01	100,00%	32,76%		22.472,89	4.167.591,57	4.190.064,46	100,00%		27,12%
Despesas Totais	498.490,79	13.476.399,62	13.974.890,41				598.540,26	15.369.954,72	15.968.494,98			100,00%

O Investimento Global que em 2015 comportou 26,49% do total da despesa nova faturada atingiu um valor de 4.071.131,73 €, refletindo um aumento de (+) 26,02%, essencialmente influenciado pela variação registada na aquisição de bens de capital (+) 20,58%. No que toca a rubrica transferências de capital, segunda maior componente do investimento global, observa-se um aumento de 46,8% (+293.550,38€).

O investimento em Ativos Financeiros, com uma variação de (+) 107.583,00 €, explicada na íntegra pela faturação e respetivo pagamento decorrente da realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Os gráficos seguintes apresentam a evolução destas componentes nos últimos 4 exercícios:

Gráfico nº 67 – Investimento Global

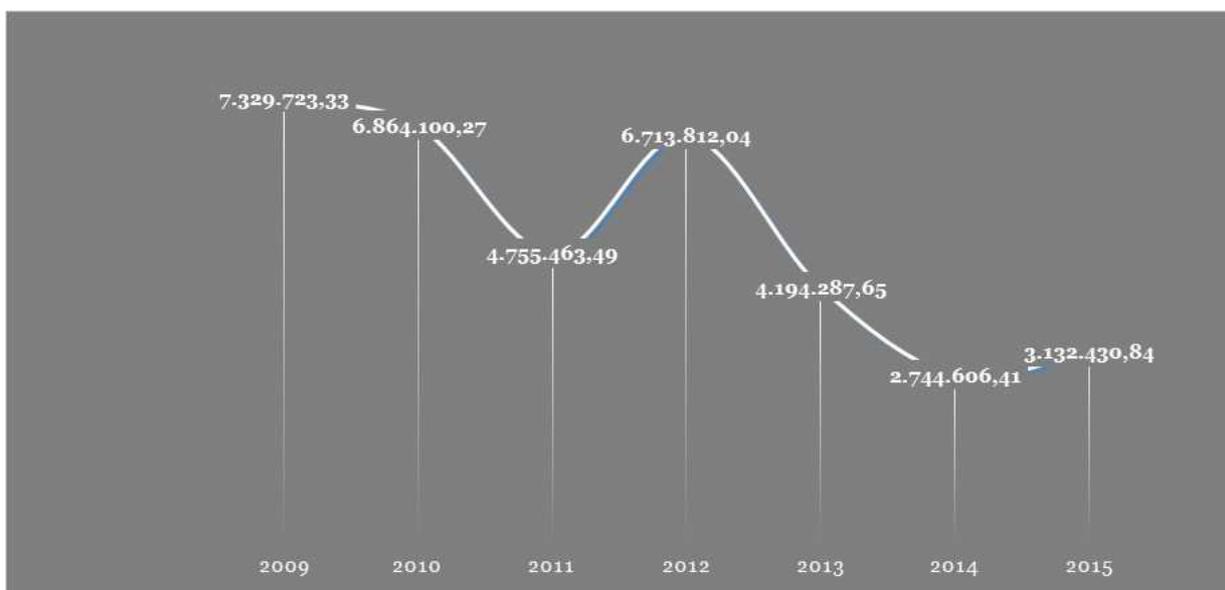


INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento totalizou, em 2015, valores em termos de pagamento de 3.132.430,84€, traduzindo-se num acréscimo de 14,13% e apresentando uma taxa de execução de 41,87%.

Gráfico nº 68 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 53,42% das Despesas de Capital e 20,17% das Despesas Totais.

Quadro nº 80 – Estrutura do Investimento

Designação	2014		Dotações Finais (c)	Fact transitada (d)	2015			Taxa de Execução			Taxa de Variação Pago	Taxa de Variação Facturado
	Despesa Realizada (a)	Pago (b)			Facturação Nova (e)	Faturada Total	Pago (f)	Faturada [(d)+(e)]/(c)	(f)/[(d)+(e)] (g)	Pago (f)/(c)		
TERRENOS	431.541,87	431.541,87	946.350,00	0,00	550.536,90	550.536,90	550.536,90	58,17%	100,00%	58,17%	27,57%	27,57%
HABITAÇÕES	45.500,00	45.500,00	61.179,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	-100,00%	-100,00%
EDIFÍCIOS	394.108,94	394.108,94	1.290.777,74	1.873,50	799.790,61	801.664,11	801.664,11	62,11%	100,00%	62,11%	103,41%	103,41%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	97.436,71	97.436,71	342.087,00	0,00	95.568,21	95.568,21	95.568,21	27,94%	100,00%	27,94%	-1,92%	-1,92%
MATERIAL DE TRANSPORTE	57.374,63	57.374,63	268.000,00	0,00	22.584,26	22.584,26	22.584,26	8,43%	100,00%	8,43%	-60,64%	-60,64%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	16.796,10	15.755,30	87.687,62	2.250,50	50.266,40	52.516,90	52.212,47	59,89%	99,42%	59,54%	231,40%	212,67%
SOFTWARE INFORMÁTICO	20.701,82	20.701,82	37.500,00	0,00	25.198,16	25.198,16	25.198,16	67,20%	100,00%	67,20%	21,72%	21,72%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	48.662,67	48.138,09	100.950,00	2.253,90	42.329,32	44.583,22	24.988,11	44,16%	56,05%	24,75%	-48,09%	-8,38%
EQUIPAMENTO BÁSICO	260.802,01	260.802,01	374.200,00	10.810,98	236.954,25	247.765,23	243.593,71	66,21%	98,32%	65,10%	-6,60%	-5,00%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.515,43	1.515,43	4.500,00	0,00	140,00	140,00	140,00	3,11%	100,00%	3,11%	-90,76%	-90,76%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	448,93	448,93	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	-100,00%	-100,00%
OUTROS INVESTIMENTOS	12.217,64	12.217,64	71.700,00	0,00	13.390,13	13.390,13	12.694,20	18,68%	94,80%	17,70%	3,90%	9,60%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	50.367,59	46.559,58	19.750,93	3.808,01	15.442,92	19.250,93	19.250,93	97,47%	100,00%	97,47%	-58,65%	-61,78%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.312.505,46	1.312.505,46	2.526.092,84	1.476,00	1.287.050,18	1.288.526,18	1.283.999,78	51,01%	99,65%	50,83%	-2,17%	-1,83%
TOTAL.....	2.749.979,80	2.744.606,41	6.146.775,33	22.472,89	3.139.251,34	3.161.724,23	3.132.430,84	51,44%	99,07%	50,96%	14,13%	14,97%

► Transferências de Capital

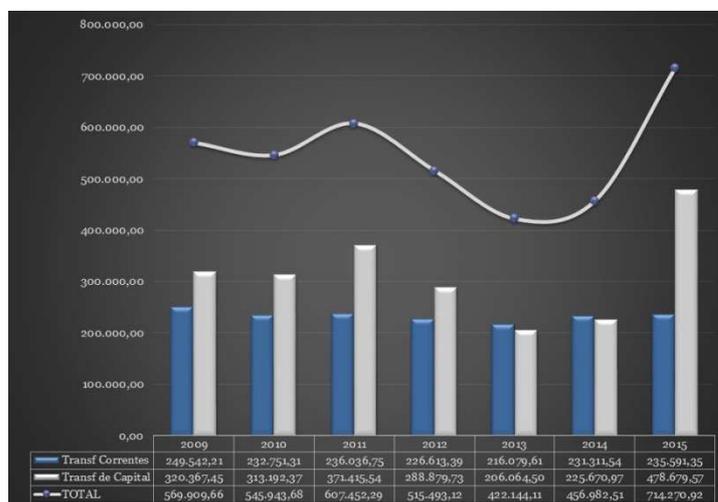
A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 920.757,23€, traduzindo um aumento de 46,80% (293.550,38€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 81 – Transferências de Capital (Despesa)

Designação	2011	2012	2013	2014	2015 valor	%	Variação valor	%
Administrações públicas	687.439,54	288.879,73	209.168,91	253.533,93	483.679,57	52,53%	230.145,64	90,78%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,54%	5.000,00	n.a.
Administração autárquica	687.439,54	288.879,73	209.168,91	253.533,93	478.679,57	51,99%	225.145,64	88,80%
Administrações privadas	178.267,23	129.530,18	248.367,24	373.672,92	437.077,66	47,47%	63.404,74	16,97%
Instituições particulares	140.689,26	101.630,18	219.907,24	335.672,92	412.129,39	44,76%	76.456,47	22,78%
Famílias	37.577,97	27.900,00	28.460,00	38.000,00	24.948,27	2,71%	-13.051,73	-34,35%
TOTAL.....	865.906,77	418.409,91	457.536,15	627.206,85	920.757,23	100,00%	293.550,38	46,80%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 478.679,57€.

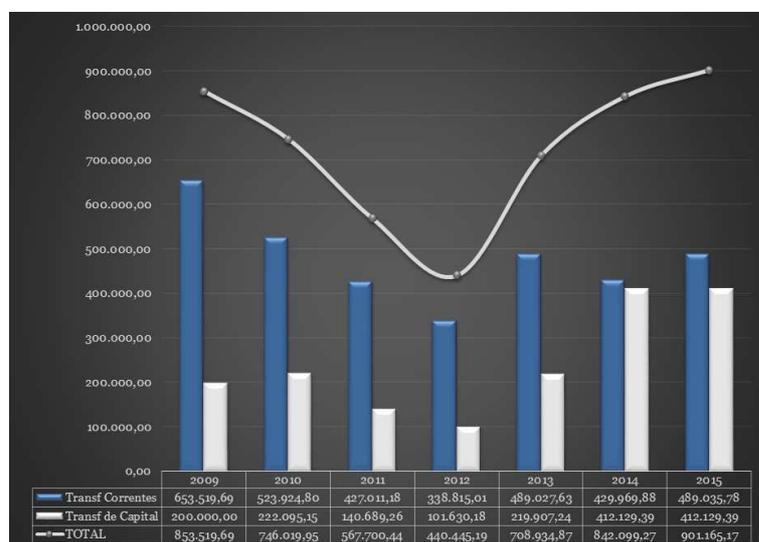
Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as participações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/FREGUESIAS
Gráfico nº 69 – Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)


Do montante total das transferências (correntes e capital – 1.864.595,49€), cerca de 38,30% (714.270,92€) destinaram-se a transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Gráfico nº 70 – Evolução das Transferências para ISFins Lucrativos (Correntes e Capital)

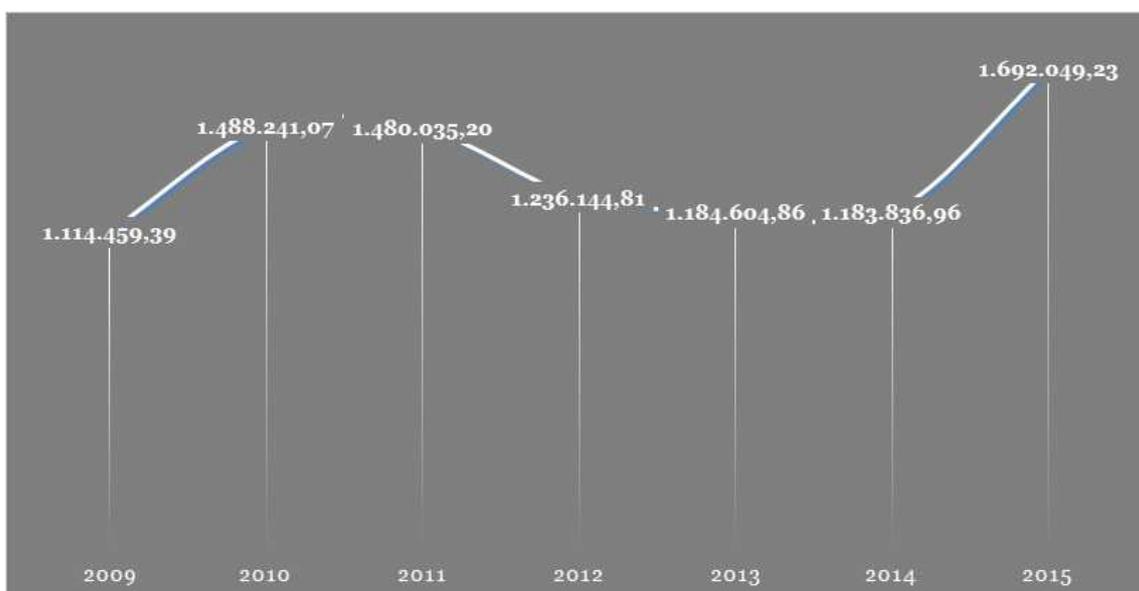


Do montante total das transferências (correntes e capital – 1.864.595,49€), cerca de 48,33% (901.165,17€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

► **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2015, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 1.692.049,23€.

Gráfico nº 71 – Evolução dos Passivos financeiros



5.3.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2015, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2015, é de 63,16%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2014 uma execução de 79,78%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2014, em termos da classificação funcional, é apresentada nos quadros seguintes.

Quadro nº 82 – Execução das GOP's 2015

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	2.665.923,27	5.823.414,01	8.489.337,28	1.228.715,12	1.694.432,68	2.923.147,80	63,56%	30,08%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	2.564.351,23	5.582.964,01	8.147.315,24	1.178.655,99	1.625.422,19	2.804.078,18	63,39%	30,07%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.564.351,23	5.582.964,01	8.147.315,24	1.178.655,99	1.625.422,19	2.804.078,18	63,39%	30,07%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	101.572,04	240.450,00	342.022,04	50.059,13	69.010,49	119.069,62	67,94%	34,81%
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	101.572,04	240.450,00	342.022,04	50.059,13	69.010,49	119.069,62	67,94%	34,81%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.741.392,44	16.904.407,00	23.645.799,44	2.531.547,56	4.824.173,42	7.355.720,98	71,56%	28,10%
2.1.0	Educação	1.023.243,59	4.790.900,00	5.814.143,59	500.650,14	776.540,11	1.277.190,25	75,89%	20,23%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	355.110,00	3.111.400,00	3.466.510,00	85.180,40	194.490,03	279.670,43	54,77%	7,87%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	668.133,59	1.679.500,00	2.347.633,59	415.469,74	582.050,08	997.519,82	87,12%	36,10%
2.2.0	Saúde	100.000,00	100.000,00	200.000,00	50.000,00	100.000,00	150.000,00	100,00%	60,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	100.000,00	100.000,00	200.000,00	50.000,00	100.000,00	150.000,00	100,00%	60,00%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	216.591,85	874.607,00	1.091.198,85	164.960,46	161.152,54	326.113,00	74,40%	25,96%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	216.591,85	874.607,00	1.091.198,85	164.960,46	161.152,54	326.113,00	74,40%	25,96%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	2.576.680,13	6.799.150,00	9.375.830,13	1.099.694,85	1.580.697,40	2.680.392,25	61,35%	25,59%
2.4.1.	HABITAÇÃO	146.179,20	460.000,00	606.179,20	47.843,02	49.105,54	96.948,56	33,59%	14,82%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	431.070,93	2.171.000,00	2.602.070,93	294.119,06	230.295,40	524.414,46	53,42%	18,11%
2.4.3.	SANEAMENTO	243.000,00	99.000,00	342.000,00	139.935,51	125.218,01	265.153,52	51,53%	55,02%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	703.670,00	2.773.050,00	3.476.720,00	422.083,90	642.887,00	1.064.970,90	91,36%	27,32%
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUR	924.135,00	1.296.100,00	2.220.235,00	195.713,36	533.191,45	728.904,81	57,70%	30,17%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.824.876,87	4.339.750,00	7.164.626,87	716.242,11	2.205.783,37	2.922.025,48	78,08%	37,08%
2.5.1.	CULTURA	1.203.401,87	1.616.350,00	2.819.751,87	307.834,93	980.694,23	1.288.529,16	81,49%	41,20%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.621.475,00	2.723.400,00	4.344.875,00	408.407,18	1.225.089,14	1.633.496,32	75,55%	34,37%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.632.274,23	23.752.650,00	28.404.924,23	2.138.749,82	2.764.535,45	4.903.285,27	59,42%	16,05%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2.500,00	7.500,00	10.000,00	607,60	0,00	607,60	0,00%	5,73%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	2.500,00	7.500,00	10.000,00	607,60	0,00	607,60	0,00%	5,73%
3.2.0	Indústria e Energia	2.205.101,92	11.837.250,00	14.042.351,92	1.482.150,71	1.532.723,40	3.014.874,11	69,51%	19,42%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.318.601,92	10.146.250,00	11.464.851,92	1.033.408,71	869.786,82	1.903.195,53	65,96%	15,23%
3.2.2.	ENERGIA	886.500,00	1.691.000,00	2.577.500,00	448.742,00	662.936,58	1.111.678,58	74,78%	36,73%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.351.097,31	10.872.500,00	13.223.597,31	654.787,06	1.186.812,05	1.841.599,11	50,48%	13,27%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.351.097,31	10.872.500,00	13.223.597,31	654.787,06	1.186.812,05	1.841.599,11	50,48%	13,27%
3.4.0	Comércio e Turismo	93.575,00	1.035.400,00	1.128.975,00	1.204,45	45.000,00	46.204,45	48,09%	4,09%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	92.075,00	1.035.400,00	1.127.475,00	1.204,45	45.000,00	46.204,45	48,87%	4,09%
3.4.2.	TURISMO	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.113.016,07	4.639.848,00	6.752.864,07	0,00	2.079.373,36	2.079.373,36	98,41%	30,79%
4.1.0	Operações de Dívida Autárquica	1.917.516,07	4.054.848,00	5.972.364,07	0,00	1.883.999,03	1.883.999,03	98,25%	31,55%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.809.933,07	3.409.350,00	5.219.283,07	0,00	1.776.416,03	1.776.416,03	98,15%	34,04%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	645.498,00	753.081,00	0,00	107.583,00	107.583,00	100,00%	14,29%
4.2.0	Transferências entre Administrações	195.500,00	585.000,00	780.500,00	0,00	195.374,33	195.374,33	99,94%	25,03%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195.500,00	585.000,00	780.500,00	0,00	195.374,33	195.374,33	99,94%	25,03%
TOTAL		16.172.606,01	51.120.319,01	67.292.925,02	5.899.012,50	11.362.514,91	17.261.527,41	70,26%	23,58%

Quadro nº 83 – Execução do PPI 2015

(unidade monetária : Euros)

PPI 2015									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira a Anual (%)	Exec. Financeira a Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	657.877,05	735.924,01	1.393.801,06	343.415,94	170.425,86	513.841,80	25,91%	29,58%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	652.377,05	735.924,01	1.388.301,06	343.415,94	170.425,86	513.841,80	26,12%	29,67%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	652.377,05	735.924,01	1.388.301,06	343.415,94	170.425,86	513.841,80	26,12%	29,67%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.081.328,85	9.081.557,00	12.162.885,85	1.188.054,78	1.835.953,60	3.024.008,38	59,58%	22,65%
2.1.	Educação	81.610,00	2.202.000,00	2.283.610,00	44.905,04	26.093,39	70.998,43	31,97%	3,05%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	81.610,00	2.202.000,00	2.283.610,00	44.905,04	26.093,39	70.998,43	0,32%	3,05%
2.2.	Saúde	100.000,00	100.000,00	200.000,00	50.000,00	100.000,00	150.000,00	100,00%	60,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	100.000,00	100.000,00	200.000,00	50.000,00	100.000,00	150.000,00	100,00%	60,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	81.466,85	137.057,00	218.523,85	75.709,00	76.466,85	152.175,85	93,86%	51,72%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	81.466,85	137.057,00	218.523,85	75.709,00	76.466,85	152.175,85	93,86%	51,72%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.577.425,13	4.253.000,00	5.830.425,13	518.096,39	705.615,43	1.223.711,82	44,73%	19,28%
2.4.1.	HABITUAÇÃO	146.179,20	460.000,00	606.179,20	47.843,02	49.105,54	96.948,56	33,59%	14,82%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	420.070,93	2.160.500,00	2.580.570,93	286.959,31	226.677,53	513.636,84	53,96%	17,91%
2.4.3.	SANEAMENTO	153.400,00	99.000,00	252.400,00	50.339,57	35.622,06	85.961,63	23,22%	28,39%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	26.100,00	870.000,00	896.100,00	14.483,25	0,00	14.483,25	0,00%	1,59%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	703.050,00	663.500,00	1.366.550,00	118.471,24	394.210,30	512.681,54	56,07%	34,52%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.240.826,87	2.380.500,00	3.620.326,87	499.344,35	927.777,93	1.427.122,28	74,77%	34,52%
2.5.1.	CULTURA	431.926,87	1.287.500,00	1.719.426,87	286.080,39	325.556,73	611.637,12	75,37%	30,50%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	808.900,00	1.102.000,00	1.910.900,00	213.263,96	602.221,20	815.485,16	74,45%	38,39%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.718.747,32	21.353.900,00	25.071.647,32	1.663.090,76	2.046.808,61	3.709.899,37	55,04%	13,88%
3.2.	Indústria e Energia	1.282.575,01	9.490.000,00	10.772.575,01	1.007.099,25	814.996,56	1.822.095,81	63,54%	15,47%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.227.575,01	9.450.000,00	10.677.575,01	998.995,13	808.457,29	1.807.452,42	65,86%	15,48%
3.2.2.	ENERGIA	55.000,00	40.000,00	95.000,00	8.104,12	6.539,27	14.643,39	11,89%	14,20%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.344.097,31	10.827.500,00	13.171.597,31	654.787,06	1.186.812,05	1.841.599,11	50,63%	13,32%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.344.097,31	10.827.500,00	13.171.597,31	654.787,06	1.186.812,05	1.841.599,11	50,63%	13,32%
3.4.	Comércio e Turismo	92.075,00	1.035.400,00	1.127.475,00	1.204,45	45.000,00	46.204,45	48,87%	4,09%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	92.075,00	1.035.400,00	1.127.475,00	1.204,45	45.000,00	46.204,45	48,87%	4,09%
3.4.2.	TURISMO	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.808.181,07	3.795.498,00	5.603.679,07	0,00	1.799.632,23	1.799.632,23	99,53%	32,12%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1.808.181,07	3.795.498,00	5.603.679,07	0,00	1.799.632,23	1.799.632,23	99,53%	32,12%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.700.598,07	3.150.000,00	4.850.598,07	0,00	1.692.049,23	1.692.049,23	0,99%	34,88%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	645.498,00	753.081,00	0,00	107.583,00	107.583,00	1,00%	14,29%
TOTAL		9.266.134,29	34.965.879,01	44.232.013,30	3.194.561,48	5.852.820,30	9.047.381,78	63,16%	19,08%

Quadro nº 84 – Execução do PAM 2015

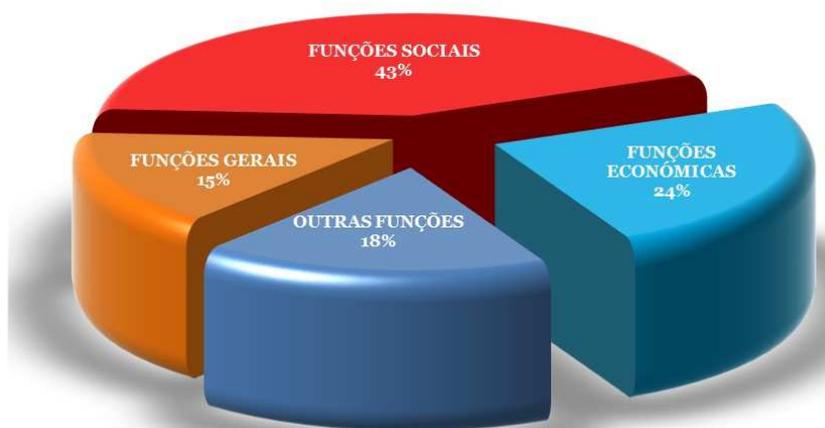
(unidade monetária : Euros)

PAM 2015									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira a Anual (%)	Exec. Financeira a Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	2.008.046,22	5.087.490,00	7.095.536,22	885.299,18	1.524.006,82	2.409.306,00	75,90%	30,19%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1.911.974,18	4.847.040,00	6.759.014,18	835.240,05	1.454.996,33	2.290.236,38	76,10%	30,16%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.911.974,18	4.847.040,00	6.759.014,18	835.240,05	1.454.996,33	2.290.236,38	76,10%	30,16%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	96.072,04	240.450,00	336.522,04	50.059,13	69.010,49	119.069,62	71,83%	30,80%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS	96.072,04	240.450,00	336.522,04	50.059,13	69.010,49	119.069,62	71,83%	30,80%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.660.063,59	7.822.850,00	11.482.913,59	1.343.492,78	2.988.219,82	4.331.712,60	81,64%	33,77%
2.1.	Educação	941.633,59	2.588.000,00	3.529.633,59	455.745,10	750.446,72	1.206.191,82	79,70%	30,26%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	273.500,00	909.400,00	1.182.900,00	40.275,36	168.396,64	208.672,00	61,57%	17,06%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	668.133,59	1.678.600,00	2.346.733,59	415.469,74	582.050,08	997.519,82	87,12%	36,10%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	135.125,00	737.550,00	872.675,00	89.251,46	84.685,69	173.937,15	62,67%	18,08%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	135.125,00	737.550,00	872.675,00	89.251,46	84.685,69	173.937,15	62,67%	18,08%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	999.255,00	2.546.150,00	3.545.405,00	581.598,46	875.081,97	1.456.680,43	87,57%	35,30%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	11.000,00	10.500,00	21.500,00	7.159,75	3.617,87	10.777,62	32,89%	37,61%
2.4.3.	SANEAMENTO	89.600,00	0,00	89.600,00	89.595,94	89.595,95	179.191,89	100,00%	100,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	677.570,00	1.903.050,00	2.580.620,00	407.600,65	642.887,00	1.050.487,65	94,88%	35,15%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	221.085,00	632.600,00	853.685,00	77.242,12	138.981,15	216.223,27	62,86%	23,23%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.584.050,00	1.950.250,00	3.534.300,00	216.897,76	1.278.005,44	1.494.903,20	80,68%	39,85%
2.5.1.	CULTURA	771.475,00	328.850,00	1.100.325,00	21.754,54	655.137,50	676.892,04	84,92%	60,32%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	812.575,00	1.621.400,00	2.433.975,00	195.143,22	622.867,94	818.011,16	76,65%	31,11%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	933.526,91	2.399.750,00	3.333.276,91	475.659,06	717.726,84	1.193.385,90	76,88%	31,33%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2.500,00	7.500,00	10.000,00	607,60	0,00	607,60	0,00%	5,73%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	2.500,00	7.500,00	10.000,00	607,60	0,00	607,60	0,00%	5,73%
3.2.	Indústria e Energia	922.526,91	2.347.250,00	3.269.776,91	475.051,46	717.726,84	1.192.778,30	77,80%	31,85%
3.2.1.	INDÚSTRIA	91.026,91	696.250,00	787.276,91	34.413,58	61.329,53	95.743,11	67,38%	11,65%
3.2.2.	ENERGIA	831.500,00	1.651.000,00	2.482.500,00	440.637,88	656.397,31	1.097.035,19	78,94%	37,53%
3.3.	Transportes e Comunicações	7.000,00	45.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	7.000,00	45.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.	Comércio e Turismo	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2.	TURISMO	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	304.835,00	844.350,00	1.149.185,00	0,00	279.741,13	279.741,13	91,77%	24,34%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	109.335,00	259.350,00	368.685,00	0,00	84.366,80	84.366,80	77,16%	22,88%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	109.335,00	259.350,00	368.685,00	0,00	84.366,80	84.366,80	77,16%	22,88%
4.2.	Transferências entre Administrações	195.500,00	585.000,00	780.500,00	0,00	195.374,33	195.374,33	99,94%	25,03%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195.500,00	585.000,00	780.500,00	0,00	195.374,33	195.374,33	99,94%	25,03%
TOTAL		6.906.471,72	16.134.440,00	23.060.911,72	2.704.451,02	5.509.694,61	8.214.145,63	79,78%	31,88%

Quadro nº 85 – Estrutura das GOP's 2015

(unidade monetária : Euros)

GOP 2015							
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	170.425,86	2,91%	1.524.006,82	27,66%	1.694.432,68	14,91%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	170.425,86	2,91%	1.454.996,33	26,41%	1.625.422,19	14,31%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	170.425,86	2,91%	1.454.996,33	26,41%	1.625.422,19	14,31%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00%	69.010,49	1,25%	69.010,49	0,61%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	0,00	0,00%	69.010,49	1,25%	69.010,49	0,61%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	1.835.953,60	31,37%	2.988.219,82	54,24%	4.824.173,42	42,46%
2.1.	Educação	26.093,39	0,45%	750.446,72	13,62%	776.540,11	6,83%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	26.093,39	0,45%	168.396,64	3,06%	194.490,03	1,71%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	582.050,08	10,56%	582.050,08	5,12%
2.2.	Saúde	100.000,00	1,71%	0,00	0,00%	100.000,00	0,88%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVÍDUAIS DE SAÚDE	100.000,00	1,71%	0,00	0,00%	100.000,00	0,88%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	76.466,85	1,31%	84.685,69	1,54%	161.152,54	1,42%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	76.466,85	1,31%	84.685,69	1,54%	161.152,54	1,42%
2.4.	Habitação e Serviços Colectivos	705.615,43	12,06%	875.081,97	15,88%	1.580.697,40	13,91%
2.4.1.	HABITAÇÃO	49.105,54	0,84%	0,00	0,00%	49.105,54	0,43%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	226.677,53	3,87%	3.617,87	0,07%	230.295,40	2,03%
2.4.3.	SANEAMENTO	35.622,06	0,61%	89.595,95	1,63%	125.218,01	1,10%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	0,00	0,00%	642.887,00	11,67%	642.887,00	5,66%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N	394.210,30	6,74%	138.981,15	2,52%	533.191,45	4,69%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	927.777,93	15,85%	1.278.005,44	23,20%	2.205.783,37	19,41%
2.5.1.	CULTURA	325.556,73	5,56%	655.137,50	11,89%	980.694,23	8,63%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	602.221,20	10,29%	622.867,94	11,30%	1.225.089,14	10,78%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.046.808,61	34,97%	717.726,84	13,03%	2.764.535,45	24,33%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	814.996,56	13,92%	717.726,84	13,03%	1.532.723,40	13,49%
3.2.1.	INDUSTRIA	808.457,29	13,81%	61.329,53	1,11%	869.786,82	7,65%
3.2.2.	ENERGIA	6.539,27	0,11%	656.397,31	11,91%	662.936,58	5,83%
3.3.	Transportes e Comunicações	1.186.812,05	20,28%	0,00	0,00%	1.186.812,05	10,44%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.186.812,05	20,28%	0,00	0,00%	1.186.812,05	10,44%
3.4.	Comércio e Turismo	45.000,00	0,77%	0,00	0,00%	45.000,00	0,40%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	45.000,00	0,77%	0,00	0,00%	45.000,00	0,40%
3.4.2.	TURISMO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.799.632,23	30,75%	279.741,13	5,08%	2.079.373,36	18,30%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	0,00	0,00%	84.366,80	1,53%	84.366,80	0,74%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	84.366,80	1,53%	84.366,80	0,74%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107.583,00	1,84%	0,00	0,00%	107.583,00	0,95%
4.2.	Transferências entre Administrações	0,00	0,00%	195.374,33	3,55%	195.374,33	1,72%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0,00	0,00%	195.374,33	3,55%	195.374,33	1,72%
TOTAL		5.852.820,30	100,00%	5.509.694,61	100,00%	11.362.514,91	100,00%

Gráfico nº 72 – GOP – Repartição por funções (%)

6. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

6.1. ENQUADRAMENTO

A atual Gestão Pública centra as suas diretrizes no controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A confirmação de todo um processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica tem surgido através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local, cujas repercussões ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos têm sido notórias.

Com a entrada em vigor novo regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o controlo do endividamento municipal conhece novas regras, tendo os municípios imposições ainda mais restritivas no controlo das suas contas, especificamente ao nível da dívida total e ao nível das taxas de execução orçamental.

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Com as alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de

curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município passam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Por último, avalia-se o posicionamento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal, face aos limites legalmente impostos.

6.2. DÍVIDA TOTAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

Quadro nº 86 – Dívida do Município 2012-2015

(unidade monetária : Euros)

	31-dez-2012	31-dez-2013	31-dez-2014	31-dez-2015	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	12.176.573,49	11.638.564,09	11.121.800,00	9.945.524,03	82,96%	-1.176.275,97	-10,58%
Fornecedores Conta Corrente	2.053.787,79	2.053.787,79	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores de Imobilizado	99.407,25	58.531,06	20.609,87	8.054,67	0,07%	-12.555,20	-60,92%
FAM - Exigível após 2016	0,00	0,00	645.497,39	537.914,39	4,49%	-107.583,00	-16,67%
Empréstimos de M/L Prazo	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28	7.286.270,33	60,78%	-1.056.137,95	-12,66%
Outros Credores (SIMRIA)	0,00	0,00	2.053.787,79	2.053.787,79	17,13%	0,00	0,00%
Outros Credores (Cauções)	59.646,85	59.679,00	59.496,67	59.496,85	0,50%	0,18	0,00%
Dívida de Curto Prazo	2.855.581,92	1.849.029,87	2.056.593,80	2.042.340,35	17,04%	-14.253,45	-0,69%
Fornecedores Conta Corrente	793.248,96	242.103,00	159.764,35	16.040,59	0,13%	-143.723,76	-89,96%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	404.022,48	252.844,72	498.082,12	390.827,67	3,26%	-107.254,45	-21,53%
Fornecedores de Imobilizado	274.541,23	140.955,99	1.126,90	8.789,45	0,07%	7.662,55	679,97%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	189.534,85	54.616,93	18.438,56	29.037,55	0,24%	10.598,99	57,48%
Estado e Outros Entes Públicos	86.037,86	108.072,19	114.141,70	121.180,53	1,01%	7.038,83	6,17%
Outros Credores	89.758,79	95.557,29	279.362,42	428.290,81	3,57%	148.928,39	53,31%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.018.437,75	954.879,75	985.677,75	1.048.173,75	8,74%	62.496,00	6,34%
TOTAL	15.032.155,41	13.487.593,96	13.178.393,80	11.987.864,38	100,00%	-1.190.529,42	-9,03%

Em 31 de Dezembro de 2015 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 11.987.864,38€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 82,96% e 17,04% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2015, no valor de 11.987.864,38€, regista, assim, menos (-) **1.190.529,42 €** que no final de 2014, evidenciando um decréscimo de (-) 9,03%.

A redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 1.176.275,97€ (Δ -10,58%), completando no final do exercício económico a quantia de 9.945.524,03€.

A dívida de curto prazo totaliza no final de 2015 o valor de 2.042.340,35€, sofrendo um decréscimo de -0,69% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a aumento de (-) 14.253,45€.

De referir, que no neste exercício económico de 2015, decorrente do cumprimento do preconizado em nota explicativa do SATAPOCAL, divulgada em março 2015, relativo ao assunto – **Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM** o Município de Estarreja procedeu ao reconhecimento, no passivo, do valor a subscrever pelo Município para o Fundo de Apoio Municipal. Segundo comunicação da DGAL, refª S -001615-2014 de 26/09/2014, o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM é de **753.080,39€** a ser liquidado em 7 anos, sendo que o valor a liquidar em 2016, igual ao liquidado em 2015, é reconhecido no curto prazo e incluído na rubrica “Outros Credores” com o valor de 107.583,00€.

Expurgando o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM a dívida global desta autarquia passaria a ser de 11.342.366,99€.

Retomando a análise do quadro nº 86, podemos concluir que 60,78% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 73,26% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2015, em “Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo” – 8.054,67€ é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um acréscimo, no valor 18.261,54€ (Δ +93,34%) enquanto os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um decréscimo no valor de 250.978,21 (Δ -38,15%).

Quadro nº 87 – Evolução da dívida total (2010 e 2015)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.141.001,14	13.133.039,31	12.176.573,49	11.638.564,09	11.121.800,00	9.945.524,03
Dívida de Curto Prazo	4.505.612,89	4.784.288,56	2.855.581,92	1.849.029,87	2.056.593,80	2.042.340,35
DÍVIDA TOTAL	18.646.614,03	17.917.327,87	15.032.155,41	13.487.593,96	13.178.393,80	11.987.864,38
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo		-7,13%	-7,28%	-4,42%	-4,44%	-10,58%
Curto Prazo		6,19%	-40,31%	-35,25%	11,23%	-0,69%
TOTAL		-3,91%	-16,10%	-10,28%	-2,29%	-9,03%

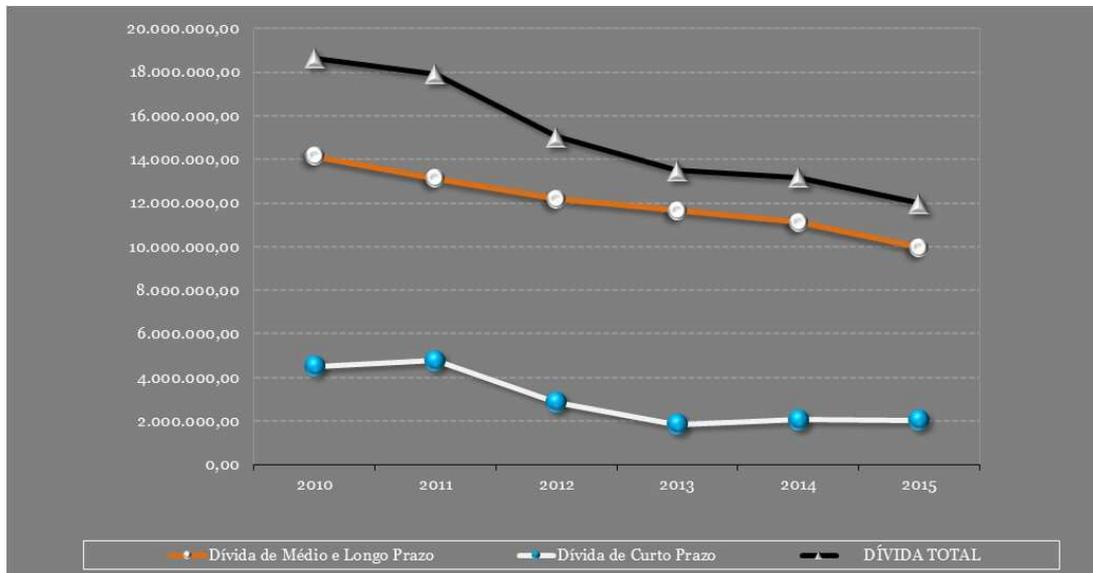
Tendo em conta a evolução dos dados retratados no Quadro 87, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2010-2015, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar o 1M€ a 3M€ , num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos, que originou quebras de receita significativas.

Com efeito, em forte contexto de crise económica, de profunda austeridade e de expressiva quebra de receita, o total da dívida individual municipal entre 2009 e 2015 sofreu uma diminuição de (-) 6.658.749,95€ (*de 18.646.614,03 € para 11.987.864,38 €*), o que comprova que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No último quadriénio (2012-2015) a dívida global diminuiu 20,25%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 3.044.291,03€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2010 a 2015, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 73 – Evolução da Dívida (2010-2015)



Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controle do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município.

6.3. DIVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Gráfico 74, seguinte.

Gráfico nº 74 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2009-2015)



► Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2015 impõe uma redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, obrigatoriedade que decorre das disposições constantes no seu artigo 98.º.

Sobre o cumprimento legal quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, realça-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Para cálculo do PMP é oficialmente utilizada a seguinte fórmula defendida pela DGAL (*Despacho 9870/2009, de 13 de Abril*):

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^t DF}{t-3}}{\frac{\sum_{t-3}^t A}{t}} \times 365$$

Em que:

DF – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

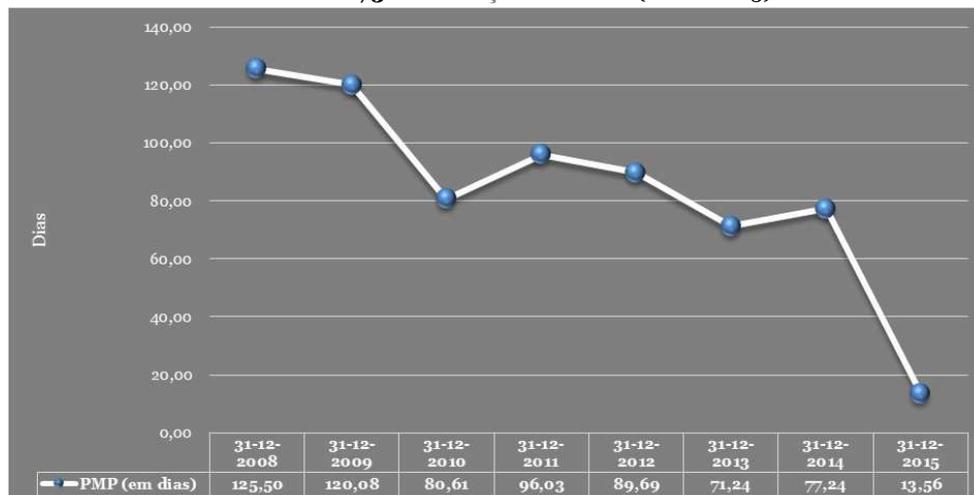
A – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

Quadro nº 88 – Evolução do PMP _ DGAL

Dados/Datas de Referência	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	26.953.718,64	34.785.447,17	24.007.768,86	19.745.773,33	19.488.646,60	13.544.226,02	8.906.156,08	1.663.638,90
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	19.597.081,97	26.432.823,15	27.177.791,39	18.762.057,45	19.828.350,99	17.347.765,20	10.522.083,14	11.198.456,74
PMP (em dias)	125,50	120,08	80,61	96,03	89,69	71,24	77,24	13,56
PMP em meses	4,18	4,00	2,69	3,20	2,99	2,37	2,57	0,45

O prazo médio de pagamentos (PMP) do Município de Estarreja apurado à data de 31 de dezembro de 2015 é de 13,56 dias.

Gráfico nº 75 – Evolução do PMP (2008-2015)


6.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

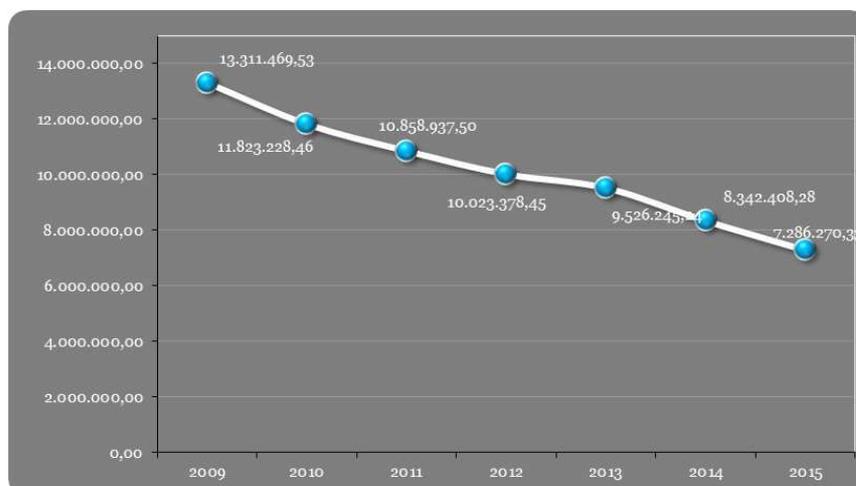
A análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos sete anos:

Quadro nº 89 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(1) Dívida no início do período	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.662.384,00	0,00	515.744,24	400.585,76	687.471,65	0,00	635.911,28
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86	1.183.836,96	1.692.049,23
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28	7.286.270,33
Taxa de crescimento da Dívida %	12,83%	-11,18%	-8,16%	-7,69%	-4,96%	-12,43%	-12,66%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	1.513.168,80	-1.488.241,07	-964.290,96	-835.559,05	-497.133,21	-1.183.836,96	-1.056.137,95

Gráfico nº 76 – Evolução da Dívida de M/L Prazo


Do observado no quadro verifica-se que desde 2009 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, diminuindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2015, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2014, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 12,66%.

Face à hipótese prevista no artigo 106º Lei de Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015 – Lei nº 82-B/2014, de 31/12), foi possível realizar uma operação de substituição de dívida do último empréstimo contraído que ascendia a 687.471,65€, com um spread de 6,75%. Assim, contraiu-se um novo empréstimo de 635.911,28€ para amortização antecipada de anterior, com uma taxa de spread de 1,75%.

6.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

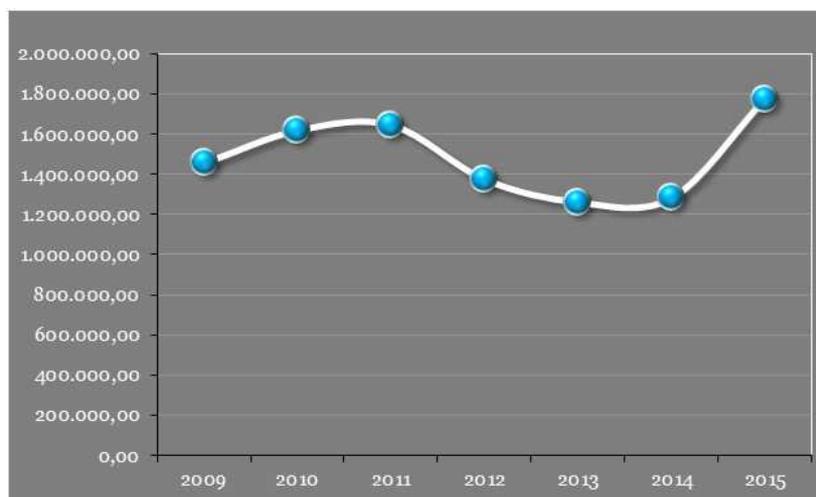
O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2009 a 2015, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 90 - Evolução do Serviço de Dívida (2009 - 2015)

(unidade monetária : Euros)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total do Serviço de Dívida	1.457.349,22	1.619.604,24	1.646.183,74	1.376.274,04	1.262.540,21	1.283.351,91	1.775.077,03
Amortizações	1.114.459,39	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86	1.183.836,96	1.692.049,23
Juros	342.889,83	131.363,17	166.148,54	140.129,23	77.935,35	99.514,95	83.027,80
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida	10,72%	11,13%	1,64%	-16,40%	-8,26%	1,65%	38,32%
Amortizações	52,42%	33,54%	-0,55%	-16,48%	-4,17%	-0,06%	42,93%
Juros	-41,4%	-61,7%	26,5%	-15,7%	-44,4%	27,7%	-16,6%

O serviço de dívida no ano 2015 apresentou um aumento significativo (491.725,12€) devido fundamentalmente á amortização/liquidação antecipada do empréstimo “ Diversos Investimentos-PPI2012” no valor de 635.911,28€, com a contração de novo financiamento por operação de substituição de dívida ao abrigo do art.106º do LOE 2015.

Gráfico nº 77 – Evolução do Serviço da Dívida


6.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 91 - Composição do Capital Bancário

(unidade monetária :

	Capital em Dívida em 31/12/2012	Capital em Dívida em 31/12/2013	Capital em Dívida em 31/12/2014	Capital em Dívida em 31/12/2015	
	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	312.309,41	268.934,91	224.879,42	180.524,35	2,48%
Diversos Investimentos - PA 1998	89.584,31	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	2.046.603,33	1.792.669,31	1.538.571,91	1.282.471,56	17,60%
Parque Industrial - PA 2000	2.656.099,10	2.360.977,00	2.124.879,32	1.888.781,64	25,92%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	237.874,93	215.220,17	192.565,41	169.910,65	2,33%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	109.912,11	99.920,10	89.928,09	79.936,08	1,10%
Diversos Investimentos - PPI 2004	546.183,12	502.488,48	458.793,84	415.099,20	5,70%
Diversos Investimentos - PPI 2005	588.420,61	542.404,19	496.319,80	449.511,65	6,17%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhé	54.752,26	50.696,54	46.640,82	42.585,10	0,58%
Parque Industrial - PPI/2006	725.694,47	672.916,70	620.138,91	567.361,13	7,79%
Parque Desportivo Municipal	35.688,80	31.776,20	27.856,91	23.894,84	0,33%
PREDE_Entidade Bancária	638.972,00	319.486,00	0,00	0,00	0,00%
PREDE_Estado	1.064.954,00	1.064.954,00	958.458,60	745.467,80	10,23%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	916.330,00	916.330,00	875.903,60	822.001,84	11,28%
Diversos Investimentos - PPI 2012	0,00	687.471,65	687.471,65	0,00	0,00%
Operação de Substituição de Dívida -2015	0,00	0,00	0,00	618.724,49	8,49%
Total da dívida de médio e longo prazo	10.023.378,45	9.526.245,25	8.342.408,28	7.286.270,33	100,00%

Euros)

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 256.100,35 no valor da dívida, e o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07 €, que determinou um corte adicional de 236.097,68 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 212.990,80€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável ao Estado, cujo seu período de amortização iniciou a dezembro de 2014.

6.7. LIMITES À DIVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro nº92), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2015 situa-se, nos **17.517.464,01€**.

Quadro nº 92- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2015

RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	VALOR (€)
ANO 2012	10.454.756,92
ANO 2013	12.726.223,74
ANO 2014	12.698.512,51
Total	35.879.493,17
Média dos 3 anos	11.959.831,06
x 1,5	17.939.746,59

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

“1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

“b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma. Acresce, ainda, que a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que *“Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.”*

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

CÁLCULO DA MARGEM al b) nº3 do ART.52.º do RFALEI
Quadro nº 93

Rúbricas da dívida	31-dez-2014
Dívida de Médio e Longo Prazo	11.121.800,00
Fornecedores Conta Corrente	0,00
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financeira)	20.609,87
Empréstimos de M/L Prazo	8.342.408,28
Outros Credores (Cauções)	2.758.781,85
Dívida de Curto Prazo	2.056.593,80
Fornecedores Conta Corrente	159.764,35
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	498.082,12
Fornecedores de Imobilizado	1.126,90
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	18.438,56
Estado e Outros Entes Públicos	114.141,70
Credores pela execução do orçamento	0,00
Outros Credores	279.362,42
Adiantamento por Conta de Vendas	985.677,75
TOTAL (1)	13.178.393,80
A Abater (2)	-1.011.446,20
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	-258.365,81
Dívida pela subscrição do FAM	-753.080,39
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	12.166.947,60
A Acrescer (4)	867.623,28
Participação do ME na Dívida da CIRA (último valor conhecido - 31/12/2014)	575.469,86
Participação do ME na Dívida da AMC (último valor conhecido - 31/12/2014)	246.027,42
Participação do ME na Dívida da DESTAK (último valor conhecido - 31/12/2013)	32.488,08
Participação do ME na Dívida dos Mata-douros da B.Litoral	13.294,85
Participação do ME na Dívida da ANMP (30/06/2015)	343,07
Dívida total a considerar (5)=(3)+(4)	13.034.570,88
MARGEM DISPONÍVEL 2015 - al. B) do nº3 do art.º 52º da Lei nº73/2013, de 12/09	
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - (6)	11.959.831,06
Limite da dívida - (7) = A x 1,5 (Art. 52.º da LFL)	17.939.746,59
Margem disponível total 2015 (8) = (7)-(5)	4.905.175,71
Margem efetiva, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (9)=(8)*20%	981.035,14

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI

Quadro nº 94

Rúbricas da dívida	dez-14	mar-15	jun-15	set-15	dez-15
DIVIDA DO MUNICÍPIO (1) - Quadro 93	13.178.393,80	12.724.522,94	12.691.938,86	12.160.975,43	11.987.864,38
A Abater (2)					
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	258.365,81	271.608,07	319.584,74	334.770,56	414.557,35
Dívida pela subscrição do FAM	753.080,39	753.080,39	699.289,39	699.289,39	645.497,39
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	12.166.947,60	11.699.834,48	11.673.064,73	11.126.915,48	10.927.809,64
Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:					
Participação do ME na Dívida da CIRA	575.469,86	583.450,73	577.182,45	569.198,91	566.621,19
Participação do ME na Dívida da AMC	246.027,42	246.027,42	114.291,81	262.355,55	178.034,06
Participação do ME na Dívida da DESTAK	32.488,08	32.488,08	32.488,08	32.488,08	32.488,08
Participação do ME na Dívida dos Municípios da Beira Litoral (Parti)	13.294,85	13.294,85	13.294,85	13.294,85	13.468,11
Participação do ME na Dívida da ANMP	343,07	343,07	1.831,37	459,45	290,81
Total - Entidades relevantes (4)	867.623,28	875.604,15	739.088,56	877.796,84	790.902,25
Dívida total a considerar (5) = (3) + (4)	13.034.570,88	12.575.438,63	12.412.153,29	12.004.712,32	11.718.711,89
Evolução da dívida total (6)		- 459.132,25	- 622.417,59	- 1.029.858,56	- 1.315.858,99
Limite Legal (7)	17.939.746,59				
Margem Absoluta (8)	4.905.175,71				
Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total (al b) do n.º 3 do art. 52º RFALEI (9)	981.035,14				
Margem disponível para utilização - Ano 2015 (10) = (6)-(9)	1.440.167,39	1.603.452,73	2.010.893,70	2.296.894,13	

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 30 de dezembro de 2015 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 11.718.711,89€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 6.221.034,70€.

Pelo Quadro 93 constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o disposto na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2015 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 2.296.894,13€.

MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, não se encontrando enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2015 não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficando abaixo desse limite em 241.119,17€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

Quadro nº 95

	mar-15	jun-15	set-15	dez-15
Dívida total a considerar (A)	13.034.570,88	12.575.438,63	12.412.153,29	11.718.711,89
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	11.959.831,06			
ALERTA PRECOCE (nº1 art.56º LFL) (B)-(A)	- 615.607,57	- 452.322,24	- 44.881,26	241.119,17

Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

7. ANÁLISE PATRIMONIAL

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se de seguida uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Estarreja.

7.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta a situação patrimonial da autarquia reportada à data de encerramento do exercício e dá a conhecer, por um lado a seu Ativo e, por outro lado, o seu Passivo e Capital Próprio, ou seja, as aplicações e as origens de fundos, respetivamente.

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balanço reportado a 31/12/2014, evidenciado em valores líquidos.

Quadro nº 96 – Balanço

(unidade monetária: euros)

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo						
Imobilizado	94.978.435,03	91,98%	95.700.094,07	91,88%	-721.659,04	-0,75%
<i>Bens de Domínio Público</i>	36.327.038,41	35,18%	37.519.920,19	36,02%	-1.192.881,78	-3,18%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	33.429,18	0,03%	38.115,12	0,04%	-4.685,94	-12,29%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	56.493.648,29	54,71%	56.017.739,61	53,78%	475.908,68	0,85%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2.124.319,15	2,06%	2.124.319,15	2,04%	0,00	0,00%
Circulante	8.281.064,79	8,02%	8.454.656,36	8,12%	-173.591,57	-2,05%
<i>Existências</i>	245.786,14	0,24%	237.173,32	0,23%	8.612,82	3,63%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	1,99%	2.053.787,79	1,97%	0,00	0,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.287.921,92	1,25%	1.485.416,46	1,43%	-197.494,54	-13,30%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4.026.079,97	3,90%	4.292.036,49	4,12%	-265.956,52	-6,20%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	667.488,97	0,65%	386.242,30	0,37%	281.246,67	72,82%
TOTAL DO ATIVO	103.259.499,82	100,00%	104.154.750,43	100,00%	(895.250,61)	-0,86%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	49.215.733,55	47,66%	47.317.932,05	45,43%	1.897.801,50	4,01%
<i>Património</i>	32.671.426,75	31,64%	32.669.932,35	31,37%	1.494,40	0,00%
<i>Reservas Legais</i>	1.027.732,66	1,00%	1.001.889,46	0,96%	25.843,20	2,58%
<i>Subsídios</i>	34.656,00	0,03%	25.998,24	0,02%	8.657,76	n.a
<i>Doações</i>	114.287,25	0,11%	72.417,25	0,07%	41.870,00	57,82%
<i>Resultados Transitados</i>	14.731.434,82	14,27%	13.030.830,67	12,51%	1.700.604,15	13,05%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	636.196,07	0,62%	516.864,08	0,50%	119.331,99	23,09%
Passivo	54.043.766,27	52,34%	56.836.818,38	54,57%	-2.793.052,11	-4,91%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	8.878.543,32	8,60%	10.070.546,07	9,67%	-1.192.002,75	-11,84%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3.109.321,06	3,01%	3.107.847,91	2,98%	1.473,15	0,05%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	42.055.901,89	40,73%	43.658.424,40	41,92%	-1.602.522,51	-3,67%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	103.259.499,82	100,00%	104.154.750,43	100,00%	(895.250,61)	-0,86%

► ANÁLISE GLOBAL

Em 2015 assistiu-se a um decréscimo de 895.250,61 € (0,86 %) no valor do ativo líquido. Esta variação resulta do efeito conjugado da diminuição operada no valor do imobilizado líquido (-721.659,04 €), das dívidas de terceiros de curto prazo (-197.494,54 €) e dos depósitos em instituições financeiras e caixa (-265.956,52€).

Em termos de estrutura, o imobilizado representa, em 2015, 91,98 % do valor do ativo, tendo registado um aumento ligeiro relativamente ao ano 2014, por oposição à variação do peso percentual do circulante, que passou de 8,12% para 8,02%.

Nos fundos próprios e passivo, é de realçar o aumento (1.897.801,50 €), que traduz uma variação positiva de 4,01 % comparativamente ao ano anterior. De destacar igualmente a diminuição de 4,91% (- 2.793.052,11 €) verificada no valor do passivo, para a qual contribuiu a redução do valor das dívidas de médio e longo prazo (-1.192.002,75 €) e dos acréscimos e diferimentos (-1.602.522,51€).

Os fundos próprios representam assim, no final do ano 2015, 47,66% do valor global desta massa patrimonial e o passivo representa 52,34%. Importa referir que cerca de 78 % do valor do passivo, é constituído por acréscimos e diferimentos, que não representam dívida municipal.

► ATIVO

O ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do ativo.

IMOBILIZADO

A preponderância do imobilizado na estrutura do ativo é evidenciada pela sua representatividade (superior a 90%) no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

Quadro n.º 97 – Variação do valor do Imobilizado Bruto

Imobilizado Bruto	2015		2014		2013		Variação 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	137.124.131,66	100,00%	133.669.338,69	100,00%	130.350.433,84	100,00%	3.454.792,97	2,58%
<i>Bens de Domínio Público</i>	64.306.060,35	46,90%	62.658.103,97	46,88%	60.922.425,20	46,74%	1.647.956,38	2,63%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	317.736,36	0,23%	314.087,20	0,23%	305.653,22	0,23%	3.649,16	1,16%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	70.375.999,80	51,32%	68.572.812,37	51,30%	67.751.100,66	51,98%	1.803.187,43	2,63%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2.124.335,15	1,55%	2.124.335,15	1,59%	1.371.254,76	1,05%	0,00	0,00%

O imobilizado bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2013 e 2015 uma tendência de aumento. Entre 2014 e 2015, verifica-se um incremento de 3.454.792,97 €, sendo a maior fatia proveniente da variação positiva das imobilizações corpóreas, seguida de perto pelos bens de domínio público.

Quadro n.º 98 - Variação do valor das Amortizações/Provisões acumuladas

Amortizações/ Provisões Acumuladas	2015		2014		2013		Variação 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	42.145.696,63	100,00%	37.969.244,62	100,00%	33.643.944,47	100,00%	4.176.452,01	11,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	27.979.021,94	66,39%	25.138.183,78	66,21%	22.413.322,58	66,62%	2.840.838,16	11,30%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	284.307,18	0,67%	275.972,08	0,73%	244.029,30	0,73%	8.335,10	3,02%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	13.882.351,51	32,94%	12.555.072,76	33,07%	10.986.576,59	32,66%	1.327.278,75	10,57%
<i>Investimentos Financeiros</i>	16,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	0,00	0,00%

Quadro n.º 99 – Variação do valor do Imobilizado Líquido

Imobilizado Líquido	2015		2014		2013		Variação 2015/2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	94.978.435,03	100,00%	95.700.094,07	100,00%	96.706.489,37	100,00%	-721.659,04	-0,75%
<i>Bens de Domínio Público</i>	36.327.038,41	38,25%	37.519.920,19	39,21%	38.509.102,62	39,82%	-1.192.881,78	-3,18%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	33.429,18	0,04%	38.115,12	0,04%	61.623,92	0,06%	-4.685,94	-12,29%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	56.493.648,29	59,48%	56.017.739,61	58,53%	56.764.524,07	58,70%	475.908,68	0,85%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2.124.319,15	2,24%	2.124.319,15	2,22%	1.371.238,76	1,42%	0,00	0,00%

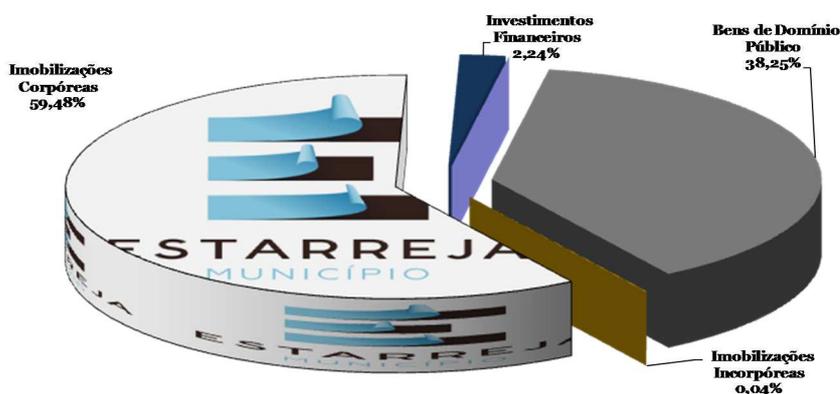
O imobilizado líquido apresenta uma variação negativa no montante de (-) 721.659,04 €, muito por força do efeito das amortizações do exercício, cujo montante (4.266.592,36 €), expresso na demonstração de resultados de 2015, se mostrou superior ao valor do aumento do imobilizado bruto (3.454.792,97 €).

De acrescentar ainda que os aumentos no ativo bruto resultam essencialmente das aquisições de imobilizado efetuadas em 2015, bem como da incorporação de bens que não haviam sido considerados no balanço inicial. Por sua vez, as amortizações correspondem ao reconhecimento sistemático do custo (desgaste/desvalorização) dos ativos imobilizados, tendo em conta a respetiva vida útil esperada, de acordo com as taxas de amortização preconizadas pelo CIBE.

Complementarmente importa referir, no âmbito desta análise ao ativo imobilizado, a importância da correlação das amortizações do exercício com o reconhecimento dos proveitos inerentes ao financiamento dos bens adquiridos com o apoio de fundos comunitários ou no âmbito de contratos-programa celebrados com o Estado. Também este reconhecimento é sistemático ao longo da vida útil dos bens financiados. Neste âmbito, em 2015 foi reconhecido o montante de 1.052.081,44 € como proveitos do exercício relativos a esses apoios, que abatidos ao valor das amortizações do exercício, resultam num valor ajustado de 3.214.510,92€.

Em termos de estrutura, o imobilizado líquido apresenta-se muito semelhante aos anos anteriores.

Gráfico n.º 78 – Estrutura do Imobilizado Líquido



As imobilizações corpóreas, com uma representatividade de 59,48 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do imobilizado líquido. Conforme se pode observar no balanço, as imobilizações corpóreas integram os terrenos e recursos naturais, os edifícios e outras construções, os equipamentos básico, administrativo e de transporte, e as ferramentas e utensílios.

A rubrica dos bens de domínio público, com uma representatividade de 38,25 %, é maioritariamente composta por construções e infraestruturas diversas, destacando-se a rede viária municipal, parques e jardins e outras infraestruturas classificadas como bens de domínio público pelo CIBE.

CIRCULANTE

O ativo circulante representa 8,02% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, à semelhança do verificado no ano 2014.

Quadro n.º 100 – Ativo Circulante

(unidade de medida: euros)

Designação	Ano 2015		Ano 2014		Variação	
Circulante	8.281.064,79	100,00%	8.454.656,36	100,00%	-173.591,57	-2,05%
<i>Existências</i>	245.786,14	2,97%	237.173,32	2,81%	8.612,82	3,63%
<i>Dívidas de Terceiros</i>	3.341.709,71	40,35%	3.539.204,25	41,86%	-197.494,54	-5,58%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4.026.079,97	48,62%	4.292.036,49	50,77%	-265.956,52	-6,20%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	667.488,97	8,06%	386.242,30	4,57%	281.246,67	72,82%

Relativamente ao ano 2014, o Ativo Circulante regista uma diminuição de -2,05%, o que representa, em termos absolutos uma redução de 173.591,57 €. Esta variação resulta do decréscimo verificado nas dívidas de terceiros (-5,58%) e nos depósitos em instituições financeiras e caixa (-6,20%).

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 414.557,35 €. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 3.611.522,62 €.

► CAPITAL PRÓPRIO

Verifica-se um aumento de 4,01% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2014, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n.º 101 – Fundos Próprios

(unidade de medida: euros)

Designação	Ano 2015		Ano 2014		Variação	
Fundos Próprios	49.215.733,55	100,00%	47.317.932,05	100,00%	1.897.801,50	4,01%
<i>Património</i>	32.671.426,75	66,38%	32.669.932,35	69,04%	1.494,40	0,00%
<i>Reservas Legais</i>	1.027.732,66	2,09%	1.001.889,46	2,12%	25.843,20	2,58%
<i>Subsídios</i>	34.656,00	0,07%	25.998,24	0,05%	8.657,76	33,30%
<i>Doações</i>	114.287,25	0,23%	72.417,25	0,15%	41.870,00	57,82%
<i>Resultados Transitados</i>	14.731.434,82	29,93%	13.030.830,67	27,54%	1.700.604,15	13,05%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	636.196,07	1,29%	516.864,08	1,09%	119.331,99	23,09%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2015 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

► PASSIVO

Em 31/12/2015, o passivo do município (incluídos os acréscimos e diferimentos, no valor de 42.055.901,89 €) registou o valor de 54.043.766,27 €, o que traduz uma diminuição de 2.793.052,11 € (-4,91%), relativamente ao exercício de 2014.

Este decréscimo no valor do passivo resulta do efeito conjugado da redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e do acréscimos e diferimentos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do passivo, representando 77,82% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

No que se refere às dívidas a terceiros, no quadro 102 podemos observar a respetiva estrutura e variação.

Quadro n.º 102 – Variação das dívidas a terceiros
(unidade de medida: euros)

Dívidas a terceiros	2015		2014		Variação	
	11.987.864,38	100,00%	13.178.393,98	100,00%	-1.190.529,60	-9,93%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	8.878.543,32	74,06%	10.070.546,07	76,42%	-1.192.002,75	-11,84%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	3.109.321,06	25,94%	3.107.847,91	23,58%	1.473,15	0,05%

No quadro n.º 102 verifica-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 11,84% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2015, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2016 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A dívida de curto prazo manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

7.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2015 em comparação com o período homólogo de 2014, evidenciando as variações apuradas.

Quadro n.º103- Demonstração de Resultados
(unidade monetária: euros)

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	326.631,25	2,30%	328.102,34	2,28%	-1.471,09	-0,45%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.693.723,78	26,04%	3.264.366,92	22,73%	429.356,86	13,15%
Custos com Pessoal	4.225.006,89	29,78%	4.359.092,49	30,36%	-134.085,60	-3,08%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4.266.592,36	30,07%	4.319.753,14	30,08%	-53.160,78	-1,23%
Transferências/Sub Concedidos	959.530,14	6,76%	844.590,71	5,88%	114.939,43	13,61%
Outros Custos e Perdas Operacionais	32.541,86	0,23%	8.771,41	0,06%	23.770,45	271,00%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13.504.026,28	95,18%	13.124.677,01	91,40%	379.349,27	2,89%
Custos e Perdas Financeiras	81.611,84	0,58%	110.921,58	0,77%	-29.309,74	-26,42%
Custos e Perdas Correntes (C)	13.585.638,12	95,76%	13.235.598,59	92,17%	350.039,53	2,64%
Custos e Perdas Extraordinários	601.531,28	4,24%	1.123.948,97	7,83%	-522.417,69	-46,48%
Total dos Custos e Perdas (E)	14.187.169,40	100,00%	14.359.547,56	100,00%	-172.378,16	-1,20%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1.057.029,18	7,13%	850.411,59	5,72%	206.617,59	24,30%
Impostos e Taxas	4.195.200,92	28,30%	4.558.450,62	30,64%	-363.249,70	-7,97%
Proveitos Suplementares	12.174,97	0,08%	5.804,63	0,04%	6.370,34	109,75%
Transferências/Sub Obtidos	7.274.691,33	49,08%	7.109.613,15	47,79%	165.078,18	2,32%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	275.693,85	1,86%	224.082,35	1,51%	51.611,50	23,03%
Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	12.814.790,25	86,45%	12.748.362,34	85,70%	66.427,91	0,52%
Proveitos e Ganhos Financeiros	640.051,26	4,32%	662.767,65	4,46%	-22.716,39	-3,43%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	13.454.841,51	90,77%	13.411.129,99	90,15%	43.711,52	0,33%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.368.523,96	9,23%	1.465.281,65	9,85%	-96.757,69	-6,60%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	14.823.365,47	100,00%	14.876.411,64	100,00%	-53.046,17	-0,36%
Resultados Operacionais: (B-A)	-689.236,03		-376.314,67		-312.921,36	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	558.439,42		551.846,07		6.593,35	
Resultados Correntes: (D-C)	-130.796,61		175.531,40		-306.328,01	
Resultados Extraordinários:	766.992,68		341.332,68		425.660,00	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	636.196,07		516.864,08		119.331,99	
Total dos Custos e Perdas +RLE	14.823.365,47		14.876.411,64		-53.046,17	

Numa primeira análise, destaca-se um aumento de 2,89 % nos custos e perdas operacionais, comparativamente ao ano 2014, o que representa um incremento de 379.349,27 €. À exceção dos custos com pessoal e das amortizações/ provisões do exercício, que registaram reduções, as restantes rúbricas de custos operacionais viram aumentado o seu valor, comparativamente ao exercício anterior.

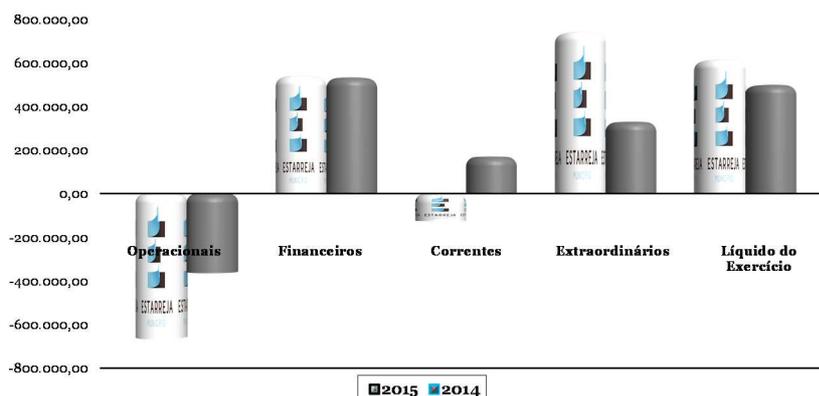
Quanto aos proveitos e ganhos operacionais, verificou-se um ligeiro aumento de 0,52 %, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de 66.427,91 €. A redução verificada nos impostos e taxas, foi compensada com o aumento operado nas restantes componentes dos proveitos operacionais.

7.1.2.1. Estrutura dos Resultados

No exercício económico de 2015 o resultado líquido do exercício aumentou 119.331,99 €, comparativamente ao exercício anterior. Este aumento resultou, muito genericamente, da redução do valor dos custos e perdas, que se revelou superior à redução do valor dos proveitos e ganhos.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2014 e o ano 2015.

Gráfico nº 79 – Evolução dos Resultados

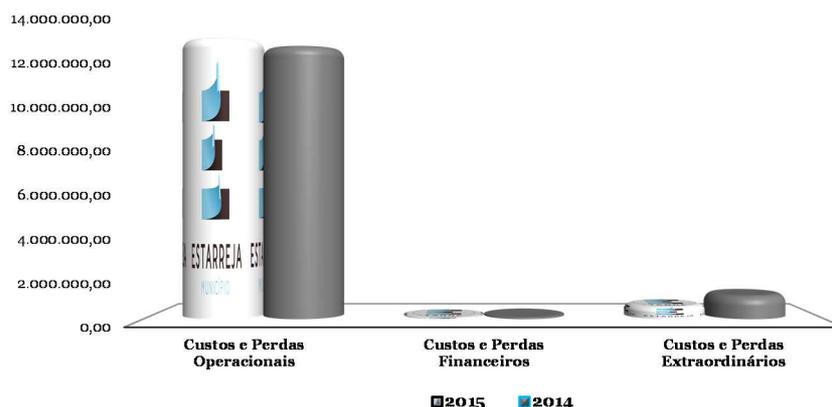


Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do resultado líquido do exercício.

7.1.2.2. Estrutura dos Custos e Perdas

Relativamente ao exercício anterior, o valor dos custos e perdas conheceu uma redução de 172.378,16€.

Gráfico nº 80 – Estrutura de Custos e Perdas



7.1.2.3. Estrutura dos Proveitos e Ganhos

Os proveitos e ganhos obtidos no exercício económico de 2015 registaram uma diminuição de (-) 53.046,17 € relativamente ao ano anterior, o que representa um decréscimo de (-) 0,36%.

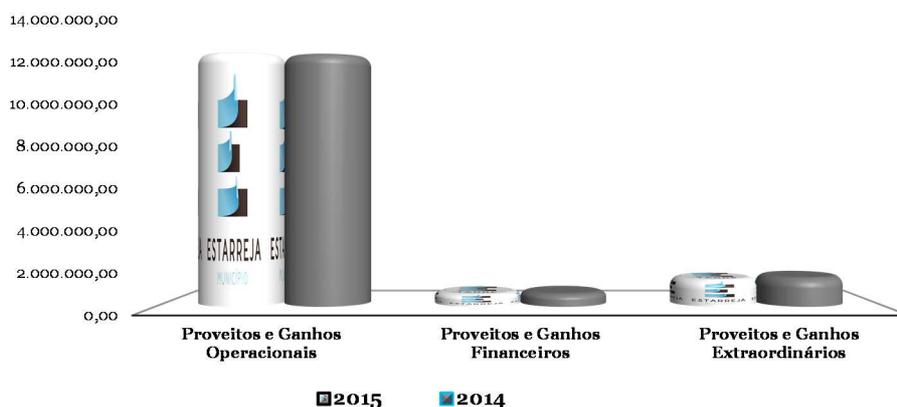


Gráfico n.º 81 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos

7.1.2.4. Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de proveitos e de custos operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2015, os resultados operacionais foram inferiores aos do ano anterior, passando de (-) 376.314,67 € para (-) 689.236,03 €. Esta variação, de (-) 312.921,36 € resulta do aumento de 379.349,27 € (+2,89%) relativamente a 2014, verificado ao nível dos custos e perdas operacionais, conjugado com o aumento de 66.427,91 € (+0,52%) operado ao nível dos proveitos e ganhos desta natureza.

Ainda sobre os resultados operacionais, importa realçar que as amortizações do exercício são contabilizadas como custos operacionais (em 2015, representaram 31,59% destes custos). No entanto, esta tipologia de custo está diretamente correlacionada com o valor do reconhecimento anual dos proveitos associados aos financiamentos/subsídios obtidos para a aquisição/construção de bens amortizáveis, que são tratados pelo POCAL como proveitos extraordinários.

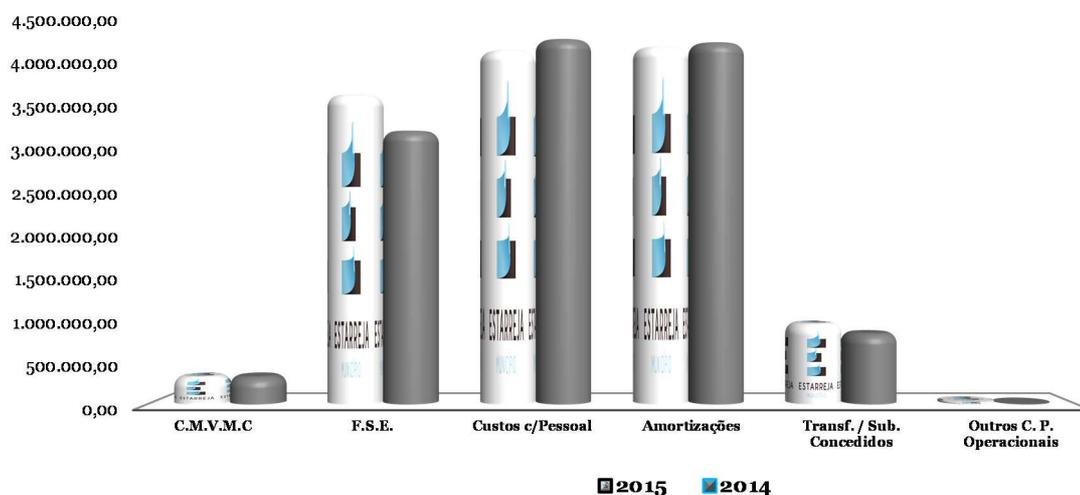
É esta a principal justificação para a existência de resultados operacionais negativos e resultados extraordinários positivos.

Custos e Perdas operacionais

Os custos e perdas operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE), amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos.

Em 2015 totalizaram 13.504.026,28 €, destacando-se as rubricas de amortizações do exercício, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

Gráfico nº 82 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2015 e 2014, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar o aumento do peso dos FSE e das transferências e subsídios concedidos, por oposição à diminuição do peso dos custos com pessoal.

Os custos com pessoal sofreram diminuição de (-) 134.085,60 € relativamente ao exercício anterior. No que se refere aos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

Quadro nº 104 – Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas de FSE	2015	2014	Unidade monetária: Euros Variação	
			Valor	%
Subcontratos	1.170.764,14	894.210,77	276.553,37	30,93%
Transportes escolares	190.252,82	196.205,05	(5.952,23)	-3,03%
Serviço de Refeições da Cantina Municipal/Escolares	178.194,09	225.509,49	(47.315,40)	-20,98%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana	521.272,73	472.496,23	48.776,50	10,32%
Serviços de educação	273.988,35	-	273.988,35	n.a
Aluguer de Equipamento	5.961,45	-	5.961,45	n.a
Outros	1.094,70	-	1.094,70	n.a
Energia	976.986,96	901.876,44	75.110,52	8,33%
Iluminação Pública	709.374,48	612.705,32	96.669,16	15,78%
Electricidade - Instalações	267.612,48	289.171,12	(21.558,64)	-7,46%
Combustíveis	57.191,74	93.362,68	(36.170,94)	-38,74%
Gasóleo	690,47	-	690,47	n.a.
Gas	56.501,27	93.362,68	(36.861,41)	-39,48%
Água	80.397,23	70.705,43	9.691,80	13,71%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	707,40	1.030,08	(322,68)	-31,33%
Livros e documentação Técnica	288,54	3.183,89	(2.895,35)	-90,94%
Material de Escritório	272,61	812,02	(539,41)	-66,43%
Artigos para oferta	85.140,03	11.670,89	73.469,14	629,51%
Rendas e Alugueres	139.526,01	109.161,36	30.364,65	27,82%
Despesas de Representação	4.922,24	-	4.922,24	n.a.
Comunicação	56.385,04	62.430,37	(6.045,33)	-9,68%
Seguros	44.340,18	52.463,23	(8.123,05)	-15,48%
Deslocações e Estadas	57.025,66	34.868,65	22.157,01	63,54%
Honorários	2.296,51	1.230,00	1.066,51	86,71%
Contencioso e Notariado	3.137,07	20.535,97	(17.398,90)	-84,72%
Conservação e Reparação	226.345,72	219.641,31	6.704,41	3,05%
Publicidade e propaganda	70.193,89	56.614,73	13.579,16	23,99%
Limpeza, higiene e conforto	66.058,27	45.608,57	20.449,70	44,84%
Vigilância e segurança	28.170,34	22.815,27	5.355,07	23,47%
Trabalhos especializados	456.367,30	513.882,24	(57.514,94)	-11,19%
Serviços Informáticos	19.877,08	1.174,34	18.702,74	1592,62%
Trabalhos Gráficos/Fotograficos e Vídeo	16.772,36	15.266,17	1.506,19	9,87%
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	3.273,89	3.035,47	238,42	7,85%
Estudos e Consultadoria	148.053,68	116.900,90	31.152,78	26,65%
Produção/Actuação espectáculos	193.162,20	166.432,76	26.729,44	16,06%
Trabalhos Especializados Diversos	75.228,09	211.072,60	(135.844,51)	-64,36%
Encargos de cobrança	80.670,10	88.668,78	(7.998,68)	-9,02%
Outros fornecimentos e serviços	86.536,80	59.594,24	26.942,56	45,21%
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	2.425,42	2.667,68	(242,26)	-9,08%
Publicações Oficiais	6.675,24	6.283,94	391,30	6,23%
Emolumentos	27.263,14	3.254,40	24.008,74	737,73%
Outros FSE-Diversos não especificados	50.173,00	47.388,22	2.784,78	5,88%
Total	3.693.723,78	3.264.366,92	429.356,86	13,15%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) tem um peso de 2,30% no valor global dos custos e perdas operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentada no Quadro 105, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros, que foram movimentados através do sistema de gestão de stocks.

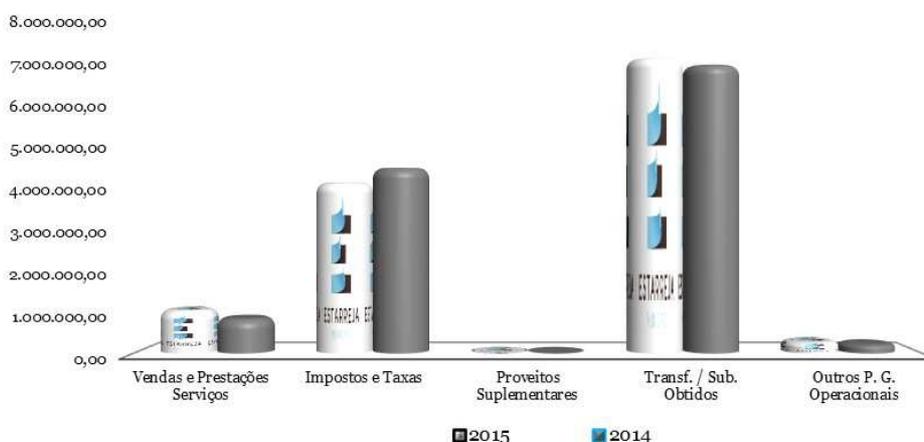
Quadro nº 105 – CMVMC

Unidade monetária: Euros

	2015	2014
Mercadorias	11.380,65	4.974,39
Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo	315.250,60	323.127,95
Matérias Primas	53.164,54	73.544,46
Combustíveis	125.246,93	127.277,72
Gasóleo	95.613,03	90.199,12
Gasolina	9.910,36	9.364,73
Gas	17.688,66	25.456,40
Outros com bustíveis e lubrificantes	2.034,88	2.257,47
Materiais Diversos	136.839,13	122.305,77
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.457,33	4.320,44
Material de Escritório	21.478,12	19.533,61
Material de Limpeza, higiene e conforto	21.465,64	22.193,47
Peças e acessórios para viaturas	16.417,05	17.856,03
Artigos para ofertas	34.899,80	29.347,07
Vestuário e Proteção Pessoal	14.183,26	7.874,26
Outros materiais	23.937,93	21.180,89
Total do CMVMC	326.631,25	328.102,34

Proveitos e Ganhos operacionais

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2015, 12.814.790,25 €, revelando um ligeiro aumento (+0,52%) relativamente ao exercício anterior.

Gráfico nº 83 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais


No ano 2015, à exceção dos impostos e taxas, verificou-se um aumento no valor de todas as rubricas que compõem os proveitos e ganhos operacionais, destacando-se as vendas e prestações de serviços.

No que se refere aos impostos e taxas, a redução verificada é justificada através do quadro seguinte:

Quadro nº 106 – Impostos e Taxas

Unidade monetária: Euros

Rubrica	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Impostos Diretos	3.948.646,36	4.054.545,62	- 105.899,26	-2,61%
IMI	2.547.378,39	2.799.851,59	- 252.473,20	-9,02%
IUC	542.245,74	546.819,87	- 4.574,13	-0,84%
IMT	209.704,44	252.943,55	- 43.239,11	-17,09%
Derrama	649.317,79	454.930,61	194.387,18	42,73%
Impostos Indiretos	188.283,48	500.467,77	- 312.184,29	-62,38%
Taxas	85.108,20	71.921,98	13.186,22	18,33%
Reembolsos, Restituições e Anulações	(26.837,12)	(68.484,75)	41.647,63	-60,81%
Total	4.195.200,92	4.558.450,62	- 363.249,70	-7,97%

No que se refere aos impostos diretos, a redução verificada resulta do efeito conjugado da diminuição dos proveitos contabilizados relativos ao IMI, IUC e IMT, tendo sido atenuada pelo aumento de 42,73% verificado na Derrama.

O reconhecimento do proveito inerente aos impostos indiretos, sofreu uma acentuada diminuição, motivada pelo facto de, em 2014, não se ter procedido ao reconhecimento do proveito diferido correspondente a licenças relativas ao ano 2015. Este facto conduziu a que, em 2014, o valor desta rubrica de proveitos se encontre sobreavaliada, por oposição ao que sucede com o ano 2015.

A nível orçamental, verificou-se uma situação inversa, tendo-se verificado um aumento na receita cobrada, muito por força do recebimento de valores referentes a exercícios anteriores, que se encontravam em processo de cobrança coerciva.

As vendas e prestações de serviços registaram um aumento de 23,30 %, resultantes em grande medida da alteração verificada ao nível da classificação dos proveitos associados às refeições e transportes escolares e à componente de apoio à família (CAF) que, até ao ano 2014, eram contabilizados como transferências de famílias, passando, em 2015, a ser tratados como prestações de serviços, por melhor se enquadrarem neste âmbito.

No que se refere às transferências e subsídios obtidos, que representam 49,08% dos proveitos obtidos em 2015, registou-se um aumento relativamente ao ano 2014, motivado essencialmente pelo aumento verificado nas transferências previstas no Orçamento de Estado.

No caso particular do aumento verificado no fundo social municipal, este deve-se ao facto das verbas destinadas à comparticipação nos transportes escolares ter passado a fazer parte das transferências efetuadas no âmbito deste fundo. Este facto justifica, em parte, a redução verificada nas outras transferências das AP.

De reforçar que, conforme já foi referido, a redução verificada nas transferências das famílias se deve à alteração da metodologia de contabilização das refeições escolares, transportes escolares e CAF, que passaram a ser tratados como prestações de serviços.

Quadro n.º 107

Unidade monetária: Euros

Rubrica	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Transferências Correntes	6.647.868,97	6.570.161,15	77.707,82	1,18%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.973.862,00	4.846.061,54	127.800,46	2,64%
Fundo Social Municipal	502.936,00	457.709,00	45.227,00	9,88%
Participação Fixa no IRS	870.380,00	685.963,00	184.417,00	26,88%
Outras Transferências correntes das AP	300.690,97	405.916,36	(105.225,39)	-25,92%
Famílias	-	174.511,25	(174.511,25)	-100,00%
Transferências de Capital	626.822,36	539.452,00	87.370,36	16,20%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	552.651,00	538.452,00	14.199,00	2,64%
Transferências correntes da Adm. Autárquica	62.478,87	-	62.478,87	n.a.
Transferências correntes de empresas	11.692,49	1.000,00	10.692,49	1069,25%
Total	7.274.691,33	7.109.613,15	165.078,18	17,38%

7.1.2.5. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2015 fixaram-se em 766.992,68 €, traduzindo uma variação positiva, face a 2014, de 425.660,00 € (+124,71%).

Através do quadro n.º 108, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2015, comparando-as com as de 2014.

Quadro n.º 108 - Resultados Extraordinários

Unidade monetária: Euros

Código das Contas	Custos e Perdas	2015	2014	Variação	
				Valor	%
691	Transferências Capital Concedidas	541.211,95	627.206,85	(85.994,90)	-13,71%
693	Perdas em existências	1.911,94	33.351,34	(31.439,40)	-94,27%
694	Perdas em Imobilizações	7.947,43	1.860,64	6.086,79	327,13%
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	-	270.314,95	(270.314,95)	-100,00%
697	Correcções relativas a anos anteriores	39.181,51	167.386,05	(128.204,54)	-76,59%
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	11.278,45	23.829,14	(12.550,69)	-52,67%
TOTAL		601.531,28	1.123.948,97	(522.417,69)	-46,48%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2015	2014	Valor	%
793	Ganhos em existências	2.166,38	13.727,64	(11.561,26)	-84,22%
794	Ganhos em Imobilizações	9.407,41	165.398,77	(155.991,36)	-94,31%
795	Benefícios e Penalidades Contratuais	16.348,19	57.062,11	(40.713,92)	-71,35%
796	Reduções de Amortizações e Provisões	223.693,67	98.217,62	125.476,05	127,75%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	36.168,80	31.776,42	4.392,38	13,82%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.080.739,51	1.099.099,09	(18.359,58)	-1,67%
TOTAL		1.368.523,96	1.465.281,65	(96.757,69)	-6,60%
Resultados Extraordinários		766.992,68	341.332,68	425.660,00	124,71%

Comparativamente ao exercício de 2014, verifica-se que todas as rubricas de custos e perdas extraordinários diminuíram, com exceção das perdas em imobilizações, que tem uma expressão financeira muito reduzida.

No que se refere às transferências de capital concedidas, importa referir que em 2015 foi implementada metodologia para apuramento das verbas transferidas ao abrigo de contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias, destinadas à construção/grandes reparações de bens pertencentes ao Município. Neste âmbito, a nível patrimonial, estas transferências deixam de figurar como custos do exercício, passando a consubstanciar-se em património municipal (imobilizado).

No que se refere aos proveitos e ganhos extraordinários, é de destacar o aumento verificado na rubrica de reduções de amortizações e provisões, que reflete o ajustamento efetuado em 2015 relativo ao reconhecimento das dívidas de terceiros que se encontram em mora há mais de seis meses, que viu reduzido o respetivo valor comparativamente ao ano 2014.

O valor registado nos outros proveitos extraordinários resulta essencialmente do reconhecimento dos proveitos do exercício associados a bens adquiridos/construídos com recurso a apoios comunitários ou estatais. Na nota 8.2.33 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, podemos encontrar informação mais detalhada sobre a contabilização inerente aos subsídios ao investimento.

7.1.2.6. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, que se demonstraram decisivos para a formação do resultado líquido do exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os resultados financeiros apresentaram em 2015 um aumento de 1,19%, passando de 551.846,07€ em 2014, para 558.439,42 em 2015.

Quadro n.º 109 – Resultados Financeiros

				<i>unidade monetária: euros</i>	
Código das Contas	Custos e Perdas Financeiros	2015	2014	Variação	
				Valor	%
681	Juros Suportados	74.551,97	101.414,71	(26.862,74)	-26,49%
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	7.059,87	9.506,87	(2.447,00)	-25,74%
TOTAL		81.611,84	110.921,58	(29.309,74)	-26,42%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos Financeiros	2015	2014	Valor	%
781	Juros Obtidos	55.665,88	81.640,58	(25.974,70)	-31,82%
783	Rendimentos de Imóveis	487.331,52	488.675,08	(1.343,56)	-0,27%
784	Rendimentos de Participações de Capital	55.865,15	92.451,99	(36.586,84)	-39,57%
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	41188,71	-	41.188,71	n.a.
TOTAL		640.051,26	662.767,65	(22.716,39)	-3,43%
Resultados Financeiros		558.439,42	551.846,07	6.593,35	1,19%

8. INDICADORES DE GESTÃO

Quadro n.º 110 (A) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2012	2013	2014	2015	VARIÇÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES				
					2013/2015	2014/2015					
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS											
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) / Despesa Total Paga	*100	106,20%	121,31%	130,16%	19 143 856 / 15 532 333	123,25%	1,94	-6,90	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
	2	Receita Corrente Cobrada / Despesa Corrente Paga	*100	114,26%	126,19%	144,45%	13 266 075 / 11 408 134	116,29%	-9,90	-28,17	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
	3	Receita Corrente Cobrada / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	*100	57,24%	69,37%	91,04%	13 266 075 / 15 110 185	87,80%	18,43	-3,25	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
	4	Receita Próprias Cobradas / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	*100	33,45%	41,94%	46,93%	6 743 976 / 15 110 185	44,63%	2,69	-2,30	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspetiva orçamental.
	5	Despesa Corrente Paga / Despesa Total Paga	*100	52,39%	62,95%	65,94%	9 668 390 / 15 532 333	62,25%	-0,70	-3,70	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados / Despesa Total Paga	*100	103,92%	117,02%	130,16%	18 507 945 / 15 532 333	119,16%	2,14	-11,00	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
	7	Receitas Próprias Cobradas / Despesa Total Paga	*100	34,98%	48,02%	49,10%	6 743 976 / 15 532 333	43,42%	-4,60	-5,68	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.
	8	Fundos Municipais / Despesa Total Paga	*100	38,19%	41,90%	49,03%	6 899 829 / 15 532 333	44,42%	2,53	-4,61	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.
	9	Transf da Administração Central / Despesa Total Paga	*100	42,75%	46,31%	52,79%	7 253 737 / 15 532 333	46,70%	0,39	-6,09	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central.
	9	Receita Corrente Cobrada Localmente / Despesa Total Paga	*100	11,89%	14,57%	16,26%	2 616 997 / 15 532 333	16,85%	2,28	0,59	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).
	11	Receita Corrente / Despesas de Funcionamento	*100	128,03%	140,56%	161,83%	13 266 075 / 8 640 273	153,54%	12,98	-8,30	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.
	12	Receitas de Capital / Despesas de Investimento	*100	117,33%	127,62%	36,79%	1 836 811 / 4 160 771	44,15%	-83,48	7,36	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros, pelas receitas de capital.
ESTRUTURA DA RECEITA											
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias / Receita Total Disponível	*100	32,94%	39,58%	37,73%	6 743 976 / 19 143 856	35,23%	-4,36	-2,50	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas/disponíveis.
	14	Receitas cobradas localmente / Receita Total Disponível	*100	11,20%	12,01%	12,49%	2 616 997 / 19 143 856	13,67%	1,66	1,18	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais.
	15	Impostos Diretos / Receita Total Disponível	*100	16,94%	21,20%	23,30%	3 947 992 / 19 143 856	20,62%	-0,58	-2,67	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total.
	16	Fundos Municipais / Receita Total Disponível	*100	35,96%	34,54%	37,67%	6 899 829 / 19 143 856	36,04%	1,51	-1,63	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	17	Transf Adm Central / Receita Total Disponível	*100	40,25%	38,18%	40,56%	7 253 737 / 19 143 856	37,89%	-0,28	-2,67	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total.
	18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) / Receita Total Disponível	*100	2,15%	3,54%	0,00%	635 911 / 19 143 856	3,32%	-0,22	3,32	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total Disponível	*100	4,82%	4,84%	7,07%	1 228 090 / 19 143 856	6,42%	1,57	-0,66	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total.
	ESTRUTURA DA DESPESA										
	Estrutura da Despesa	20	Despesa de Capital / Despesa Total	*100	47,61%	37,05%	34,06%	5 863 943 / 15 532 333	37,75%	0,70	3,70
21		Aquisição de bens de Capital / Despesa Total	*100	38,19%	26,18%	20,52%	3 132 431 / 15 532 333	20,17%	-6,01	-0,35	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga.
22		Transferências de Capital (despesa) / Despesa Total	*100	2,38%	2,86%	4,69%	920 757 / 15 532 333	5,93%	3,07	1,24	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total.
23		Pessoal / Despesa Total	*100	23,85%	28,05%	32,76%	4 208 947 / 15 532 333	27,10%	-0,96	-5,66	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga.
24		Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	*100	19,26%	21,98%	24,59%	3 206 911 / 15 532 333	20,65%	-1,34	-3,94	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga.
25		Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Total	*100	22,03%	27,01%	25,03%	4 368 353 / 15 532 333	28,12%	1,11	3,10	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total.

Quadro n.º 110 (B) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2012	2013	2014	2015	VARIÇÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES				
					2013/2015	2014/2015					
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS											
Estrutura de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	2,15%	3,54%	0,00%	635 911	3,32%	-0,22	3,32	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
		Receita Total Disponível					19 143 856				
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	*100	2,28%	4,29%	0,00%	635 911	4,09%	-0,20	4,09	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
		Despesa Total Paga					15 532 333				
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	*100	5,70%	21,19%	0,00%	635 911	10,87%	-10,33	10,87	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.
		Investimento (PPI)					5 852 820				
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	7,83%	7,88%	9,59%	1 775 077	11,43%	3,55	1,83	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
		Despesa Total Paga					15 532 333				
30	Amortização de Empréstimos de MLP	*100	7,03%	7,39%	8,85%	1 692 049	10,89%	3,50	2,04	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.	
	Despesa Total Paga					15 532 333					
31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	*100	7,37%	6,50%	7,37%	1 775 077	9,27%	2,78	1,90	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.	
	Receita Total Disponível					19 143 856					
32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP		52	47	48	1 775 077	66	19,19	18,41	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".	
	População					26 710					
GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO											
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital	*100	31,76%	25,06%	12,09%	552 651	9,44%	-15,62	-2,65	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal.
		Investimento (PPI)					5 852 820				
	34	Fundos municipais de capital	*100	33,25%	25,06%	19,62%	552 651	17,64%	-7,42	-1,98	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital.
		Aquisição de bens de Capital					3 132 431				
	35	Venda de bens de investimento	*100	0,34%	1,03%	7,57%	152 284	2,60%	1,57	-4,97	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento municipal.
		Investimento (PPI)					5 852 820				
	36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U.E.	*100	61,25%	53,63%	7,91%	469 262	8,02%	-45,61	0,11	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)					5 852 820					
37	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	*100	5,70%	15,43%	0,00%	635 911	10,87%	-4,57	10,87	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.	
	Investimento (PPI)					5 852 820					
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA											
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	38	Pessoal	*100	93,59%	80,32%	72,80%	4 208 947	66,31%	-14,00	-6,48	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE.
		Fundos Municipais Correntes					6 347 178				
39	Aquisição de bens e serviços correntes	*100	86,44%	77,34%	55,61%	4 368 353	68,82%	-8,51	13,21	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE.	
	Fundos Municipais Correntes					6 347 178					
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA											
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos /Despesa Paga	40	Compromissos Assumidos para o Exercício	*100	107,64%	103,52%	105,09%	17 350 127	100,76%	-2,76	-4,33	Se <100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP)					17 219 613				
	41	Despesa Total Paga	*100	88,66%	87,11%	83,55%	15 532 333	89,52%	2,41	5,97	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (que se encontram facturados ou não) no mesmo exercício.
		Compromissos Assumidos para o Exercício					17 350 127				
	42	Saldo Final Orçamental da Gerência	*100	39,48%	195,61%	217,13%	3 611 523	214,04%	18,44	-3,09	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação as dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
		Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)					1 687 280				
	43	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	*100	15,00%	9,82%	12,19%	1 687 280	9,80%	-0,03	-2,40	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acessadas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP)					17 219 613				
	44	Dívida Municipal em sentido lato	*100	85,12%	83,54%	90,96%	10 389 895	66,89%	-16,64	-24,07	Somatório da dívida financeira (empréstimo e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) / Despesa total paga.
		Despesa Total Paga					15 532 333				
	45	Receita Total Disponível	*100	124,77%	145,22%	143,09%	19 143 856	184,25%	39,03	41,16	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimo e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Dívida Municipal em sentido lato					10 389 895				
46	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	*100	122,09%	140,08%	143,09%	18 507 945	178,13%	38,05	35,04	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "2. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazo"/Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).	
	Dívida Municipal em sentido lato					10 389 895					
47	Dívida financeira de MLP	*100	55,41%	51,12%	47,92%	7 286 270	39,37%	-11,75	-8,55	Somatório do capital em dívida dos emprést. obrigacionistas e de médio e longo prazo, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "2. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".	
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)					18 507 945					
48	Dívida Municipal em sentido lato		560	501	456	10 389 895	389	-112,10	-66,53	Permite apurar a dívida "per capita".	
	População					26 710					
DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA											
Dívida Municipal/ Receita	49	Dívida Municipal em sentido lato		1,3	1,0	1,0	10 389 895	0,8	-0,2	-0,18	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
		Receita próprias regulares					13 464 818				
	50	Dívida financeira de MLP		0,8	0,7	0,7	7 286 270	0,5	-0,2	-0,11	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
		Receita próprias regulares					13 464 818				
	51	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,2	0,1	0,1	1 687 280	0,1	0,0	-0,02	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03 - Participação o IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
		Receita próprias regulares					13 464 818				
	52	Dívida Municipal em sentido lato		2,0	1,6	1,5	9 172 843	1,1	-0,42	-0,33	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira.
		Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)					9 172 843				
53	Dívida financeira de MLP		1,3	1,1	1,0	7 286 270	0,8	-0,32	-0,21		
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)					9 172 843					
54	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)		0,4	0,2	0,2	1 687 280	0,2	-0,02	-0,04		
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)					9 172 843					

Quadro n.º 110 (C) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2012	2013	2014	2015	VARIACÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	87,81%	176,44%	205,96%	6 227 277	200,28%	88,63%	29,52%	-5,68%	112,47%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 109 321						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	81,85%	168,23%	198,33%	5 981 491	192,37%	86,38%	30,10%	-5,95%	110,52%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 109 321						
Liquidez imediata	Disponibilidades	30,95%	115,99%	138,10%	4 026 080	129,48%	85,04%	22,11%	-8,62%	98,53%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 109 321						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes				58 094 277						Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido	56,83%	58,15%	59,97%	94 978 435	61,17%	1,32%	1,82%	1,20%	4,33%	
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	4,16%	3,19%	3,25%	3 109 321	3,27%	-0,97%	0,06%	0,03%	-0,89%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				94 978 435						
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo	17,80%	14,76%	13,00%	11 987 864	11,61%	-3,04%	-1,76%	-1,39%	-6,19%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				103 259 500						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	65,87%	73,37%	77,23%	8 878 543	74,06%	7,50%	3,86%	-3,17%	8,19%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				11 987 864						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	53,41%	59,36%	61,63%	8 349 445	69,65%	5,95%	2,27%	8,02%	16,24%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				11 987 864						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	34,13%	26,63%	22,77%	3 109 321	25,94%	-7,50%	-3,86%	3,17%	-8,19%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				11 987 864						
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Dividas a fornecedores de CP no final do período	126	68	38	452 750	21,81	-58	-30	-16	-104	Tempo que, em média, a entidade demora a pagar aos seus fornecedores
	Aquisições efetuadas durante o período				7 577 478						
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	174,68%	178,33%	183,25%	103 259 500	191,07%	3,65%	4,92%	7,81%	16,39%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				54 043 766						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	20,16%	18,61%	17,55%	8 878 543	15,28%	-1,55%	-1,06%	-2,27%	-4,88%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				58 094 277						

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), estabelece a obrigatoriedade de implementação da contabilidade de custos no apuramento dos custos por funções, e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

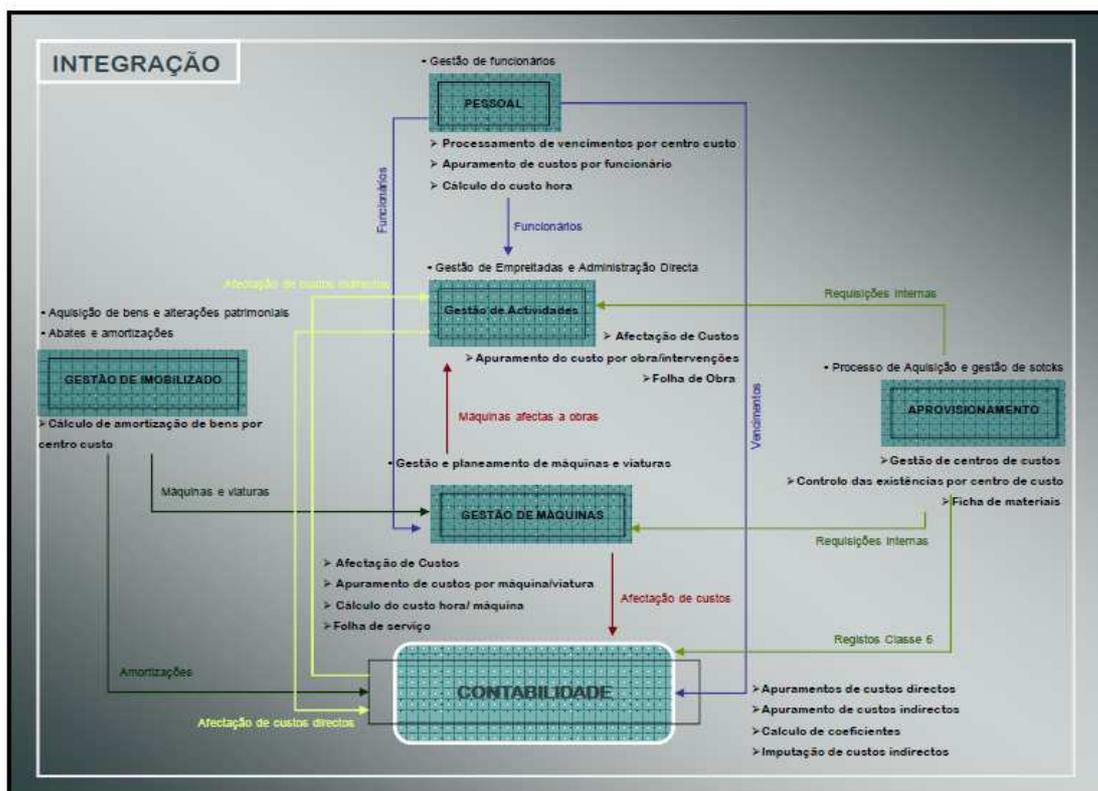
Também o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua atual redação, prevê a implementação deste instrumento de gestão.

No Município de Estarreja, a contabilidade de custos não se encontra implementada na sua plenitude, tendo, no entanto, sido já percorrido um longo caminho nesse sentido.

De sublinhar que a metodologia de implementação da contabilidade de custos depende muito da forma como as entidades se encontram organizadas, e também dos sistemas de informação que utilizam, pelo que podemos afirmar que não existe uma fórmula única que se adapte a todas as entidades.

Neste seguimento, no Município de Estarreja, para o pleno funcionamento da contabilidade de custos é necessário ter em funcionamento e integradas um conjunto de aplicações informáticas, cuja correlação pode ser representada esquematicamente através da figura abaixo:

Contabilidade de Custos - Integração



Fonte: modelo de funcionamento da Contabilidade de Custos – Medidata, 2010

Muito resumidamente, cada uma das aplicações informáticas referenciadas intervém no processo de contabilidade de custos da seguinte forma:

- **Pocal** - Efetua a gestão ao nível do plano de contas da classe 9;
- **Aprovisionamento** - Faz a ligação dos custos o nível das requisições internas;
- **Pessoal** - Efetua o cálculo do custo/hora funcionário;
- **Gestão de Imobilizado** - Calcula as amortizações de cada bem;

- **Máquinas e viaturas** - Regista os custos diretos com cada uma das máquinas e respetivos serviços prestados; e
- **Gestão de Atividades** - Efetua o registo de todos os custos das atividades, intervenções ou obras por administração direta.

Como facilmente se depreende, trata-se de um sistema complexo, que é transversal a todos os serviços da autarquia, encontrando-se as funcionalidades de todas as aplicações informáticas acima indicadas em funcionamento.

No final de 2015, as condições básicas para a obtenção de informação sobre os custos encontram-se reunidas, sendo agora necessário um acompanhamento mais intensivo na área dos outputs produzidos para que se possa garantir a fiabilidade e tempestividade da informação obtida através deste subsistema contabilístico.

No decorrer do ano, 2015, já foi possível obter valores referentes às afetações de custos efetuadas a fim de dar cumprimento aos objetivos preconizados.

Plano de Implementação da Contabilidade de Custos

Ações a Desenvolver	Resp.	Cronograma																																			
		2013												2014												2015											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Reunio interna de preparao dos trabalhos a desenvolver	AA/A/CCA																																			
2	Reunio com a empresa de software Medidata	AA/A/CCA /RF																																			
Aplicao de Pessoal																																					
3	Validao do calculo do Custo/Hora do pessoal	CA																																			
4	Validao da afetao funcionrio/conta analitica	CA/RF																																			
Aplicao de Aproveitamento																																					
5	Validao e ajustamento da tabela que contem os cdigos dos artigos (ateno especial a prestao de servios)	CPVB																																			
6	Divulgao interna da lista de cdigos de artigos (empresarios)	CA/V/B																																			
7	Divulgao interna do catalogo dos servios	RF/CP																																			
Aplicao de Gestao de Maquinas e Viaturas																																					
9	Formao especifica ministrada pela Medidata aos utilizadores desta aplicao	Informtica																																			
10	Configurao necessarias a interligao com a Contabilidade de Custos	CA/PP																																			
11	Inicio dos pedidos de reparaoes atraves desta aplicao	CA/PP																																			
Aplicao de Gestao de Atividades																																					
12	Desenvolvimento dos Agrupamentos de Atividades em excel	CA/RF																																			
13	Formao especifica ministrada pela Medidata para o arranque (Aquisio de bens e servios)	Informtica																																			
14	Implementao e acompanhamento - Formao interna ministrada pela DEF aos servios selecionados - Aquisio de bens e servios e afetao as atividades	AA/A/CCA /RF																																			
15	Formao especifica Medidata - Imputao de custos de mo-de-obra	Informtica																																			
16	Formao aos servios - Imputao dos custos com Mdo de Obra	CA/CCA/RF																																			
Acompanhamento do processo																																					
17	Acompanhamento permanente e anlise dos outputs	AA/A/CCA /RF																																			

A partir de janeiro de 2017, entra em vigor o Sistema de Normalizao Contabilistica para as Administraes Pblicas (SNC-AP), aprovado pelo D.L. n.º 192/2015, de 11 de setembro, revogando assim o POCAL.

O SNC-AP contempla, à semelhana do que sucede com o POCAL a existncia de trs subsistemas de contabilidade:

- A contabilidade oramental;
- A contabilidade financeira; e
- A contabilidade de gesto

A contabilidade de gesto prevista no novo sistema contabilstico vai mais alm do que estava previsto no POCAL e na sua contabilidade de custos. O caminho j percorrido na implementao desta ferramenta vai ter a sua continuidade, com as necessrias adaptaes, com a transio para o novo sistema.